

**ADRIANA MELLO CANÇADO**

**UM HOMEM, UMA MULHER, UM DRAMA  
CRIMES DA PAIXÃO EM PONTA GROSSA-PR (1890-1940)**

**CURITIBA  
2002**

**ADRIANA MELLO CANÇADO**

**UM HOMEM, UMA MULHER, UM DRAMA  
CRIMES DA PAIXÃO EM PONTA GROSSA-PR (1890-1940)**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-  
Graduação em História da Universidade Federal  
do Paraná.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Etelvina Maria de Castro  
Trindade**

**CURITIBA  
2002**

Para Professora Etelvina, por ter acreditado e compartilhado seus conhecimentos acadêmicos e vivências permeadas de sabedoria. Sem você, a conclusão deste trabalho teria sido impossível.  
Obrigada.

## **AGRADECIMENTOS**

Às minhas filhas Naiana, Tatiana e Gisele. Sempre com palavras de incentivo e carinho, suportando as ausências, carregando livros, identificando Chartier, Bourdieu, Foucault... Amo vocês.

Ao Luiz, pelos anos de vida em comum e pelas filhas maravilhosas que tivemos.

Aos meus pais, pela iniciação no gosto pela leitura. Por estarem comigo, sempre.

Aos meus tios, Loiva e Juarez e à Renatinha, pela acolhida carinhosa.

À Carmencita, presença constante na trajetória acadêmica e na vida pessoal. Obrigada pelo apoio.

À Joseli, querida amiga, meio irmã, com quem divido emoções, sentimentos, vivências e elucubrações teóricas.

Às amigas Andréa e Eliza, pelo caminho percorrido nestes anos de Mestrado. São tantas as trocas.

Ao Nilton, pela convivência e torcida sempre positiva pelo meu sucesso. Pela atenção, jamais negada, às minhas solicitações de bibliografia.

Ao Marco, sempre solícito e disposto a dialogar sobre as questões de gênero. Obrigada também por compartilhar sua biblioteca nos mais diversos momentos.

Ao Galdino, Mirian, Rosângela, Roberto, Leandro e Edson, pela contribuição na minha formação acadêmica e disponibilidade, nunca negada, em sanar dúvidas, indicar leituras, apontar caminhos.

À Josélia, por buscar e disponibilizar documentos imprescindíveis à pesquisa arquivados na Sala do Acervo “Centro Cultural Euclides da Cunha” – Laboratório de Pesquisa em História, DEHIS, UEPG.

À Maria Antônia, pela pesquisa atenta e cuidadosa.

À Direção e Coordenação da FAFIT/FACIC, pela liberação e apoio necessários no percurso final. Aos meus alunos, por compreenderem as ausências e incentivarem o término da dissertação.

Aos Professores Sérgio Nadalin e Ana Paula Vosne Martins, pelas orientações pertinentes, no momento da qualificação deste trabalho.

Às estagiárias do Arquivo Público Municipal de Ponta Grossa, Élida, Giovana, Juliana, Andréa, Karine, Eliana e Leila, pela forma responsável e atenciosa com que conduziram os trabalhos durante minhas ausências.

A Cris e Lia, pelo reforço espiritual, pelo tratamento de amor, por lembrar-me que existe algo superior e um coração que deve ser alimentado com paz. Carinho e perdão. Fadas que surgiram em minha vida.

À Antônia, pela revisão e sugestões sobre o texto final. Outra fada.

Enfim, são tantas as gratidões. Presentes. Passadas.

*Senhor que vieste pelo meio da luz para nos salvar, tende piedade de mim e de todos nós que nos afligimos neste imenso mar de desilusão e sofrimento.*

*Senhor que nos deste sempre a paz ao alcance de todos, em seus próprios corações, tende piedade de todos nós que nos perdemos em meio a tanto amor.*

*Tende piedade de todos que aqui estão lhe pedindo, perdão.*

*Tende piedade de todos que aqui estão lhe pedindo, amor.*

*Tende piedade de todos que aqui estão lhe pedindo, amor pela vida eterna.*

*Tende compaixão das almas que aqui sofrem.*

*Tende compaixão dos que aqui foram expostos.*

*Tende compaixão Senhor, dos que aqui estiveram com dor, amargura e em uma vida desolada.*

*Senhor, Filho de Deus, único neste imenso universo vinde até nós, até nossas almas e abrandai o que ali vês.*

*Senhor, Filho do Nosso Pai, Deus tende por todos nós o seu amor maior, em sua plenitude de amor pelos que erram, amor pelos que sofrem, amor pelos que ainda padecem e sofrem.*

Centro de Tratamento da Alma Essência do Ser

## RESUMO

Este estudo teve a preocupação de averiguar a maneira como os crimes ocorridos entre casais em Ponta Grossa, Paraná, nas décadas de 1910 a 1930, foram representativos de uma determinada sociedade. Pretendeu também examinar as vivências concretas dos personagens desses homicídios e as representações que perpassavam aquela sociedade. Para tanto, pesquisou processos-crime de homicídios que envolveram casais com vínculos amorosos e/ou sexuais; além dos processos, buscou informações na imprensa local e nas obras jurídicas da época. Como criação jurídica de uma prática cultural, a figura do crime passionai perpassou a sociedade pontagrossense que pouco a pouco interiorizou as representações de paixão como justificativa para os atos criminosos. Porém, as práticas jurídicas não se encontravam desprendidas de um contexto maior, mas se relacionavam com processos empíricos como o crime em si e também com as representações que motivaram os conflitos extremados entre os casais. Ao trabalhar com a complexidade daquela conjuntura, o estudo teve a intenção de lançar algumas luzes sobre aquele momento da sociedade pontagrossense, e brasileira, e das relações aí estabelecidas, sobretudo as relações de gênero.

**Palavras-chave:** Crime passionai, Gênero, Representações

## **ABSTRACT**

This study aimed at analyzing how the crimes involving couples in Ponta Grossa, Paraná, from 1910 to 1930, were representative of a certain segment of society. We also intended to examine the concrete experiences of the parties involved in the homicides, and the feelings that permeated that society. Therefore, we examined records of homicides involving couples linked by love and/or sexual relations; and also collected information from the local press and juridical works of that time. A juridical entity corresponding to a cultural practice, the so-called crimes of passion occurred in Ponta Grossa's society, a society that gradually began to believe that passion justified criminal acts. However, legal practices were not isolated from a broader context but nonetheless related to empirical processes such as crime *per se*, and also to feelings that motivated extreme conflict between couples. By addressing the complexity of the situation back then, the study aimed at shedding some light on what Ponta Grossa's society (and also Brazilian society) was going through, and on the relations therein established, mainly the relationships between genders.

**Word-key:** Passion's crime, Gender, Representations



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 REPÚBLICA, LEI E JUSTIÇA .....</b>	<b>14</b>
1.2 AGORA, UM NOVO CAMPO JURÍDICO .....	22
1.2.1 Uma dirimente constrói o crime passional .....	27
1.3 E OS ESPAÇOS JURÍDICOS SE ORGANIZAM.....	31
<b>CAPÍTULO 2 OS DRAMAS .....</b>	<b>37</b>
2.1 A VIOLÊNCIA ENTRE CASAIS E OS JOGOS DAS PAIXÕES.....	38
2.2 ACUSAÇÃO, DEFESA E SUAS FALAS.....	42
2.2.1 As estratégias da defesa .....	43
2.2.2 A vez da acusação .....	49
2.2.3 A palavra final.....	54
<b>CAPÍTULO 3 AS TRAMAS.....</b>	<b>60</b>
3.1 OS PROTAGONISTAS DOS DRAMAS E SUAS HISTÓRIAS: VÍTIMAS E CRIMINOSOS .....	65
3.2 OLHARES ALHEIOS: AS TESTEMUNHAS .....	74
3.3 AOS OLHOS DA SOCIEDADE .....	79
<b>CAPÍTULO 4 REVISITANDO OS DRAMAS.....</b>	<b>91</b>
4.1 O CAMPO DO DIREITO.....	96
4.2 O CAMPO DE REPRESENTAÇÕES .....	100
4.3 O GÊNERO E OS CAMPOS .....	107
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>123</b>
1 FONTES MANUSCRITAS.....	123
2. FONTES IMPRESSAS .....	123
3.CÓDIGOS .....	124
4 LIVROS .....	124
<b>ANEXOS .....</b>	<b>126</b>
ANEXO 1 - QUADROS PROCESSOS-CRIME POR SOBRENOME DOS RÉUS DADOS SOBRE RÉU, VÍTIMA; RELAÇÃO RÉU / VÍTIMA; DATA DO CRIME ARMA; RESUMO ....	127
ANEXO 2 - QUADRO DOS PROCESSOS-CRIME POR ORDEM CRONOLOGICA DA DATA DO CRIME ANO DO CRIME; NOME DO RÉU; DECISÃO JUDICIAL .....	130
ANEXO 3 – MODELO DE TRANSCRIÇÃO DO PROCESSO CRIME.....	131

ANEXO 4 - FICHAS PARA IMPRENSA.....	144
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>146</b>
APÊNDICE A - A COMPOSIÇÃO DOS AUTOS PROCESSUAIS TEXTO EXPLICATIVO SOBRE AS NORMATIZAÇÕES PROCESSUAIS.....	146

## INTRODUÇÃO

Este estudo teve a preocupação de averiguar a maneira como os crimes ocorridos entre casais em Ponta Grossa, Paraná, nas décadas de 1910 a 1930, foram representativos de uma determinada sociedade, numa determinada época. Além disso, pretendeu alçar olhares às vivências concretas dos personagens envolvidos nesses crimes e das representações que perpassavam aquela sociedade em seus vários domínios.

Para alcançar a visibilidade dos dramas passionais, então vividos, a pesquisa voltou-se aos processos-crime, selecionando-os em função dos vínculos amorosos existentes entre casais. Para complementar a fonte criminal e ampliar as interpretações sobre os homicídios, foram buscados textos jornalísticos que, como discursos influentes naquela comunidade, deram suporte à reconstrução das experiências cotidianas e das vivências sociais dos moradores de Ponta Grossa a respeito dos dramas passionais.

Para além dessas fontes, visando elucidar as posições dos agentes forenses ante os crimes mencionados, foi importante consultar as obras jurídicas, como fonte primária; tal investigação revelou-se profícua, uma vez que permitiu a apropriação das falas ditas nos tribunais e a relação existente entre elas e a sociedade brasileira em geral.

A partir das fontes coletadas e tendo como base a organização do campo jurídico na Primeira República, surgiram as balizas temporais que tiveram como parâmetro o Código Penal de 1890, primeira legislação criminal republicana e seu substituto, o Código Penal de 1940, que encerrou a temporalidade reconstituída neste caminhar. Foi no período decorrido entre esses dois códigos que se construiu a figura do crime passional, com base na dirimente do artigo 27, que trazia a alegação da perturbação de sentidos como justificativa de atos criminosos.

Num sentido mais amplo, buscando um aparato teórico que funcionou como orientador das reflexões sobre o tema, recorreu-se a autores como Pierre Bourdieu e Roger Chartier, que trouxeram as concepções de *habitus*, campo e representações para a análise das fontes coletadas. Tais contribuições deram significado às práticas sociais, incluindo as de gênero, como fenômenos múltiplos, plurais, específicos de uma dada temporalidade. Em consonância com essa questão, os pressupostos teóricos também possibilitaram a compreensão de permanências culturais como elementos que circulam, são apropriados e reproduzidos por meio de representações criadas e legitimadas com o poder de nomear condutas e instituir uma dada organização social.

Mesmo não amparando o percurso teórico-metodológico de maneira explícita e regular, as concepções de sociedade disciplinar, autovigilância, punição e interiorização das normas, de Michel Foucault, desenharam algumas ponderações referentes às idéias de controle social.

Por fim, na busca da compreensão das tramas que permeavam os crimes passionais, foi adotada a categoria de análise de gênero – imprescindível ao objeto tratado – para elucidar as relações entre homens e mulheres a partir dos ideais criados para o exercício das funções masculinas e femininas. Este aparato teórico-metodológico orientou a investigação no sentido de fundamentar as diferenças de gênero no âmbito cultural, como criações humanas afluídas em contextos históricos específicos. E, por outro lado, permitiu a superação da idéia dicotômica de mulheres-vítimas e homens-agressores, muito embora elas fossem certamente vítimas, mas também pessoas que transgrediram, burlaram, infringiram normas, assim como eles.

Para acentuar a visibilidade sobre as relações de gênero e possibilidades de desvios, resistências e transgressões a pretensas ordens sociais, trabalhos como de Rachel Sohiet, Martha Abreu, Sidnei Challoub e Mariza Corrêa<sup>1</sup> guiaram o olhar

---

<sup>1</sup> Condição feminina e formas de violência; Meninas Perdidas; Trabalho, lar e botequim; Morte em família são as obras referenciadas, respectivamente. As referências completas encontram-se no decorrer do trabalho e na bibliografia.

sobre mulheres e homens envolvidos nos crimes como construtores de seus cotidianos, entrecruzados com muitos discursos e representações instituídas e instituintes das múltiplas formas de se estar no mundo.

As análises e conclusões dos autores citados inspiraram o trato com as fontes e a tentativa de reconstruir as imbricações entre discursos e práticas, entre a reprodução dos papéis desejáveis para os gêneros e as possibilidades de transgressão a esses. Os atores das cenas passionais, protagonistas, testemunhas, redatores, jornalistas, amigos, foram assim percebidos como agentes das histórias, participantes de movimentos mais amplos na esfera social, como o econômico e o político. Não olhados como portadores de verdades, mas como seres humanos passíveis de emoções e interpretações, cujas bases estão vinculadas às idéias constituídas nas vivências empíricas do cotidiano.

Desse modo, e visando contemplar o objetivo da pesquisa, este trabalho foi organizado em quatro momentos específicos, configurando quatro capítulos.

O primeiro deles, delineado a partir da contextualização socioeconômica e política do Brasil republicano, e da criação de legislações, especificamente da lei penal de 1890, tentou dar conta da estruturação do aparato jurídico.

Em contrapartida, as narrativas das histórias dramáticas construídas pelos envolvidos nos crimes passionais pululam nas páginas do capítulo 2, *Os dramas*.<sup>2</sup> Nesta parte do trabalho foram também contempladas as vozes dos promotores, defensores e juízes, que expuseram suas posições compatíveis com as funções jurídicas, a partir de seus envolvimento com a sociedade leiga e a esfera legal.

Os amores, paixões, ódios dos criminosos e vítimas, os olhares das testemunhas e da imprensa sobre o acontecimento passionais constituem o capítulo

---

<sup>2</sup> Visando auxiliar a compreensão dos crimes, detalhados neste capítulo, foram criados dois quadros explicativos. O quadro 1 traz informações sobre a idade, profissão, estado civil, grau de escolaridade, nacionalidade dos réus e vítimas. Apresenta também a relação existente entre vítima e réu, a data do crime, a arma utilizada e um resumo do caso. Neste quadro a busca da informação deve obedecer ao critério alfabético, por sobrenome do réu. O Quadro 2 apresenta o motivo alegado para o crime e os veredictos resultantes dos julgamentos pelo Tribunal do Júri. Neste quadro a busca das informações deve obedecer ao critério cronológico, pelo ano do crime, que antecede o nome dos réus.

3. Emoções e sentimentos que têm voz nas práticas cotidianas de Ponta Grossa, pequena cidade que se pretendia afeita ao processo de urbanização e modernização ditado, naquele momento, pelas cidades de maior expressão no contexto nacional.

*Revisitando os dramas...*, é o momento que tenta realizar um aprofundamento das discussões apontadas nos capítulos anteriores. Devido ao número de informações minuciosas presentes naquelas unidades, optou-se por tecer aqui os argumentos teóricos, recolhendo-os num espaço específico que pudesse dar conta dos objetivos do estudo, além de estabelecer uma amarra entre as narrativas apresentadas e o arcabouço teórico-metodológico que suportou as reflexões.

Inicia-se, então, a caminhada que vai levar por entre as tramas e os dramas das paixões...

## CAPÍTULO 1

### REPÚBLICA, LEI E JUSTIÇA

Em 1890, acompanhando o processo de instalação da República no Brasil, ocorria uma remodelação na estrutura das relações sociais no país. Deixando para trás a base escravocrata, o unitarismo político e o intervencionismo econômico, o perfil da sociedade brasileira projetava-se rumo a uma idealizada prosperidade ainda ancorada na produção cafeeira<sup>3</sup>. As cidades cresciam, as pessoas se movimentavam, as fábricas surgiam.

Neste sentido, a face da República construía-se a partir de uma transformação nos diversos grupos sociais que passaram a se organizar, não apenas em torno de uma elite rural e urbana, mas também em função de um operariado, ainda em formação, e de uma terceira camada, bem mais heterogênea, que iria conformar os chamados setores médios<sup>4</sup>.

Somados a estes, nas cidades ainda em processo de modelação e saneamento, grupos de imigrantes e migrantes engrossavam as fileiras de trabalhadores, empregados ou desempregados, originando e animando um incipiente mercado consumidor por meio da prática do artesanato, do comércio de rua, do exercício das atividades liberais e do emprego burocrático. Acompanhando este processo, efervescendo e complexificando as relações sociais, a incipiente industrialização supria a ausência de profissionais

---

<sup>3</sup> Após uma curta tentativa de renovação das práticas econômicas, no período em que Rui Barbosa ocupou o Ministério das Finanças, os interesses agrários sob hegemonia dos cafeicultores paulistas foram novamente alçados a um primeiro plano. (SOUZA, M. do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, C.G. (org.). **Brasil em perspectiva**. 17.ed. Rio de Janeiro, 1988. p.162-226.)

<sup>4</sup> Sônia Regina de Mendonça explica que para a formação dos setores médios urbanos contribuíram segmentos oriundos de famílias proprietárias de terras em decadência, assim como profissionais liberais, funcionários públicos e empregados do comércio e serviços. (MENDONÇA, S. R. de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 257.)

qualificados com o emprego de elementos dessas camadas empobrecidas. Por outro lado, expressiva parcela da população ainda habitava as áreas rurais mantendo-se sob a tutela dos grandes proprietários de terras.<sup>5</sup>

Em função da nova realidade, os dirigentes e os intelectuais que se achavam à frente dos destinos do país preocupavam-se com as formas de organização que regeriam os destinos da nação. Neste momento, os debates travados pelas elites pensantes e decisórias revelavam o interesse em preservar a unidade política nacional, organizar um governo afeito à coesão dos estados e preservar a ordem social, pois o que se impunha como emergencial era a “sobrevivência pura e simples de um país.”<sup>6</sup>

Independência à parte, a República teve o mérito de trazer uma mudança expressiva do sistema político brasileiro, propiciando a idéia de participação popular no palco político, instituindo relações entre cidadão, Estado, e a própria atividade política<sup>7</sup>. Assim, o ideário republicano trazia em si a pretensão de formar um cidadão com espírito cívico e moralmente adequado para colaborar com a construção de um país progressista e civilizado.<sup>8</sup>

Entretanto, a maioria da população brasileira estava alheia ao processo de instalação da República no país, o que criou a urgência de sua legitimação não apenas nas esferas política e jurídica, mas, principalmente, no imaginário popular. A fim de criar uma identidade nacional, os pensadores da República valorizaram símbolos imbuídos de forte carga valorativa, como a bandeira, o hino, os heróis da

---

<sup>5</sup> ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.215.

<sup>6</sup> CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 23.

<sup>7</sup> CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.10.

<sup>8</sup> O ideário republicano, no Brasil, estava apoiado no pensamento positivista de Auguste Comte, cujos princípios apontavam para um governo responsável pela construção de uma nova sociedade; um estado forte, intervencionista e laico; a conciliação entre ordem e progresso e a ênfase ao pensamento científico; a valorização da família e da pátria.(TRINDADE, E. M. de C. Augusto Comte e a mulher. O feminino na Primeira República. In: MARTINS, A. P. (org.). **Mulheres na história do Paraná**: séculos IX e XX. Curitiba: UFPR, 1997. pp.44-62).



República e a figura feminina, tida como esteio da família e a responsável por formar o futuro cidadão.<sup>9</sup>

No bojo da preocupação dos republicanos em organizar o Estado, a Constituição de 1891 adquiriu uma importância fundamental sendo promulgada em 24 de fevereiro de 1891, depois de apurada revisão de Rui Barbosa. Dentre os pontos principais da Carta Magna o federalismo destacava-se por delegar aos estados algumas atribuições, tais como contrair empréstimos e organizar forças militares e uma justiça própria. O sistema presidencialista e o regime representativo constituíram outros pontos centrais. O primeiro atribuía ao presidente, eleito pelo voto indireto, poderes para intervir nos estados caso a ordem republicana e a coesão política da nação fosse ameaçada. Por sua vez, o regime representativo atribuía a parcelas da população a escolha do presidente da República, dos presidentes dos estados assim como dos senadores e deputados.<sup>10</sup> No que se referia às relações entre Igreja e Estado, o novo texto constitucional decretava, na sua Secção II, a separação das duas instituições, estabelecendo o Estado laico. Segundo essa secção “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados.”<sup>11</sup> Em concordância com as bases laicas e anticlericais da Constituição, foi também alçado ao poder do Estado a regulação das uniões matrimoniais, criando-se o casamento civil.

Em oposição ao texto constitucional do Império, a Carta republicana dedicou aos brasileiros e estrangeiros, residentes no país, o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Extinguiu a pena de morte, separou o Estado e a Igreja, tornou livre o culto das religiões, estabeleceu o casamento civil, o registro de nascimento e de falecimento e permitiu a naturalização de estrangeiros.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.129-140.

<sup>10</sup> CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. In: CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. **Todas as Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978, p.587-616.

<sup>11</sup> *Ib* *Ibidem*, p. 604.

<sup>12</sup> *Ib* *Ibidem*, p. 651-672.

Liberal na forma, mas com marcas antidemocráticas, a primeira constituição republicana, ao instruir a função social do voto, privou do processo consideráveis segmentos sociais compreendidos como inaptos para o exercício do sufrágio. Dentre os excluídos encontravam-se os mendigos, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas e as mulheres.<sup>13</sup> Apesar de o sistema republicano apresentar, como essência, a participação popular no curso político, isto só ocorreu efetivamente com uma minoria possuidora das características exigidas para o exercício da cidadania: ser homem, adulto, alfabetizado, detentor de poder econômico, leigo e civil.<sup>14</sup>

Como a manutenção da ordem social era atributo do discurso republicano e preocupação concreta das autoridades, a exclusão de alguns do procedimento político, tinha conotação de preservar a construção da nação de possíveis decisões incultas, infantilizadas e anárquicas<sup>15</sup>. Provavelmente, é neste sentido que a organização da sociedade civil, mesmo antes da promulgação da constituição, encontrava respaldo no Código Penal de 1890.

Elaborado no último ano do regime imperial, pelo conselheiro João Batista Pereira<sup>16</sup>, assim como o anterior Código Criminal do Império<sup>17</sup>, foi redigido em quatro livros que, por sua vez, encontravam-se subdivididos em Títulos e Capítulos.

---

<sup>13</sup> CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.44.

<sup>14</sup> Ana Maria Colling defende que a exclusão feminina do processo eleitoral apresentava-se de forma implícita, uma vez que no texto da Constituição de 1891 não estava redigida a proibição. Sendo assim, a não participação das mulheres no sufrágio era entendida como algo “natural”. (COLLING, A. M.). **A construção da cidadania da mulher brasileira**: igualdade e diferença. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>15</sup> Segundo Surama Conde Sá Pinto, no período em questão, 80% da população brasileira não se adequava às exigências constitucionais para o exercício do sufrágio. (PINTO, S.C.S. A problemática da cidadania na Primeira República Brasileira. **Revista de História**, Vitória, n.8, 1º semestre de 1999, p.41-65.

<sup>16</sup> NORONHA, M. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2001. p.59.

<sup>17</sup> O Código Criminal do Império, projetado por Bernardo Pereira de Vasconcellos, foi sancionado, em 1830, pelo Imperador D. Pedro I. Influenciou a elaboração dos códigos espanhol (1848) e português (1852) por sua clareza, precisão, concisão e apuro técnico. Além disso, foi considerado um dos códigos mais bem elaborados do período apesar de espelhar-se na lei da desigualdade uma vez que trazia as penas de galés e morte para os escravos. (BITENCOURT, C.R. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2000, p.41.

Assemelhando-se ao código anterior, o Livro I tratava da responsabilidade penal, dos crimes e das penas, numa explícita influência da Escola Clássica que priorizava os preceitos da responsabilidade jurídica.

O Livro II, o mais denso dos três, congregava os crimes praticados contra a República, a ordem interna do país, a administração pública e contra os direitos individuais. A normatização da sexualidade encontrava-se no Capítulo VIII sob a denominação de: “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor.”<sup>18</sup> Este capítulo abrangia os delitos de violência carnal, rapto, adultério, lenocínio e ofensas públicas ao pudor.<sup>19</sup> Imediatamente a seguir encontrava-se a regulação dos crimes contra o estado civil, como a poligamia e abandono de menores, entre outros. Crimes contra a vida e segurança da pessoa incluindo o homicídio, infanticídio, suicídio, aborto, lesões corporais e duelo compunham o Capítulo X, enquanto a preocupação com a honra e a boa fama assim como os crimes contra a propriedade, incluindo furto e roubo, encerravam o livro II.

O Livro III continha as regras sobre as contravenções em espécie estipulando crimes e punições para a profanação de cemitérios; mantinha do código predecessor a regulação das loterias, rifas, jogos e apostas e inovava com o controle de mendigos, ébrios, vadios e capoeiras.<sup>20</sup>

Primeira síntese do direito republicano, o Código Criminal de 1890 atravessou a República Velha, a década de trinta e atingiu o ano de 1940. Neste período de cinquenta anos, o código perpassou a vigência de três constituições e múltiplas alterações na conjuntura socioeconômica e política do país.

---

<sup>18</sup> A grafia do período foi atualizada visando facilitar a leitura do texto.

<sup>19</sup> O lenocínio e o atentado ao pudor constituíam inovações no Código Penal de 1890 uma vez que até então estes crimes pertenciam à esfera do estupro ou da injúria. (ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 30.)

<sup>20</sup> BASTOS, J. T. **Código Penal Brasileiro**. Annotado. São Paulo: C. Teixeira Editores, 1918. PESSÔA, V. A. de P. **Código Criminal do Império do Brasil**. Annotado. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1877. Sobre a transformação de parcelas da população *desocupada* em grupos de ameaça a ordem pública, ver: MARTINS, S. H. Z. Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo. (1933-1942). **Pós-História**. Assis, v.5. pp. 247-254, 1997.

Efetivamente, o regime presidencialista, somado ao federalismo e à representatividade, propiciou a criação de um particular jogo de forças políticas nas três décadas iniciais da República. Beneficiada pelo poder econômico e pelos acertos políticos regionalizados a oligarquia cafeeira ocupou, por anos, a presidência da jovem nação. O revezamento no poder central do país era praticado entre as elites paulista e mineira, inviabilizando as tentativas de alteração desta situação. Desta forma conseguiam manter a hegemonia econômica da atividade agro-exportadora e a importância da região Sudeste no conjunto do país.<sup>21</sup>

Os ajustes e desajustes entre as oligarquias nas sucessões presidenciais ganharam novos nuances no decorrer da década de 1920. Nestes anos a classe média urbana alcançou maior visibilidade na cena política, apresentando tendências a apoiar movimentos liberais que enfatizassem a necessidade de governos afeitos às normas constitucionais, substituindo a República oligárquica pela República liberal. Também, em 1922, surgiu o Partido Comunista do Brasil sob influência dos acontecimentos de 1917, na Rússia, e, eminentemente formado por operários, pregava a reforma agrária e a luta contra o imperialismo. Mesmo apresentando uma principiante movimentação em busca de direitos, os grupos de trabalhadores urbanos se mantiveram carentes tanto de direitos quanto de organização até a política trabalhista desenvolvida por Getúlio Vargas no decorrer da década de 1930.<sup>2223</sup>

Contrários aos políticos oligárquicos, os tenentes, nos anos vinte, expressaram suas insatisfações em revoltas que visavam a mudanças na estrutura interna das Forças Armadas, assim como uma nova diretriz para a política nacional.

---

<sup>21</sup> FAUSTO, B. **História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano - estrutura de poder e economia (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1985, p. 53-99.

<sup>22</sup> GONTIJO, R.; BELLUCO, H. Sobre a historiografia do movimento operário. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v.2, n.1, mar./2000, p.159-193.

<sup>23</sup> SILVA, C. L. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v.2, n.1, mar./2000, p.195-228.

Abertamente preocupados com descentralização do país pretendiam um poder autoritário e centralizador para implantar reformas no Estado e na sociedade.<sup>2425</sup>

Diante deste quadro é possível aferir que o início da década de trinta trouxe sensíveis alterações nos quadros republicanos. A mais eloqüente e visível foi a ascensão do gaúcho Getúlio Vargas à presidência da República do Brasil, em 1930, mediante uma composição heterogênea que congregava oligarquias dissidentes, partido democrático e parte dos tenentes. Esta mudança trouxe uma nova feição na construção da República brasileira que se tornou mais centralizada e fortalecida a partir da negação atribuída à fragmentação regional e suas forças políticas descentralizadas.

Mesmo mais centralizada e fortalecida, e apesar da incipiente industrialização das cidades e do processo de urbanização, a economia prosseguia vinculada à produção cafeeira, e a influência dos grandes cafeicultores ainda soava alto nas diretrizes políticas do país. Esta influência estava vinculada ao fato de que alguns proprietários de fazendas cafeeiras passaram a diversificar o ramo, aplicando em negócios na área fabril, deslocando o foco para as cidades, sendo freqüente encontrar em uma mesma pessoa a figura do fazendeiro, do intermediário do café e do industrial.<sup>26</sup>

Em meio às crises internas, como a pressão das elites paulistas em 1932, Getúlio Vargas promulgou, em 16 de julho de 1934, a nova e segunda constituição do período republicano. Nesta preservou-se o regime, o federalismo e o presidencialismo. E em sintonia com a conjuntura do período confirmou a validade

---

<sup>24</sup> FAUSTO, B. **História Geral: o Brasil republicano - sociedade e instituições (1889-1930)**. São Paulo: Difel, v.2, 1985, p.215-234.

<sup>25</sup> MORAES, J. Q. de. O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In: LORENZO, H. C. D.; COSTA, W. P. da. (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997. p.73-92.

<sup>26</sup> MENDONÇA, S. R. de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 257. HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991, p.49-53.

da justiça eleitoral e trabalhista, criadas no governo provisório instituído a partir de 1930 (1930-1934).<sup>27</sup>

No entanto, a duração desta Carta foi efêmera, pois no final da década de trinta, sob o aquecimento de influências externas, do discurso autoritário fascista e nazista e de combate às forças comunistas e, internas, dos movimentos de oposição ao crescente autoritarismo, o presidente anunciava, em cadeia de rádio, a outorga de uma nova constituição, elaborada em tom francamente autoritário.<sup>28</sup> Em 10 de novembro de 1937, o presidente dissolveu a Câmara de Deputados e o Senado anunciando o golpe do Estado Novo. Mais uma vez acompanhando as alterações socioeconômicas, três anos depois, em 1940, acontecia a promulgação do novo código penal brasileiro.

Em 1937, Alcântara Machado apresentou um projeto de código criminal brasileiro, que, apreciado por uma comissão revisora, acabou sendo sancionado, por decreto de 1940, como Código Penal, passando a vigorar até os dias atuais, embora parcialmente reformado.<sup>29</sup> E em sintonia com o movimento político e econômico do país, a promulgação de um novo estatuto penal ocorreu em plena ditadura Vargas, sob a influência das diretrizes do Estado Novo. Neste tempo, outra sociedade, diferentemente da existente na Primeira República, recebia a compilação de leis penais. Sociedades e leis influenciadas pelo fascismo europeu, pela primeira experiência socialista na União Soviética e pelo clima de insegurança e terror que se

---

<sup>27</sup> Ainda no rastro das inovações sociais, atribuídas pela postura paternalista e nacionalista do presidente, a Constituição definiu o salário mínimo, a sindicalização, a nacionalização de empresas, a previdência social e pôs fim à “natural” exclusão feminina do sufrágio delegando, explicitamente, à mulher o direito ao voto. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. (CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. **Todas as Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978, p. 55-60).

<sup>28</sup> A Constituição de 1937, apelidada de *polaca* pela semelhança com a Constituição polonesa, resumo da doutrina do corporativismo fascista, não vigorou porque o presidente, com o golpe e a instalação do Estado Novo, estabeleceu um regime de força em que ele, Getúlio Vargas, era o poder absoluto anulando, inclusive, o Supremo Tribunal enquanto poder político. Direitos e garantias individuais foram limitados e a legislação trabalhista foi acentuada. Porém, com a derrota nazista e fascista, na Europa, o governo foi cedendo terreno e adotando várias emendas na Constituição. Assim sendo, e deposta a ditadura, em 1945 o governo provisório convocou nova constituinte. (FÜHRER, M. R. **Constituições brasileiras**. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 55-60)

<sup>29</sup> BITENCOURT, C. R. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2000, p.42.

espraiava pelo mundo.

## 1.2 AGORA, UM NOVO CAMPO JURÍDICO

A gênese do Direito brasileiro está acoplada à sua primeira Constituição, outorgada por D. Pedro I, em 25 de março 1824, na conjuntura da emancipação do Brasil em relação a Portugal. Centralizadora e autoritária, a Constituição tratou de organizar poderes, definir atribuições e garantir direitos individuais de uma minoria da população. Apesar de conclamar a liberdade individual, econômica e de iniciativa, estabelecer a igualdade de todos os brasileiros perante a lei, a legislação confrontava-se com uma realidade social regida pelo escravismo, pelo voto censitário e pela eleição indireta.

A contradição entre o estatuto legal e a realidade brasileira não parece preocupar os legisladores [...]. A elite de letrados, porta-voz das categorias socialmente dominantes [mascarou] as contradições e [ignorou] a distância entre as disposições jurídicas e a realidade.<sup>30</sup>

A independência da justiça também foi teoricamente garantida, uma vez que se transformava num instrumento para os grandes proprietários, interessados em salvaguardar a manutenção da ordem estabelecida após o rompimento com o sistema colonial.

Neste sentido, o artigo 151 da Constituição de 1824 ao tratar das atribuições do

---

<sup>30</sup> COSTA, E. V. da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 17.ed. Rio de Janeiro, 1988, p.124.

poder judiciário, revelava a necessidade de elaboração de um Código Criminal.<sup>31</sup> Este foi oficializado no ano de 1830, seguido dois anos depois pelo Código de Processo Criminal que, dentre outros, instituiu o Tribunal do Júri<sup>32</sup> para julgar a maioria dos casos e o *habeas corpus*, a ser concedido a pessoas presas ilegalmente.<sup>33</sup>

Naquele período, o país passava por sérias convulsões sociais desenhadas nas revoltas provinciais motivadas pelas dificuldades cotidianas e as incertezas da organização política. No período regencial, compreendido entre 1831 e 1840, a unidade territorial do Brasil esteve em jogo; a centralização ou descentralização do poder, a autonomia das províncias e a organização das Forças Armadas ocuparam o centro das discussões políticas. Qualquer tentativa de flexibilizar o sistema político e garantir as liberdades individuais resultou em confrontos e no predomínio dos interesses das elites.

---

<sup>31</sup> CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978, p.667.

<sup>32</sup> Segundo Boris Fausto, o júri foi criado no Brasil, em junho de 1822, para julgar crimes cometidos pela imprensa. A Constituição Imperial de 1824 atribuía aos códigos a determinação das funções do júri. Assim, o Código de Processo Criminal do Império, elaborado em 1832, ampliou a atuação do tribunal, como o julgamento de moeda falsa, roubo, homicídio, bancarrota. Com a Constituição Republicana a instituição passou a ser regulada pelas leis dos Estados. No Paraná, conforme Código do Processo Criminal do Estado, de 1906, cujo projeto foi do castrense João Baptista da Costa Carvalho Filho, ao Tribunal do Júri competia julgar *crimes que a lei, pela natureza deles, ou pela qualidade funcional do delinqüente, não atribuiu a outro juiz ou tribunal* (artigo 667). Nos processos analisados, o homicídio estava na esfera da competência do Tribunal do Júri, cuja presidência era ocupada pelo juiz de Direito e a presidência do Conselho de Sentença por um dos jurados. A legislação estabelecia que os jurados fossem escolhidos entre eleitores considerados idôneos na comunidade. Como a Constituição de 1890 considerou eleitores os cidadãos maiores de 21 anos ficaram excluídos do processo eleitoral e, em decorrência, da composição do júri, as mulheres, os mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos. (FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.227).

<sup>33</sup> CARVALHO FILHO, J. B. da C. **Código do Processo Criminal do Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. D' "A Republica", 1906, p.56-65.



A partir da criação dos dois códigos, delinearam-se as primeiras linhas do que seriam o Direito e a Justiça no país independente.<sup>34</sup><sup>35</sup> Em sintonia com a construção da nova nação, seus representantes instituíram, no decorrer do século XIX, os vieses da organização social baseados no reconhecimento de suas capacidades administrativas, políticas e judiciais.<sup>36</sup> Dessa forma, lentamente foram-se formando as bases do que se efetivaria mais tarde no campo jurídico do país a partir da concretização de elementos de pertença dos agentes a uma elite intelectual com pretensões de instituir a ordem, a civilização e o progresso nacional. Neste sentido, pode-se pensar, a partir de Bourdieu, que o direito consagra a ordem do Estado que por sua vez, num movimento de complementaridade, lhe atribuem poderes que autorizam o reconhecimento social, como a nomeação e o monopólio de nomear atitudes cotidianas.<sup>37</sup>

Já ao final do Século XIX, diante das mudanças políticas e econômicas que levariam a uma maior diversificação social nos anos iniciais da República, ocorreu uma suposta modernização das formas de controle social explicitada no Código Penal Republicano de 1890, aprovado em 11 de outubro de 1890, dez meses após a instalação do regime republicano. Sobre a necessidade de renovar essa legislação específica, abandonando a herança imperial, Campos Salles, Ministro da Justiça em 1891, escreveu que,

---

<sup>34</sup> A organização do aparato jurídico coincidiu com o processo de criação do Estado brasileiro. Fazia-se necessário um efetivo qualificado para preencher cargos burocráticos do aparelho estatal e neste sentido, incomodava o fato de que um elevado número de brasileiros estudava em Coimbra, formava-se nos parâmetros do Direito português e, retornando ao Brasil, passava a compor o quadro de funcionários do estado. Assim, após amplos debates entre autoridades jurídicas, fundou-se em 1827, as faculdades isoladas de Direito. (BASTOS, A. W. **Ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000, p.35-184.

<sup>35</sup> Para saber mais sobre as faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, ler: SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.141-182.

<sup>36</sup> A aproximação entre o Estado e os representantes do Direito, no Brasil, originou o fenômeno político e administrativo do bacharelismo. Este fenômeno representou a absorção quantitativa dos graduados em Direito pela administração pública, pela diplomacia, pela magistratura e pelas atividades policiais. Além disso, os bacharéis dedicaram-se as atividades cartorárias, jornalísticas e literatas. (NEDER, G. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995, pp.99-130).

<sup>37</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p.209-254.

A melhor legislação que nos deixou a monarquia, foi a criminal. Já muito deficiente, porém, na qualificação dos crimes, incompleta na aplicação de muitas teorias [...], atrasada em penalogia, com os vestígios ainda da escravidão e da cruel pena de açoite, com a infamante das galés, com a de morte cominada até aos crimes políticos, a perpetuidade dos castigos em grande número de casos, e a imprescritibilidade em todos, o Código de 1830 não podia ser mantido pela República.<sup>38</sup>

Dada à urgência de construir a nação republicana, reforçando-a nas bases de um poder judiciário, o governo provisório executou uma revisão das leis civis e criminais decretando reformas e disposições complementares.<sup>39</sup>

Com o discurso de modernizar essas leis e eliminar ranços que pairavam sobre a liberdade individual, o Código Penal da República, manteve, entretanto, a divisão formal do Código de 1830. O novo apresentava-se, porém mais minucioso e detalhado, provavelmente devido às mudanças sociais e aos conflitos e tensões decorrentes das alterações na economia, na política e no aspecto demográfico do país.<sup>40</sup>

O código imperial abarcara três pontos chaves que eram os crimes e as penas, os crimes cometidos contra o Estado e os cometidos contra o indivíduo.<sup>41</sup> Já no novo ordenamento jurídico, a Constituição, como base do sistema republicano, foi alçada a um plano central e considerada a lei máxima. A preocupação com a ordem pública, com os direitos individuais e com a propriedade tornou-se expressa e nítida, enfocando a família e promovendo a subjetivação da boa conduta social, incluindo o controle de práticas populares como jogos e apostas e regulando manifestações da

---

<sup>38</sup> SALLES, C. [Introdução do] Relatório Ministro da Justiça, 1891. In: DE BONI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba 1890-1920**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

<sup>39</sup> NEDER, G. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1995, p.41.

<sup>40</sup> ALVES, P. A República e a construção da ordem. **História**. São Paulo, número especial, 1989, p.2-23.

<sup>41</sup> PESSÔA, V. A. de P. **Código Criminal do império do Brasil**. Annotado. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1877.

sexualidade que estivessem em desarmonia com a instituição familiar.<sup>42</sup>

Nesse momento, acompanhando as oscilações sociais e contribuindo para o aperfeiçoamento e eficácia das instituições de controle social, o direito manteve seu papel relevante na consolidação da ordem. Esta contribuição relacionou-se, à época, com uma participação de destaque dos bacharéis e juristas na vida pública e na intelectualidade da República, atingindo diversas áreas do conhecimento, como a literatura, jornalismo, história etc.<sup>43</sup>

É nesse período que efetivamente se pode observar, nos moldes analisados por Pierre Bourdieu, a constituição de um campo jurídico do qual faz parte o direito criminal. Posição e poder alcançados pela habilitação de tarefas de natureza política e administrativa, além da pertença a grupos privilegiados, como a origem familiar, instituíram práticas compartilhadas, só formalmente diferenciadas em função das tomadas de posição compatíveis com as trajetórias de cada um dos agentes. Espaço delimitado pelo poder de dizer o correto, de construir a verdade e de impor regras de sociabilidade que geram tensão e conflito, chocando-se com as vivências cotidianas.<sup>44</sup>

No bojo das discussões desencadeadas por criminologistas europeus sobre o comportamento criminoso, suas formas e punições, uma nova geração de especialistas do direito penal brasileiro passou a aplicar os conhecimentos das ciências biológicas e humanas ao direito, insistindo nas diferenças inerentes aos indivíduos. Neste sentido, a República assistiu a uma renovação na aplicação da justiça e do direito. Ansiosos em promover o aperfeiçoamento racial e social, os juristas brasileiros fizeram uso dos pressupostos da ciência moderna e do método empírico para recusar as premissas amparadas no livre-arbítrio. Assim, o direito positivo serviu de justificativa e método para a intervenção dos agentes jurídicos no

---

<sup>42</sup> BASTOS, J. T. **Código Penal brasileiro**. (Annotado). São Paulo: C. Teixeira Editores, 1918.

<sup>43</sup> NEDER, G. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1995, p.11-24.

<sup>44</sup> BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996, p.109.

desenvolvimento físico e moral da nação.<sup>45</sup>

Os valores implícitos na esfera jurídica encontravam-se em consonância com as teorias sociais e raciais existentes em outros espaços intelectuais e profissionais como a medicina, por exemplo.<sup>4647</sup> No entanto, os adeptos do direito positivo não conseguiram influenciar a elaboração do Código de 1890, que seguiu os parâmetros da escola clássica com base na responsabilidade e no livre-arbítrio. Contudo, na prática forense, os agentes jurídicos aproveitaram as brechas deixadas na legislação para atuar a partir de suas convicções teóricas.

O código apresentava elementos que podiam acentuar o grau de responsabilidade do criminoso, assim como reduzi-la. Eram as atenuantes, como a embriaguez e as agravantes, a exemplo da vadiagem. Além disso, trazia situações de inimputabilidade penal, traduzidas nas dirimentes. Dentre elas, uma das mais polêmicas e que gerou grandes conseqüências foi a dirimente do artigo 27, parágrafo 4º do Código Penal republicano brasileiro.

#### 1.2.1 Uma dirimente constrói o crime passional

Uma das inovações apresentadas no Código Penal de 1890 foi a atribuição, supostamente sem distinção, da responsabilidade criminal aos praticantes de delitos, independente da análise dos motivos desencadeadores da quebra da norma jurídica. Tributária da Escola Clássica, por sua vez afeita aos princípios jurídicos básicos do

---

<sup>45</sup> CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: UNICAMP, 2000, p.69-73.

<sup>46</sup> COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral**. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

<sup>47</sup> ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: UNESP, 1999.

pensamento iluminista que priorizava a igualdade dos indivíduos perante a lei, a discussão sobre a responsabilidade e o livre arbítrio dos criminosos embasou a redação do compêndio penal e as diferentes posições dos agentes jurídicos no Brasil. Para os seguidores desta escola o crime não era propriamente “um fato, mas uma entidade jurídica, não uma ação, mas uma infração.”<sup>48</sup>

Em consonância com a tendência clássica, o código de 1890 definiu estados físicos e emocionais capazes de delinearem a irresponsabilidade criminal e isentar o infrator de culpa. O artigo 27 do Título III, que tratava *Da responsabilidade criminal; das causas que dirimem a criminalidade e justificam o crime*, estava dividido em oito parágrafos que classificavam as condições em que as pessoas não seriam consideradas criminosas, dada à ausência de responsabilidade sobre seus atos. Dentre estes parágrafos, o de número 4 fazia referência àqueles que se acharem em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime. Estavam inclusos nesta classificação os loucos de todo o gênero, os sonâmbulos, os epiléticos, os hipnotizados e todos aqueles, que não sendo loucos praticaram o crime em tal estado de enfermidade ou perturbação da mente, verdadeiros irresponsáveis.<sup>49</sup>

Porém, redigido com base nos pressupostos do direito clássico, o código penal encontrava um campo jurídico heterogêneo nas práticas forenses. Muitos juristas nacionais compactuavam com as premissas da moderna criminologia de raízes européias, tendo sido identificados, no Brasil, como integrantes da Escola Positiva.<sup>50</sup>

Esta vertente partilhava a concepção de que se deveria considerar, na análise do crime e do criminoso, critérios antropológicos, sociológicos e psicológicos. Tal perspectiva metodológica resultava na individualização do crime a partir de considerações pormenorizadas do comportamento social e do equilíbrio mental do

---

<sup>48</sup> PEIXOTO, A. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933, p.29.

<sup>49</sup> BASTOS, J. T. **Código Penal brasileiro**. Annotado. São Paulo: C. Teixeira Editores, 1918, p. 56.

<sup>50</sup> A Escola Positiva teve origem nos estudos de criminalistas europeus, do final do século XIX, como Lombroso, Ferri e Garofalo. Para os adeptos desta vertente, “o crime é uma ação anti-social, promovida, num indivíduo de resistência diminuída, por determinações.” (PEIXOTO, A. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933. p.31).

acusado. Este confronto, entre a legislação codificada e as práticas jurídicas, originou um dos mais polêmicos fenômenos de caráter jurídico e social: o crime passionai.

Advogados dos criminosos passionais, formados sob influência da moderna criminologia não tardaram em apropriar-se da dirimente do artigo 27 a fim de elaborarem teses de defesa de seus clientes. Dessa forma, um homicídio que poderia ser interpretado a partir do artigo 124 do Código Penal Republicano que se referia a *matar alguém* passou a ser individualizado. Esta individualização acontecia na esfera *extra-código* e se dava a partir da congregação entre o estado emocional, no momento do crime, e o perfil social do acusado. Para justificar a alteração emocional momentânea, os defensores dos passionais invocavam os ensinamentos do criminalista italiano Enrico Ferri, para quem a paixão amorosa poderia desencadear um processo de perda de sentidos levando a pessoa a cometer o crime. A associação das idéias de Ferri ao discurso da psicologia e destes ao artigo 27 permitiu a existência de um crime jamais redigido nos códigos penais brasileiros.<sup>51</sup>

A caracterização do crime passionai, no entanto, não foi pacificamente aceita, nem pelos juristas, nem pela sociedade. Setores de ambas as esferas se posicionaram e exprimiram suas idéias e concepções quanto aos *uxoricidas*. A figura do criminoso por paixão desencadeou uma verdadeira batalha expressa na literatura jurídica especializada, assim como na imprensa. Nos anos de 1930, a discussão se intensificou entre os defensores e acusadores, ambos defendendo suas perspectivas a partir de estratégias definidas pela posição na hierarquia interna do campo jurídico e pelos interesses da clientela.<sup>52</sup>

Evaristo de Moraes<sup>53</sup>, advogado carioca, no livro *Criminalidade Passional*, escrito em 1933, defendeu a tese da especificidade dos crimes passionais.

---

<sup>51</sup> CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 36-41.

<sup>52</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 209-254.

<sup>53</sup> Discorrendo sobre diversos estudos, Moraes defendeu a associação entre paixão e loucura alegando que a paixão pode anular a função inibitória da vontade, devendo, em condições especiais, ser tida como causa dirimente da responsabilidade penal. (MORAES, E de. **Criminalidade passional**: o homicídio e o homicídio-suicídio por amor. São Paulo: Saraiva, 1933).

Amparado em pressupostos da psicologia, discorreu sobre as diferenças entre paixão e emoção. A emoção era súbita, de pouca duração podendo ser acompanhada por fenômenos somáticos. A paixão, por sua vez, fundamentava-se na idéia fixa.

Nessa classificação o amor era um tipo de paixão e, a sua deformação mais comum, o ciúme seria determinante da maioria dos crimes passionais.

A honestidade e o caráter anterior do acusado seriam, então, critérios fundamentais para caracterizar o passional, pois o crime deveria ser visto como um deslize transitório.

Quando a boa índole do criminoso, o seu honesto passado, a qualidade moral e social dos motivos e a forma apenas violenta da execução do crime, seguida de manifestações de arrependimento, ou de remorso, mostrarem que o mesmo crime – passional ou emotivo – foi um triste e doloroso episódio na vida normal do criminoso, não há razão para lhe ser aplicada qualquer pena, ainda mesmo não deshonrosa. Toda repressão seria inútil, e, como tal, iníqua.<sup>54</sup>

Na outra ponta da discussão protestava o promotor Roberto Lyra<sup>55</sup>, que na década de 1930 desencadeou uma intensa campanha contra os criminosos passionais. Protestava, nos tribunais e na imprensa, que os criminosos passionais cometiam seus

---

<sup>54</sup> MORAES, E. **Criminalidade passional**. O homicídio e o homicídio-suicídio por amor. São Paulo: Saraiva, 1933, p.69.

<sup>55</sup> Roberto Lyra e Evaristo de Moraes são considerados atores importantes da cena jurídica nacional e encarnaram a defesa e acusação dos crimes passionais na década de 1930. O pernambucano Roberto Lyra formou-se na faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi especialista em direito penitenciário, ministro de Educação e Cultura e junto com Evaristo de Moraes participou da comissão revisora do projeto que se transformou no Código Penal de 1940. Também foi socialista, professor e jornalista. Por sua vez, Evaristo de Moraes, apesar de ser conhecido pelas eloquentes defesas de criminosos passionais, exerceu a advocacia também na área do direito trabalhista, defendendo operários do início do século XX. Também graduado em Direito pela faculdade carioca foi socialista, maçom e professor. (CORRÊA, M. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.40-45). Para saber mais sobre a campanha *antipassionalista* desencadeada por Roberto Lyra ver: BESSE, S. K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, n. 18, 1989.

atos premeditada e friamente, sem relação alguma com momentos de insanidade. E se isto ocorresse, deveriam ser encaminhados para os manicômios a fim de receberem tratamento apropriado.<sup>56</sup>

Essas idéias atingiram os agentes jurídicos conforme suas posições na esfera forense e perpassaram o conjunto da sociedade, justificando para alguns os assassinatos entre casais e para outros reforçando a tese de que este tipo criminal deveria ser tratado como outro qualquer.

Todas as determinações inerentes ao Código Penal brasileiro de 1890, incluindo-se entre elas a dirimente do artigo 27, tiveram sua aplicação no território nacional, estabelecendo práticas e influenciando decisões. Para que isso ocorresse, foi preciso estabelecer normas que possibilitassem a aplicabilidade do Código em cada instância e em cada mínima porção do campo jurídico em todo o país.

### 1.3 E OS ESPAÇOS JURÍDICOS SE ORGANIZAM

Após os trâmites pertinentes à instalação do campo judiciário no Brasil, tornou-se necessário estabelecer, no país, uma estrutura que sustentasse a aplicação da legislação recém-instituída. Para tanto, a Constituição de 1891 organizava o poder judiciário da União a partir de uma divisão em três instâncias. A primeira instância, atrelada aos poderes locais, congregava os Tribunais de Júri e localizava-se nas Comarcas. A segunda instância referia-se aos Tribunais Superiores Estaduais sediados nas capitais dos Estados. E, por fim, a terceira

---

<sup>56</sup> LYRA, R. escreveu, em 1932, **O amor e a responsabilidade criminal** em que expôs sua tese antipassionalista apoiado por diversos criminalistas que compactuavam com a concepção de que o criminoso passional não deveria ser individualizado juridicamente. Deveria, sim, receber punição compatível com o mais radical dos delitos cometido contra a pessoa: tirar a vida de outrem. Não acreditava que o amor pudesse desencadear uma fúria assassina a não ser os indivíduos, cientificamente, considerados insanos.



instância, na qual o Supremo Tribunal Federal, localizado na capital do Brasil, desempenhava sua competência.

Órgão mais alto do poder judiciário do país, ao Supremo Tribunal competia processar e julgar crimes praticados pelo Poder Executivo, crimes políticos, resolver conflitos do país na esfera internacional, solucionar litígios surgidos entre os Estados da União e entre os membros do próprio Poder Judiciário. Além disso, era também de sua alçada a revisão, em qualquer tempo, de processos criminais julgados nas instâncias inferiores. A revisão dos processos poderia resultar na reforma da decisão anterior ou em sua confirmação, sem que se pudesse questionar a resolução tomada pelo Supremo.<sup>57</sup>

No tocante a instituição do Ministério Público, órgão autônomo em relação ao poder Judiciário e Executivo, a Constituição de 1891 aludia somente ao Procurador Geral da República, cuja função era chefiar o Ministério Público Federal. A constituição de 1934, por sua vez, o incluiu entre os órgãos *de cooperação nas atividades governamentais* e acrescentou ao cargo de Procurador Geral da República as funções de procuradores regionais, designados para os estados, e de promotores de justiça dos estados.<sup>58</sup>

Assim, no momento da instalação da República, o Poder Judiciário encontrava-se delineado e as mudanças ocorreram em uma estrutura já existente. A preocupação nesse momento era, pois com o jogo interno das disposições dos agentes jurídicos. Para tanto, deu-se a codificação das competências dos agentes e do preenchimento dos cargos jurídico-administrativos estaduais e municipais, outrora vagos, pelos agentes especializados, detentores do saber jurídico.

Para o Supremo Tribunal Federal, os juízes, em número de quinze, eram nomeados pelo Presidente da República e seus cargos só poderiam ser retirados por sentença judicial, respeitado o caráter da vitaliciedade.

---

<sup>57</sup> CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978, p.599-602, 608.

<sup>58</sup> NUNES, C. **Teoria e prática do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro (si), 1943. p. 556-566.

Já no âmbito estadual, a primeira Constituição republicana atribuiu a cada estado a competência para elaborar suas próprias leis e organizar o poder judiciário. Conforme o artigo 63 da Constituição de 1891, cada estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União. Seguindo esta ordenação, no mesmo ano foi promulgada a primeira Constituição do Estado do Paraná, determinando, para o Poder Judiciário, a instalação de Tribunais Superiores de Justiça dos Estados, além dos Tribunais de Júri. Neles atuavam juízes distritais, municipais e de direito. Neste quadro institucional, a matéria criminal ficou sob os cuidados exclusivos dos juízes municipais e de direito.<sup>59</sup> Reconfiguravam-se e atribuíam-se poderes.

Em 1892, foi promulgada a segunda Constituição do Paraná. A elaboração desta nova legislação foi motivada pela deposição de Generoso Marques dos Santos da presidência do Estado. Por meio da segunda Carta foi criado, em substituição ao Tribunal de Apelação, o Superior Tribunal de Justiça do Estado, com sede na capital paranaense e jurisdição por todo o território estadual.

No Tribunal de Justiça eram alocados, com função vitalícia, os ministros, posteriormente denominados desembargadores, escolhidos pelo princípio da antiguidade absoluta, da idade e da capacidade moral.

O Art. 69 promulgava que para representar os interesses da sociedade, da justiça e do Estado, perante todos os juízes e tribunais seria instituído um Ministério Público no Estado. As nomeações dos membros eram de competência exclusiva do governador.<sup>60</sup>

Para cada estado, a legislação maior estabelecia ainda uma divisão judiciária em Comarcas, divisão territorial sob a alçada do poder de um ou mais juízes e igual número de promotores. A Comarca, por sua vez, subdividia-se em

---

<sup>59</sup> HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO NO PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do esporte. Curitiba: Serena, 1982.

<sup>60</sup> FREIRE, F. **As Constituições dos Estados e a Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, . p. 540-559.

Termos, que compreendiam um ou mais municípios sob jurisdição de um juiz. Para formar um Termo era necessário que o município ou municípios apurassem 50 jurados para compor um Conselho.<sup>61</sup>

No Estado do Paraná, a cidade de Ponta Grossa, alçada à condição de Comarca em 1883, ainda no período imperial, compreendia as freguesias de Conchas, Santo Antonio do Imbituva e o Termo de Palmeira. A institucionalização da justiça, na cidade, seguiu os moldes da estrutura judiciária idealizada na Constituição Estadual de 1892. Com a instalação de um Tribunal de Júri, instituiu-se a Promotoria Pública, e para amparar esta estrutura, foram nomeados os escrivões - oficiais públicos que escrevem autos, termos de processo, atas e outros documentos de fé pública -, e os cartorários - oficiais do registro civil das pessoas. Nesse período, assumiu como primeiro juiz de Direito, Conrado Ericksen<sup>62</sup>, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo.

Quarenta e dois anos após a instalação da Comarca de Ponta Grossa, em outubro de 1925, o governo do Estado do Paraná, representado por Caetano Munhoz da Ribeiro, adquiriu um terreno, na esquina das ruas Engenheiro Schamber e Marechal Deodoro, para construção do Fórum local. Era a resposta à solicitação feita pelo Prefeito Municipal, Coronel Vitor Munhoz da Ribeiro. Ao apresentar relatório a Câmara Municipal, o prefeito referiu-se a construção do prédio,

Na mensagem pela Prefeitura enviada à Câmara em dezembro do ano pretérito [1925], dando notícia da visita a esta cidade de Exmo. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Ribeiro, Chefe do Governo Estadual, a 10 de outubro daquele ano, afirmei haverem ficado definitivamente resolvidas as construções do Fórum, da Detenção, do dispensário Antivenéreo, a serem

---

<sup>61</sup> SACCELLI, M. J. Homens probos, homens bons: a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p.167-192.

<sup>62</sup> CHAMMA, G. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, 1988. p.32.

executadas pelo benemérito patricio, em Ponta Grossa.<sup>63</sup>

O projeto arquitetônico, de responsabilidade do engenheiro Ângelo Lopes, era enaltecido e percebido como um símbolo de poder e ordem,

Fórum e Detenção receberam já as cobertas e o seu acabamento dar-se-á em curto prazo, ficando superiormente dotada a cidade desses elementos de ordem, posto que o Governo, na execução das obras observou meticulosamente as exigências da hodierna arquitetura para trabalhos dessa natureza, resultando que taes construções são modelares.<sup>64</sup>

A entrada do Fórum se dava por uma grande porta de ferro. As escadarias eram de madeira e davam acesso ao andar superior. No saguão superior, ante-sala da Sala do Tribunal do Júri, as paredes foram decoradas com pinturas de colunas romanas. No início das atividades do Fórum, inaugurado em 4 de janeiro de 1928, somente o pavimento superior foi ocupado. Utilizavam-se a Sala do Tribunal e a sala a ela anexada onde se reuniam os jurados para o veredicto. As outras salas do mesmo pavimento eram ocupadas pelo judiciário. Havia o Gabinete do Juiz, a Sala de Audiências da 1ª Vara Cível, Sala da Promotoria e Sala de Audiências da 2ª Vara do Crime. Instalou-se também o cartório do crime e de Registro Civil.<sup>65</sup> Posteriormente, o andar térreo foi ocupado por entidades oficiais como a Coletoria Estadual, salas cedidas a Delegacia de Polícia e Tabelionato. Ocupou a função de

---

<sup>63</sup> PREFEITURA Municipal de Ponta Grossa. Exercício Financeiro 1925/1916. Mensagem apresentada a Câmara Municipal, em sessão de dezembro de 1926, pelo cidadão Victor Antonio Batista, Prefeito Municipal. In: DROPPA, M. M. **A memória do patrimônio histórico tombado em Ponta Grossa** – Paraná. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Campus de Assis, 1999, p. 131.

<sup>64</sup> *Ib Ibidem*, p.132.

<sup>65</sup> DROPPA, M. M. **A memória do patrimônio histórico tombado em Ponta Grossa** – Paraná. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Campus de Assis, 1999.

diretor, o Dr. Isaias Bevilaqua.<sup>66</sup>

O prédio do Fórum foi construído nas imediações de residências de conhecidas famílias pontagrossenses, do Clube Pontagrossense, da casa do Barão de Guaraúna, da Sede da Câmara Municipal e da Cadeia Pública, em frente a Praça Marechal Floriano Peixoto. No outro lado da praça localizava-se a Catedral.

A construção do Fórum coroou o processo de instalação da justiça em Ponta Grossa. Símbolo do poder, da ordem e da lei, solidamente edificado em região nobre da cidade, abriu as portas para as encenações dos agentes jurídicos e para os personagens dos crimes passionais. Decidiu-se em suas salas sobre as representações culturais imbricadas nas construções dos crimes.

Os agentes jurídicos envolvidos nos julgamentos estavam imbuídos de valores culturais adquiridos nos processos de aprendizagens sociais. Estes aprendizados ocorrem no cotidiano e instituem posições influenciando disposições individuais nos campos sociais, como o político e o jurídico.

---

<sup>66</sup>OSTERNACK, M. L. P. **Boletim comemorativo de abertura do Museu Campos Gerais.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983.

## CAPÍTULO 2

### OS DRAMAS

Ponta Grossa. 1925. Rosa Ribeiro saiu de casa deixando para trás o marido e passou a morar, com uma amiga, no *Buraco Quente*, arrabaldes da cidade. No início de uma noite quente de fevereiro, mais ou menos às dezenove horas, as duas amigas saíram para um passeio. Conversavam distraidamente, seguindo em direção ao centro da cidade, quando encontraram com Dario Ribeiro (Anexos 1 e 2),<sup>67</sup> o marido abandonado. Já com o revólver nas mãos, Ribeiro empurrou a amiga da mulher e dirigiu-se a apavorada Rosa que, pressentindo o ataque fatal, perguntou “queres me matar?”<sup>68</sup> Sem responder, Dario segurou-a pela cintura e disparou um tiro a queima-roupa. Rosa caiu na calçada, ensangüentada, morrendo a seguir, enquanto seu algoz fugiu.

As testemunhas creditaram o crime ao fato de Dario não se conformar por ter sido abandonado, há seis dias, pela mulher e, asseveraram que, além disto, nada conheciam ou sabiam que pudesse desabonar o casal. Por sua vez, a amiga de Rosa atribuiu o gesto homicida à recusa de Dario em aceitar que ambas estivessem morando juntas. Com o réu foragido, o processo correu a revelia e um ano depois do crime, o assassino foi julgado e absolvido em primeira instância, sem que a Promotoria tenha recorrido da decisão dos jurados.

Um homem, uma mulher, um drama.

Como esse, muitos outros ocorreram na pequena Ponta Grossa do início do século XX onde o aumento populacional, a convivência cotidiana de culturas

---

<sup>67</sup> Para melhor visualizar e acompanhar os casos, consultar Anexo 1: Quadro de Processos crime por ordem alfabética de réu; Anexo 2: Quadro de Processos crime por ordem cronológica dos crimes.

<sup>68</sup> Processo Crime Dario Ribeiro Caixa 2. Ano 1926. Os nomes verdadeiros dos envolvidos nos crimes analisados foram trocados por pseudônimos criados para preservar o anonimato das famílias.

diversas e ausência de emprego para uma parcela da população<sup>69</sup> motivaram alguns tipos de crimes.

## 2.1 A VIOLÊNCIA ENTRE CASAIS E OS JOGOS DAS PAIXÕES

O que se pode observar é que, nesse período, embora o maior número de crimes fossem os praticados contra a propriedade, nos delitos contra a pessoa, o homicídio figurava majoritariamente nos relatórios policiais.<sup>70</sup> Dentre os homicídios cometidos, alguns envolviam casais de imigrantes.

Num domingo à tarde, semi-embriagado, Joaquim Polanski iniciou um monólogo agressivo no interior da casa que dividia com sua amásia<sup>71</sup> em Oficinas, bairro afastado do centro da cidade e habitado, principalmente, por funcionários das ferrovias. Entre o casal, as agressões verbais e físicas ocorriam freqüentemente, obrigando Ângela a pernoitar nas casas vizinhas.

Nesse dia, enquanto Polanski gritava e quebrava pratos dentro de casa, Ângela chorava sentada entre o forno e o canteiro de cebolas. Não satisfeito em quebrar utensílios domésticos, saiu atrás da companheira e ao encontrá-la chorando, sem hesitação, arremessou contra ela uma bacia com restos de comida do cachorro. A comida atingiu, em cheio, o rosto da mulher, cobrindo-lhe os olhos. No momento em que Ângela tentava limpar, com as mãos, o rosto, Polanski desferiu

---

<sup>69</sup> Conforme o Censo de 1920, 20,47% da população masculina declarou não ter emprego. (PINTO, E. A. **A população de Ponta Grossa a partir do Registro Civil. 1889-1920**. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná, 1980.

<sup>70</sup> SILVA, E. A; et al. **O povo faz a história** – Ponta Grossa, 1920-1945. Relatório de pesquisa. Ponta Grossa: UEPG, 1994.

<sup>71</sup> Nos processos os casais são denominadas de *amásios*, *amantes* ou *marido e mulher*. Conforme as fontes, a primeira denominação se refere a casais que moravam juntos sem terem oficializado a relação tanto no casamento religioso quanto no civil. O termo *amantes* se refere a casais que se encontravam esporadicamente, não dividindo o mesmo teto ou tendo projetos de vida em comum. Por fim *marido e mulher* indica a existência de laços oficializados.

dois tiros, de pistola, no peito da amásia, prostrando-a morta instantaneamente.

O crime abalou a cidade e o jornal local publicou durante dias detalhes da relação entre o assassino e sua vítima. A história do casal teve início na Polônia, quando os dois passaram a viver juntos, após Ângela ter enviuvado e Polanski ter sido abandonado pela mulher. Viveram juntos por dezesseis anos e não tiveram filhos. Alcoólatra, Polanski obrigava Ângela a beber. Porém, o que causou indignação foi o fato de os amantes serem irmãos pelo parentesco paterno. Conforme declarações prestadas por uma irmã de Ângela, Polanski obrigou a meia irmã ao *concubinato incestuoso*, mantendo-a sob constantes espancamentos e ameaças de morte. Além de manter Ângela na relação incestuosa, exigia que a amásia entregasse-lhe todo o dinheiro recebido pelo trabalho de lavadeira. E teria sido esse o motivo do homicídio, pois segundo testemunha, no dia do assassinato Ângela recusara-se a entregar dinheiro para que Polanski pudesse ir ao bar beber.

Empregado da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul por muitos anos, Polanski encontrava-se desempregado e fazia pequenos trabalhos como pedreiro. Após declarar-se culpado do assassinato, evadir-se da cidade, ser pronunciado e levado a júri por três vezes, foi declarado absolvido do crime de homicídio praticado contra sua amásia.

Apesar de ter abalado a sociedade local o homicídio cometido por Polanski não compunha ineditismo, pois os crimes envolvendo casais ilustraram manchetes no jornal local. Dentre os publicados, aqueles cometidos entre casais que partilhavam vínculos amorosos e/ou sexuais mereceram destaque nas páginas do jornal e entre seus leitores.

Caso semelhante ocorreu no mesmo ano do crime praticado por Polanski. Em 1934, também num domingo à tarde, o lavrador João Esperidião, 53 anos, assassinou com um tiro de revólver sua mulher Verônica, com quem estava casado há 22 anos. Conhecido, pelos vizinhos, por sua agressividade no trato com os familiares, Espiridião era considerado *mau para a família, o mesmo não*



*acontecendo para com os estranhos, aos quais dedicava amizade. Mãe de 10 filhos, Verônica era vista como mulher muito trabalhadeira, distinta e honesta, tendo criado praticamente sozinha os filhos.*<sup>72</sup>

As brigas e ameaças desencadeadas por Espiridião contra seus familiares eram, em grande parte, ocasionadas pelo alcoolismo, pois afirmou uma testemunha *que o denunciado quando estava em seu estado normal era homem pacato, quieto e incapaz de ofender a quem que seja.*<sup>73</sup> No entanto, contrariando a embriaguez habitual, conforme os vizinhos, na tarde do crime Espiridião encontrava-se sóbrio. A discussão, naquele dia, envolvia sua mulher e um filho do casal sendo que o foco da discórdia era Belarmina, amante de Espiridião, com quem ele tinha uma filha de 19 anos. Em meio à confusão, o criminoso teria dito: *Olha: Eu agora vou ficar solteiro, para casar com a Belarmina*<sup>74</sup> e, sacando de um revólver, disparou contra Verônica, matando-a imediatamente, e ainda entrou em luta corporal com seu filho que tentara defender a mãe.

Ao serem entrevistados pelo repórter do jornal local, os filhos do casal mostraram, no corpo da mãe morta, cicatrizes de antigas agressões. A revolta deles ficou evidente na afirmação de que o assassinato *“foi o epílogo de um grande martírio. Essa declaração é confirmada pelos filhos do criminoso, que clamam justiça ante o sangue derramado [...] e a memória da mártir que tombou sem vida.*<sup>75</sup>

Réu confesso preso em flagrante, o italiano Espiridião foi absolvido e considerado livre no terceiro julgamento após a promotoria ter recorrido da primeira absolvição (Anexo 3).

Dentre os nacionais, da mesma maneira, ocorriam crimes que atentavam contra cônjuges ou companheiros e em que o réu ficava em liberdade. No decorrer do ano de 1934, João e Maria Lopes, brasileiros, casados há oito anos e pais de um

---

<sup>72</sup> Processo Crime João Esperidião. Caixa 2. Ano 1935.

<sup>73</sup> *Ib* *Ibidem*

<sup>74</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 646, 1 de abril de 1934, p.1

<sup>75</sup> *Ib* *ibidem* .

menino de cinco anos de idade, *viviam em harmonia*<sup>76</sup> e andavam *sempre de acordo*.<sup>77</sup>

O drama da família Lopes atingiu o ápice com o assassinato de Maria por seu marido ao ser flagrada nos braços de seu amante. Numa tarde de abril de 1934, antes de sair para o trabalho, Lopes aceitou que Maria fosse visitar uma comadre. Certo de que sua mulher encontrava-se em casa da amiga, Lopes foi surpreendido pelo relato de Sebastião Ceco, seu tio, que afirmava ter visto Maria entrando num capão de mato, em companhia de João Camargo, 19 anos e igualmente funcionário da ferrovia.

Ao saber que sua mulher estava em companhia de outro homem, Lopes abandonou o trabalho e correu em direção ao capão onde teria entrado o casal de amantes. Chamando por sua mulher, avistou-a nos braços de Camargo. Assustados, os amantes correram e Maria foi alvejada por dois tiros. Mesmo ferida, correu em direção à vila dos ferroviários tendo caído, *banhada em sangue*<sup>78</sup>, no quintal de uma das casas. Maria Lopes morreu dois dias após o atentado, vitimada por uma infecção generalizada e engrossou a estatística dos homicídios entre casais.

Preso em flagrante, menos de um ano após o homicídio, Lopes foi absolvido em primeira instância, sem apelação, pelo assassinato de Maria Lopes.

Em contrapartida, mulheres também matavam, com ou sem a justificativa amorosa, conforme atesta a denúncia do Promotor Público, no caso a Justiça Pública e Brígida Fontes, em 1928,

... venho denunciar [...], Brígida Fontes, brasileira, com 40 anos de idade, doméstica, alfabetizada [...], pelo seguinte fato delituoso: No dia 1º do corrente mês, às 22 horas mais ou menos, no bairro de Uvaranas, em sua casa e no próprio leito conjugal, Brígida Fontes vibrou contra seu marido, Temístocles Fontes, segundo tenente do exército, 'três' punhaladas [...], lesões essas que foram a causa eficiente da morte de Temístocles Fontes. Cumpre-se ainda observar, para que melhor se possa avaliar, a hediondez

<sup>76</sup> Processo Crime João Lopes. Caixa 1. Ano 1934.

<sup>77</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6453, 6 de abril de 1934, p.4.

<sup>78</sup> Processo Crime João Lopes Caixa 1. Ano 1934

do ato criminoso da denunciada, que Brígida Fontes aproveitou-se do sono de seu marido para consumir o crime que por que ora é denunciada.<sup>79</sup>

Finalizando uma vida conjugal baseada na ferocidade do marido, a ré alegou, em sua defesa, não mais suportar as agressões físicas, as ameaças de morte e os maus tratos morais. Temendo ser morta, pois havia apanhado com um facão, esperou que o marido adormecesse e o apunhalou, chamando, em seguida, o vizinho mais próximo. Como os criminosos do gênero masculino anteriormente citados, foi absolvida em dois julgamentos, sem mais apelações.

O que levava esses homens ou mulheres, muitos deles morigerados e pacatos, a se tornarem criminosos? As alegações eram as mais diversas, tanto as apresentadas pelos próprios réus como as invocadas pelos agentes jurídicos.

## 2.2 ACUSAÇÃO, DEFESA E SUAS FALAS

De uma forma geral, os argumentos usados pelas partes, defesa e acusação, não diferiram de caso a caso.

Para os defensores, os advogados contratados ou designados pelo Estado, a perturbação dos sentidos, defesa da honra, probidade moral e profissional, ausência de vícios. Para a acusação, personificada no Promotor Público, os maus tratos, o alcoolismo e a ausência de trabalho por parte dos homens constituíam fortes argumentos para pedir a condenação dos criminosos.

---

<sup>79</sup> Processo Crime Brígida Fontes. Caixa 2. Ano 1929.

### 2.2.1 As estratégias da defesa

Na sala do tribunal local, diante de um público apaixonado e envolvido emocionalmente nas tramas passionais, muitas vezes, de pessoas próximas e conhecidas, o discurso da defesa utilizava argumentos que buscavam, de certo modo, comover o tribunal e a assistência visando construir a diferenciação entre os criminosos comuns e aqueles que matavam por amor. Durante o período estudado, as alegações da defesa, como as da promotoria, pouco se alteraram, distinguindo-se, porém, na exposição dos motivos que originaram o ato criminoso.

Um dos primeiros motivos invocados, pela defesa, era o amor puro e desinteressado que o acusado nutria pela vítima.

No caso de José Gonçalves, julgado por assassinar a amante que havia prometido morar com ele e mudara de opinião no dia em este fora buscá-la, o amor foi justificativa encontrada. O advogado Souza e Silva, nas alegações para o primeiro julgamento, afirmou que *mesmo admitindo-se a sua absoluta responsabilidade pelo crime evidencia-se que José Gonçalves nutria profundo amor pela vítima, que lhe fez promessas de viverem juntos, felizes, e no leito costumava trair-lhe com Antonio Carlos [...]*<sup>80</sup>

Um amor reputado, naquele momento, como um sentimento que dava respaldo às atitudes mais diversas: das mais nobres ações ao maior desatino e até mesmo ao crime – sobretudo, se esse era cometido pelos homens. Apresentava as características do amor romântico, e como tal, justificava qualquer ato. O que poderia ser um gesto passível de condenação tornava-se aceito sob o manto do amor; mais do que isso, de uma paixão desatinada. Vozes dissonantes, inclusive de juristas famosos, refutavam a argumentação baseada na concepção do crime passionai, defendendo o sentimento tranqüilo que deveria unir homens e mulheres

---

<sup>80</sup> Processo Crime José Gonçalves. Caixa 2. Ano 1933.

no abrigo dos laços conjugais.<sup>8182</sup> Para esses, em caso algum, o amor poderia ser arrazoadado de perturbação de sentidos, motivo utilizado freqüentemente pelos agentes da defesa por ocasião do julgamento.

A alegação do amor vinculado à idéia de paixão ou, melhor, de paixões que privam o sujeito de sua consciência e de sua racionalidade, carrega consigo a característica de uma assimetria de poder e seria mais aplicável ao gênero masculino. A afirmativa decorre do pressuposto, hegemônico no início do Século XX, de que nas relações amorosas os homens ocupariam a face ativa e dominadora, enquanto as mulheres deveriam desempenhar os papéis de submissão e passividade. A quebra deste suposto equilíbrio revelava, nos casos masculinos, a rejeição feminina às funções delegadas socialmente às mulheres. Os homens poderiam, então, corrigir as transgressões, justificando seus atos através do amor e, perpetuando, assim, a reprodução das desigualdades de gênero.<sup>83</sup>

Uma segunda justificativa utilizada para inocentar o acusado, no caso sempre um homem, era a defesa da honra. Os defensores dos criminosos passionais consideravam essa defesa humanitária uma vez que supunham serem os atos agressivos uma reação psicológica, fugidia ao controle racional. Argumentavam que o temperamento idealista de algumas pessoas as fazia perder a razão quando decepcionadas ou provocadas por uma forte emoção. E, nos casos específicos dos

---

<sup>81</sup> Afrânio Peixoto foi, na década de 1930, professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e ferrenho combatente da tese de perturbação dos sentidos para inocentar os criminosos passionais. Integrava um grupo de juristas que negava a possibilidade do amor justificar crimes entre casais. Para ele assim como para outros, o amor que assassina deveria ser severamente punido: “Urge prender e condenar esse amor. O verdadeiro amor, honesto, doméstico, sem fatura de dinheiro e de tempo, nem pródigo, nem ocioso, o santo amor de cada dia não pode ser criminosos. [...] aos crimes desse amor dobradas penas, para que se eduque na regra de bem viver”. (LYRA, R. **O amor e a responsabilidade criminal**. São Paulo: Saraiva, 1932, p.11.

<sup>82</sup> Representando os argumentos dos defensores de criminosos passionais, o advogado Evaristo de Moraes afirmou que o assunto tornava-se grave “quando o suave amor se transforma em paixão e, mais ainda, em paixão exclusiva, absorvente do indivíduo, dominadora dos seus sentidos, da sua emocionalidade, da sua intelectualidade. E [...], precisamente, esse amor-paixão [determina a] maioria dos crimes [passionais]”. (MORAES, E. de. **Criminalidade passional: o homicídio e o homicídio-suicídio por amor**. São Paulo: Saraiva, 1933, p. 29)

<sup>83</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.156-164.

homens, as emoções estariam vinculadas a paixões como o amor e a honra, aceitas como úteis à sociedade.<sup>84</sup>

No final do século XIX, Enrico Ferri<sup>85</sup> afirmou ser a defesa da honra sexual masculina razão para desencadear a violência contra o objeto de mácula. Ao criar categorias para os delinqüentes, o criminalista italiano classificou os passionais como *los criminales por arrebató pasional* e sobre eles defendeu que *con frecuencia cometen el delito en su juventud bajo el impulso de una pasión que estalla, como la cólera, el amor contrariado, el honor ofendido*.

A noção de *honra* masculina *ofendida*, no âmbito conjugal, apresentava a particularidade de vincular-se ao comportamento sexual feminino. Esse aspecto criou a relação entre honra masculina, sinônimo de virilidade e coragem, e honra feminina, por sua vez, sinônimo de vergonha, pureza e fidelidade.<sup>86</sup> Neste sentido, a honra feminina estava diretamente vinculada ao comportamento sexual das próprias mulheres. Para as mulheres solteiras, a existência do hímen, dádiva pertencente exclusivamente ao marido. Para as mulheres casadas, a fidelidade conjugal.

O argumento do ciúme como sentimento motivador dos crimes, assim como para os promotores, foi outro amplamente utilizado pelas defesas daqueles que diziam *matar por amor*. Ao inverso da acusação, o defensor dizia que o ciúme poderia desencadear o processo de perda da racionalidade, levando o indivíduo a comportamentos que ele não teria em situações cotidianas.

O ciúme e a idéia de posse ficaram evidentes nos casos em que o adultério feminino foi argumento utilizado nas falas da defesa. Apesar do código penal vigente não consagrar ao marido o *bárbaro e sangrento direito* [de] *matar a mulher [...] o júri* [não deixa] *de absolver, vendo no fato ou uma defesa da honra ou uma completa privação de sentidos e inteligência, segundo a capacidade do advogado que produz*

---

<sup>84</sup> CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000, p. 83-85.

<sup>85</sup> FERRI, E. **Sociologia criminal**. Madrid: Centro Editorial de Góngora, s/d. p.181.

<sup>86</sup> PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha**. Valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.]. p.11-60.

a defesa.<sup>87</sup> Exemplar, nesse sentido, foi a absolvição do já citado João Lopes. No discurso da defesa, o Dr. Manoel Soares convenceu os jurados afirmando que,

o denunciado casara [...] movido unicamente por sentimentos de um puro e sagrado amor [...], dispensando-lhe [a mulher] um carinho especial, na altura do seu grande amor por ela, para quem vivia exclusivamente de modo que, ao encontrá-la nos braços do amante, em flagrante adultério, perdeu completamente a razão, e, nesse estado de alucinação mental, agindo como um verdadeiro louco, pelo fato de ver sua honra ultrajada, pela mulher que tanto amava, e que fizera sua esposa por essa justa razão, sacou de um revolver e sem mais pensar em nada, detonou essa arma por duas vezes, contra ela e seu amante ...<sup>88</sup>

Visceralmente ligada à idéia de paixão sem limites, abandono e ciúme, existia o argumento da perturbação dos sentidos, muito utilizada pelos advogados de defesa no período. Em 1932, João Barata disparou dois tiros em Cenira de Carvalho matando-a imediatamente. Barata cortejava e dizia-se apaixonado por Cenira que recusara seu pedido de casamento. Inconformado com a recusa, o réu decidiu eliminar a fonte de sua dor. Encontrando com a amada no portão de sua residência atirou, ferindo-a. Desesperada, a moça tentou alcançar a porta de sua casa tendo, então, recebido o tiro fatal. Nas alegações da defesa, o advogado do réu utilizou expressões como: *no desvario das paixões, o homem é um ser autômato, sem raciocínio volitivo, sem a faculdade de pensar, sem a normalidade de agir*. Prosseguiu enfatizando que *a idéia obsessiva o empolga e domina, assenhoreando-se completamente do seu querer e fazendo desaparecer o ser pensante*. Por fim, o defensor invocou a perturbação dos sentidos afirmando estar, seu cliente, no momento do crime, em *estado de completa perturbação de sentidos e inteligência*,

---

<sup>87</sup>CASTRO, V. de. **Os delictos contra a honra da mulher**: adultério, defloramento, estupro - a sedução no Direito Civil. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha, 1897. p.14-15.

<sup>88</sup> Processo Crime João Lopes. Caixa 1. Ano 1934

*sob o influxo da paixão que o avassalava e desvairava.*<sup>89</sup>

No crime perpetrado por Claro Costa, no final do século XIX, contra sua mulher e um hóspede de sua casa, que resultou na morte da primeira e sérias lesões físicas no segundo, a perturbação dos sentidos já encontrava respaldo entre as falas da defesa. Visando convencer o júri de que o réu se encontrava em tal estado, o defensor apresentou algumas ponderações médicas a fim de inferir credibilidade ao seu discurso, pois já nessa época, as autoridades da medicina eram solicitadas para esclarecer pontos obscuros para o corpo de jurados e para o público em geral.<sup>90</sup> Nessa linha de raciocínio e pretendendo reforçar sua tese, o defensor solicitou a um médico e a um farmacêutico que respondessem algumas questões sobre a perturbação de sentidos:

P - A loucura transitória ou *per impetum* é ou não um fato provado e reconhecido e aceito por todos os alienistas e criminalistas modernos?

R - Sim. É admitido e aceito pela maioria dos alienistas modernos.

P - Quais as causas sob cuja influência esta loucura mais freqüentemente se desenvolve?

R - São todas as que diretamente podem deprimir o caráter e a dignidade do homem, podendo também influir: o ciúme, os pesares profundos, a miséria, o sentimento de desonra etc. influenciando como causas predisponentes a educação, o temperamento e a constituição hereditária.

P - São responsáveis e passíveis de pena atos que cometem os indivíduos afetados de loucura *per impetum*?

R - Não. Unicamente no momento psicológico do crime, onde se dá evidentemente o desequilíbrio funcional do cérebro.

P - O indivíduo em estado de perturbação, mental ou loucura transitória, perde ou não o livre arbítrio?

R - Sim, pois o desequilíbrio mental especificado no quesito antecedente implica a perda do livre arbítrio.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> Processo Crime João Barata. Caixa 2. Ano 1936.

<sup>90</sup> ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999. pp. 67-160.

<sup>91</sup> Processo Crime Claro Costa. Caixa 1. Ano 1898.



O caráter de objetividade e cientificidade conferida pelo discurso médico auxiliou no convencimento do júri, que acatou a idéia de que Claro Costa estava, no momento de praticar o crime, perturbado em seus sentidos. Os jurados absolveram e a promotoria não questionou a decisão.

Anos mais tarde, na década de 1930, a mesma ponderação foi utilizada no julgamento de Brígida Fontes, acusada de ter apunhalado o marido enquanto este dormia. A decisão dos jurados foi de absolvê-la considerando o estado emocional em que se encontrava, no momento do crime, após ter sofrido uma série de agressões físicas praticadas pelo companheiro.<sup>92</sup>

Amor, honra, abandono e traição eram, nas quatro décadas iniciais do século XX, sentimentos interligados e decorrentes. Quando cometiam crimes passionais, tanto homens como mulheres se caracterizavam como vivendo num estado de insanidade temporária, desculpa aceita por juízes e jurados. Porém, os acessos de descontrole feminino estavam associados à patologia latente observada na natureza feminina. Em contrapartida, a irresponsabilidade masculina nesses casos era descrita como um rompante de loucura semelhante a um momento de raiva, dissimulada com a crise de intensidade emocional.<sup>93</sup>

Com base no código penal vigente e nos discursos médico-psiquiátricos, os defensores afirmavam que o crime passional resultava de uma loucura temporária desencadeada pela perturbação dos sentidos, que, por sua vez, era motivada por agressões morais à honra e ao amor. Juristas, em conluio com afirmações médicas, conclamavam que “a paixão, como resultado que é de uma emoção intensa e duradoura, é legítima equivalente de certas psicoses, e que produz efeitos perfeitamente iguais aos efeitos produzidos por certas formas de loucura.”<sup>94</sup> Não era o pensamento dos agentes jurídicos, que atuavam no reverso,

---

<sup>92</sup> Processo Crime Brígida Fontes. Caixa 2. Ano 1929.

<sup>93</sup> HARRIS, R. **Assassinato e loucura**.:medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 324-326.

<sup>94</sup> MORAES, E. de. **Os crimes passionais perante o jury**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919, p.124.

construindo verdades que acusavam e embasavam a punição.

### 2.2.2 A vez da acusação

Enquanto a defesa empenhava-se em encontrar nas premissas dos *passionalistas*.<sup>95</sup> as bases de seu discurso em favor do réu, a acusação anunciava a existência de um homicídio, de uma morte, e a imprescindível necessidade de punir seu autor. Como representante das leis e defensor da ordem social, o promotor público conclamava a exclusão social do criminoso a fim de defender a ordem pretendida. Nos casos passionais, os promotores estabeleciam as motivações anti-sociais que permeavam os crimes.

Ao ser acusado de causar a morte de sua mulher, João Espiridião, em 1934, defendeu-se dizendo que errara o alvo, pois tencionava atingir um dos filhos do casal e, no calor da discussão, acertou a própria esposa. Nesta história, o acusador, ao contrário da defesa, enfatizou que o crime não fora cometido em nome do amor, sentimento considerado altruístico, mas em prol da índole hostil do réu,

E, para maior mostra de perversidade basta atentarmos para a circunstância de, procurando desculpar-se, haver dito ter sido o intuito matar um filho [...] e não a mulher! Ademais, isso não [...] justifica a sua ação. Ao contrário, agrava-a ainda mais; pois quem faz uma afirmativa dessa ordem, não pode nem deve ser tido como um homem de bem, mas um bárbaro matador ...<sup>96</sup>

Perversidade, vingança e ódio eram sentimentos que, invocados, pesavam

---

<sup>95</sup> Termo usado, no período, para denominar os defensores da tese passional.

<sup>96</sup> Processo Crime João Espiridião . Caixa 2. Ano 1935.

negativamente na balança da Justiça contra o acusado. O uso de alegações baseadas em sentimentos ocorria para a defesa, assim como para a acusação. Mas, no caso da acusação, buscavam-se argumentos fundamentados em sentimentos de cunho anti-social que, segundo o criminalista italiano Enrico Ferri, eram maléficos à ordem vigente e, como tal, deveriam ser punidos com a condenação daqueles que os praticassem.<sup>97</sup>

Dentre eles, o ciúme traz em si uma dupla interpretação, sendo a deformação mais comum do amor-paixão, causa determinante dos crimes passionais. Tal posição era defendida pelo jurista Evaristo de Moraes<sup>98</sup>, apoiado na tese do médico francês Maurice Boigey. Boigey interpretava o ciúme como uma *paixão* paradoxal, pois não podia distingui-lo do *delírio da loucura*.<sup>99</sup>

Por sua vez, outras posições defendiam que “fora dos casos patológicos, que exigem manicômio, o ciúme é injúria grave”<sup>100</sup> e que o “excesso de ciúme” era alegação, dos “matadores de mulheres”, para ganhar a tolerância do júri.<sup>101</sup> Na mesma vertente, juristas e médicos compactuavam que o “ciúme patológico, é exagero doentio, e por isso desproporcionado, de uma paixão normal, que produz reações violentas e até criminais. O ciúme mórbido não raro leva ao hospício.”<sup>102</sup>

Compartilhando tal concepção, ao rebater os argumentos de perturbação dos sentidos proferidos pelo defensor de Claro Costa, em 1898, o promotor público alegou *que Claro não encontrou os pacientes em flagrante adultério, não se podendo, portanto firmar juízo seguro sobre a causa que deu lugar à tão lamentável*

---

<sup>97</sup> Para o criminalista italiano as paixões eram classificadas em sociais e anti-sociais. O amor, a honra, a piedade e a justiça foram considerados paixões sociais que reforçariam a *coesão humana* enquanto a vingança, a cupidez e o ódio constituíam as paixões anti-sociais e *embruteceriam* a humanidade.

<sup>98</sup> Evaristo de Moraes ficou conhecido nacionalmente a partir da defesa do assassino de Euclides da Cunha, no famoso caso passionai de Ana de Assis. A partir de então o advogado carioca Evaristo de Moraes passou a ser procurado para atuar nas defesas de criminosos passionais.

<sup>99</sup> MORAES, E. de. **Criminalidade passional**: o homicídio e o homicídio-suicídio por amor. São Paulo: Saraiva, 1933. p.42.

<sup>100</sup> LYRA, R. **Sociologia Criminal**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p.200.

<sup>101</sup> LYRA, R. **O amor e a responsabilidade criminal**. São Paulo: Saraiva, 1932, p.211.

<sup>102</sup> PEIXOTO, A. **Sexologia forense**. Rio de Janeiro: Guanabara, (sd), p.179.

*atentado, parecendo-nos apenas que o móvel do crime fora o ciúme, devido, quem sabe, se a intrigas formadas perversamente quando as vítimas descuidosas dormiam tranqüilo sono.*<sup>103</sup>

Diferentemente do ciúme, o ódio, a vingança e a perversidade não deixavam dúvidas, pois considerados nocivos à sociedade jamais fundamentaram argumentos dos defensores. Em contrapartida, eram trazidos à tona pelos acusadores, promotores e advogados, ao afirmarem que sentimentos como vingança e ódio eram como o amor e a honra, também paixões.

Na apelação de um julgamento cujo réu havia matado a amante com várias facadas, em 1931, o promotor elucidou ter sido a vingança o sentimento motivador do crime. Visando convencer, aos ouvintes e jurados, afirmou que não encontrara nos autos elementos “de alguma paixão da qual fosse possível esperar o desfecho trágico de que nos dá conta este processo. Não foi um sentimento de amor que levou o réu a praticar o delito. Foi um sentimento de vingança. Uma e outra coisa são paixões.”<sup>104</sup>

O ódio foi considerado, pela promotoria, como uma paixão maléfica que deveria e poderia ser racionalizada e controlada como convinha a um homem de bem. Essa foi a idéia usada para pedir a punição de Armando Bruit acusado, em 1937, de matar a amásia com um tiro de espingarda. O promotor, neste caso, argumentou que o *motivo reprovado, que impeliu a prática do crime, foi o ódio. Tendo chegado altas horas da noite [...] foi por sua amante severamente repreendido, tendo por isso [...] apanhado uma espingarda e desfechado fria, inopinada, cruel e estupidamente um tiro em sua leal e boa companheira.*<sup>105</sup>

Outra alegação, também recorrente, era a *superioridade em sexo, força e armas*, referindo-se freqüentemente ao gênero masculino, tomada como elemento agravante para acusar aquele, muitas vezes, denominado *um bárbaro matador*. Neste

<sup>103</sup> Processo Crime Claro Costa. Caixa 1. Ano 1898..

<sup>104</sup> Processo Crime José Gonçalves. Caixa 2. Ano 1933.

<sup>105</sup> Processo Crime Armando Bruit. Caixa 1. Ano 1938.

intento, o promotor público acusou João Espiridião, assassino da esposa, como um *criminoso abominável, que premeditou longamente o crime, esse delinqüente temibilíssimo e ‘muito perverso’, que cometeu o crime com hediondez e frialdade, e que não estava embriagado, foi absolvido por que o júri entendeu que estava, no momento do crime, em estado de perturbação de sentidos e inteligência!*<sup>106</sup>

Invocava-se, nesses casos, a fragilidade feminina<sup>107</sup>, fala coerente com as teses sobre a mulher em vigor na época<sup>108</sup>. Contra Rui Cardoso, assassino da amante e avaliado pelo acusador como *um indivíduo perigoso, de índole perversa, que não peja de assassinar barbaramente uma criatura fraca e inerme*<sup>109</sup>, tal argumento veio à baila.

No entanto, a covardia expressa no ato de matar uma pessoa indefesa não era apanágio exclusivo de homens. Brígida Fontes, incriminada por esfaquear o marido enquanto este dormia, em dezembro de 1928, foi acusada de estar numa posição superior em relação à sua vítima que se considerava em segurança no aconchego do lar. No discurso endereçado à Egrégia Câmara o representante da justiça pública, ao apelar contra a absolvição da ré, apontou que, além de confessar o crime, Brígida *narra com admirável insensibilidade o modo por que, traindo a lealdade conjugal, surpreendeu seu marido que dormia, e o assassinou, miseravelmente, desferindo contra ele três punhaladas.*<sup>110</sup>

A lealdade conjugal estava diretamente vinculada com as representações familiares do período estudado. Cabia às mulheres a formação de um sólido ambiente familiar, valorizado pela intimidade e maternidade. A medicina, a educação e a imprensa da época endossaram a importância do amor familiar e do

---

<sup>106</sup> Processo Crime João Espiridião. Caixa 2. Ano 1935.

<sup>107</sup> Sob influência da medicina social e do processo de higienização da família, o discurso médico destacou a fragilidade física da mulher. Dessa suposta fragilidade física decorriam sua delicadeza, fraqueza, recato, submissão e inferioridade.

<sup>108</sup> SOHET, R. **Condição feminina e formas de violência.**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p.114.

<sup>109</sup> Processo Crime Rui Cardoso. Caixa 1. Ano 1936.

<sup>110</sup> Processo Crime Brígida Fontes. Caixa 2. Ano 1929.

papel feminino como base moral da sociedade.<sup>111</sup> Aos homens, por sua vez, atribuíam-se as funções de mantenedores da estrutura familiar, no tocante às necessidades que envolviam o espaço público, como o mundo do trabalho. Dessa forma, orienta Roger Chartier, tais representações coletivas criam nas pessoas as divisões do mundo social, estruturando esquemas de percepção a partir dos quais classificam, agem e julgam<sup>112</sup>. Assim, coniventes com as representações de um suposto equilíbrio doméstico, a confiabilidade que deveria haver no interior dos lares transformou-se em argumentos condenatórios usados pelos promotores nos casos de assassinatos entre casais.

Finalmente, os argumentos máximos utilizados pelos acusadores eram a premeditação e a racionalidade que antecederiam o momento radical de eliminação física do companheiro. A utilização desses dois sintomas psicológicos constituía a antítese da caracterização do criminoso passional<sup>113</sup> que agia, conforme parte dos médicos e juristas da época, motivado por uma loucura transitória.

Contrariando a tese de que o crime passional seria executado num *estado de comoção* possível de embaraçar a razão<sup>114</sup>, ainda no caso de João Esperidião, a promotoria apontou a premeditação e racionalidade, implícitas no crime,

O crime foi premeditado longamente, e friamente executado. A premeditação ressalta tão evidente das provas, que o honesto e ilustrado

---

<sup>111</sup> D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1997, p. 223-240.

<sup>112</sup> CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994, p.97-113.

<sup>113</sup> “Delinqüente passional [é], antes de tudo, movido por uma paixão social. Para construir essa figura de delinqüente concorre a sua personalidade, de precedentes ilibados, com sintomas físicos – entre outros – da idade jovem, do motivo proporcionado, da execução em estado de comoção, ao ar livre, sem cúmplices, com espontânea apresentação a autoridade e com remorso sincero do mal feito, que imediatamente se exprime com o imediato suicídio ou tentativa séria de suicídio”. ( FERRI, E. **O delito passional na civilização contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 1934. p.3)

<sup>114</sup> Expressão usada por FERRI, E. (criminalista), inspirador dos advogados passionistas brasileiros, o criminoso passional possuía algumas características particulares, como se pode denotar por sua definição escrita no livro *O delito passional na civilização contemporânea*, publicado no Brasil em 1934..

patrono do réu não teve dúvidas em proclamar, no plenário, a existência dessa circunstância; [...] portanto a premeditação longa, que ficou provada, se opõe ao reconhecimento de uma loucura transitória, a que nem de leve aludem as provas.<sup>115</sup>

Esgotadas todas as falas, exauridos todos os argumentos, ouvidas as testemunhas ocorria, então, o ápice do drama, quando o júri julgava e o juiz pronunciava a sentença que condenaria ou absolveria o réu.

### 2.2.3 A palavra final

Os momentos de síntese de todos os processos estavam vinculados à pronúncia<sup>116</sup> e ao veredicto final emitido pelo juiz, após a decisão dos jurados (Anexo 4). Durante todo o período invariavelmente os argumentos utilizados para definir o veredicto de culpa ou inocência não apresentaram relevantes alterações. Questões vinculadas à vivência familiar, à diferença física entre os envolvidos, à gravidade da agressão e às concepções teóricas jurídicas permearam as decisões e podem ser compreendidas enquanto permanências nas práticas dos representantes do direito e da justiça.

Nesse sentido, o final do século XIX e o início do XX foram bastante econômicos no que respeita à fala dos juízes e ao veredicto do tribunal. Nos julgamentos de Joaquim Fama (1896), Claro Costa (1898) e Manoel Moura (1911) – os

---

<sup>115</sup> Processo Crime João Espiridião. Caixa 2. Ano 1935.

<sup>116</sup> Baseado na denúncia, no inquérito policial e nas argumentações da defesa, o juiz poderia pronunciar ou impronunciar um acusado. Ao pronunciar, o juiz reconhecia a existência e autoria do crime, submetendo o réu ao Tribunal do Júri. A impronúncia acontecia quando inexistiam indícios suficientes para provar a existência ou autoria e nesse caso, o processo seria arquivado, podendo ser reaberto caso surgissem novas provas sobre o crime. (IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: FAPESP, 1998. p.62).

dois primeiros, acusados de matar as mulheres e o último, indiciado por matar o novo companheiro de sua ex-amásia –, os discursos dos juízes, no momento da pronúncia, restringiram-se a embasamentos teóricos legais.

Ao proferirem a pronúncia, os magistrados fundamentavam suas decisões em pressupostos relevantes para caracterizar a existência jurídica do crime, como a confissão e os exames de delito ou cadavérico. O primeiro indicaria o provável autor e os segundos, a concretude do ato homicida.

No crime cometido por Claro Costa, o juiz sentenciou: *considerando que a morte teve por causa eficiente [...] a lesão corporal descrita no auto* [de exame cadavérico]. *Considerando que pelas declarações feitas pelo denunciado [...] ele confirmou [ser] autor dos ferimentos [...] julgo procedente a denúncia [...]*<sup>117</sup>. Este arrazoado transpassou as falas dos juízes e exemplifica as posturas coniventes com o viés teórico legal praticado pelos representantes da justiça nos anos de transição entre os séculos XIX e XX.

Na década de 1920, os magistrados persistiram nos argumentos essencialmente jurídicos. Além da ênfase atribuída à confissão e à gravidade do ato, apresentaram extensos debates técnicos a fim de justificar suas decisões e mediar as intervenções dos advogados e promotores. Modelar foi a argumentação do Dr. Fernando Eugênio na pronúncia de Lurdes Preme indiciada, em 1924, por ter disparado um tiro fatal contra o marido, de quem estava desquitando-se legalmente. Em sete páginas, o juiz, apresentou argumentos pertinentes ao direito público e privado, procurando elucidar as amarras legais estabelecidas pela acusação e pela defesa, e por fim, após dissertar, citando vários autores penalistas, o magistrado optou por enviar a acusada a julgamento.<sup>118</sup>

A partir de 1930, porém, observou-se uma argumentação mais compatível com as teses elaboradas pelos teóricos do *passionalismo*. Em julho de 1934, ao

---

<sup>117</sup> Processo Crime Claro Costa. Caixa 1. Ano 1898.

<sup>118</sup> Processo Crime Lurdes Preme. Caixa 4. Ano 1923.



pronunciar o já citado João Lopes, o juiz alegou: *comprovada está [...] a autoria do crime. [...] O próprio réu se confessa, implicitamente, autor do delito, invocando, como o faz, em seu favor a dirimente da perturbação dos sentidos.* Porém, questionou a possibilidade de as paixões estarem vinculadas a estados clínicos de “loucura transitória”: *será de acolher-se a dirimente invocada? Evidentemente não. Trata-se na espécie de um crime passional. Ora, a doutrina e a jurisprudência têm firmado que o parágrafo 4º do artigo 27 não abrange os delitos oriundos das paixões. Já se disse, com acerto, que ‘o sangue não é o melhor lenitivo para as feridas do coração.’*<sup>119</sup>

O juiz, no caso Lopes, apresentou em seus argumentos a discordância em associar os crimes cometidos em nome da paixão ao parágrafo legal que atribuía aos loucos a inimizabilidade. Para ele, os crimes passionais inegavelmente existiam na sociedade, entretanto, externou um posicionamento negativo à prática da eliminação física daquele que se ama.

Já no caso de Rui Cardoso, o juiz apropriou-se da importância atribuída aos laços familiares como critério suficiente para refutar o pedido de prisão preventiva e deixar, o réu, em liberdade: *[...] o réu é casado, residente nesta cidade, onde residem também seus progenitores. Trabalha no comércio e não é acusado de má conduta anterior. Está, portanto, radicado no distrito da culpa por laços de família e interesses.*<sup>120</sup>

Outra constatação observada pelos magistrados foi a superioridade física, de recursos e a conseqüente gravidade do ato violento. A avaliação da violência embasava-se nos laudos médicos, discursos autorizados a medir e descrever a extensão dos ferimentos. A partir destes documentos, anexados aos autos, os juízes reconstituíram o estado emocional e a intenção do réu.

O juiz que presidiu o julgamento de João Damasceno, em 1939, rechaçou,

---

<sup>119</sup> Processo Crime João Lopes. Caixa 1. Ano 1934.

<sup>120</sup> Processo Crime Rui Cardoso. Caixa 1. Ano 1936.

em seus argumentos, o estado de perturbação de sentidos invocado pela defesa ao seu cliente: *é elemento primordial a intenção [...]. a arma de que se utilizou, é uma mortífera. Empregando-a, tivera nítida consciência do resultado possível. Além disso, procurou, preferencialmente, ferir a vítima na região onde se acham os órgãos mais delicados...*<sup>121</sup>

Ainda no caso de Damasceno, o juiz mencionou a imprescindível defesa da sociedade e o risco que o réu poderia representar caso ficasse em liberdade. Ao acatar o pedido de prisão preventiva, escreveu: *não se deve esperar outro crime [...] para defender a sociedade dos ataques deste. Faz-se mister uma medida pronta e enérgica que previna cometimento de novos crimes. [...] Mister se faz a aplicação da medida requisitada, por manifesta ser a temibilidade do réu. Solto, não só embaraços poderia opor a ação da justiça [...] como pode cometer novos crimes.*<sup>122</sup>

O aparato, timidamente inovador, perceptível nas falas dos magistrados no decorrer da década de 1930 refere-se à família e a sociedade. Estas sutis argumentações encontram respaldo no amplo debate desencadeado nos anos 30 nas esferas jurídicas e sociais, sobre os crimes passionais. A visibilidade das mortes por paixão, no período, e a campanha desencadeada por juristas antipassionalistas, no Rio de Janeiro, ecoaram nas posturas de magistrados em diversos tribunais do país.<sup>123</sup>

Entretanto, as decisões jurídicas sobre os crimes praticados em nome do amor não foram, exclusivamente, condenatórias. Em alguns casos os réus foram absolvidos e impronunciados. Foram doze absolvições, oito condenações, uma impronúncia, um processo inconcluso e um suicídio sendo que as três mulheres que assassinaram seus companheiros, nesse período, foram absolvidas.

Nos casos de absolvição, o principal argumento dos jurados foi a perturbação

---

<sup>121</sup> Processo Crime João Damasceno. Caixa 5. Ano 1939.

<sup>122</sup> *Ib* *Ibidem*

<sup>123</sup> BESSE, S. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, n.18, 1989, p.181-198.

dos sentidos sofrida pelo réu, no momento de cometer o crime. Oito das onze absolvições estudadas foram promulgadas em nome da loucura momentânea que acometia o réu, supostamente desequilibrado por forte emoção.

O fato da literatura médico-legal e jurídica enfatizar a provisoriedade da violência daqueles que matavam motivados pelas agruras amorosas implicou a construção da característica da não reincidência criminal.<sup>124</sup> Consideradas as condições psicológicas desfavoráveis momentâneas, a probabilidade de reincidência do passional era tida como improvável.

Homens tidos como honestos e trabalhadores, após o julgamento pela morte de suas companheiras, foram restituídos e (re) aceitos na sociedade, livres do estigma da recorrência, haja vista terem cometido o crime num momento de desequilíbrio emocional. Em conseqüência, uma vez que agiram movidos pela intenção de recuperar a honra maculada não representavam perigo para sociedade.<sup>125</sup>

Não foi exatamente o que aconteceu com Claro Costa, que anos depois de deflagrar um tiro na mulher, causando sua morte, e ter sido absolvido, assassinou um homem por causa de uma dívida.<sup>126</sup> Martinho Vilela também fugiu das certezas referentes à propensão dos assassinos passionais: em 1922, matou a amásia de 22 anos detonando, contra ela, uma *pistola de dois canos*.<sup>127</sup> Seis anos passaram e Martinho, em 1928, matou outra companheira com duas punhaladas. Nas duas vezes, considerou estar sendo desonrado com as atitudes femininas, pois em ambas desconfiou que suas mulheres o traíram. No exame de sanidade mental, os médicos afirmaram que o réu *revelou certa desconfiança da vítima, que era sua amásia. Essas suspeitas da mulher, com quem vivia maritalmente, geraram o ciúme*

---

<sup>124</sup> O médico e professor de medicina pública na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1933, ensinava no livro *Criminologia*, que a “reincidência é uma circunstância agravante de penalidade. O artigo 40 [do Código Penal Republicano] define: a reincidência verifica-se quando o criminoso, depois da passada em julgado sentença condenatória, comete outro crime, da mesma natureza ..”. (PEIXOTO, A. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933. p.152).

<sup>125</sup> CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000, p.83)

<sup>126</sup> O Progresso. (09, 11, 16 de novembro de 1911). Processo-crime Claro Costa. 1912. Caixa 1.

<sup>127</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n.2969, 21 de janeiro de 1922, p.1.

*e conseqüentemente arrufos ...*<sup>128</sup>

Traição, ciúme, fragilidade feminina, perturbação dos sentidos foram alguns dos sentimentos que permearam os tribunais e a coletividade pontagrossense quando se noticiava mais um crime ocorrido entre casais residentes na cidade ou em seus arredores. Aos jurados, as decisões. Aos juízes, a sentença. Porém, nenhuma das posturas foi objetiva e imparcial, ao contrário, foram decisões imbuídas de valores culturais ou econômicos, sociais, ou de gênero.

---

<sup>128</sup> Processo Crime Martinho Vilela. Caixa 2. Ano 1931.

### CAPÍTULO 3

#### AS TRAMAS

Toda a encenação ocorrida no tribunal não era um drama desvinculado da realidade do conjunto social onde ocorriam os crimes. Divulgados pela imprensa, narrados pelas testemunhas, pelos próprios criminosos e, às vezes, pelas vítimas, eles refletiram um momento vivido por determinada sociedade.

Os crimes passionais, tornados autos processuais e amplamente divulgados na imprensa local, aconteceram numa temporalidade de mudanças nas relações econômicas, culturais e políticas da cidade. As alterações constituíam uma ordem, mais ampla, da proposta modernizadora desencadeada com a instalação da República brasileira.

No final do século XIX, Ponta Grossa tornara-se um importante entroncamento ferroviário com a conclusão das obras das estradas de ferro Paraná e Rio Grande-São Paulo.<sup>129</sup> As estradas de ferro que serpenteavam os Campos Gerais trouxeram a Ponta Grossa vários aparatos exportados pela Europa no contexto da expansão do mercado capitalista. Novidades como o “automóvel do senhor Bindo, o primeiro a encher as ruas com o estridente fon-fon.”<sup>130</sup>

Além das novidades técnicas e mercadorias desembarcou, nas estações ferroviárias, um elevado número de pessoas, nacionais e estrangeiros. Ponta Grossa recebeu, então, considerável contingente de imigrantes alemães, poloneses, sírios, portugueses, russos e espanhóis. Esses imigrantes buscavam novas perspectivas de vida e foram atraídos pelo trabalho oferecido na construção de novos terminais ferroviários e pela possibilidade de estabelecer colônias na região dos Campos

---

<sup>129</sup> Sobre a instalação das ferrovias em Ponta Grossa, ver: MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>130</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 295, 06 de agosto de 1910, p.2.

Gerais e nas redondezas do núcleo urbano de Ponta Grossa.<sup>131</sup> Complementando os dados dos censos demográficos<sup>132</sup>, notas publicadas no jornal “O Progresso” revelaram o intenso movimento de pessoas que se deslocavam para a cidade: “chegaram a 17 deste mês 417 imigrantes e a 19, 300. Os 321 chegados antes, seguiram anteontem para o núcleo colonial ‘Cruz Machado.’”<sup>133134</sup>

Diante do intenso fluxo de pessoas e das necessidades de hospedagem foram surgindo, nas ruelas empoeiradas, os estabelecimentos destinados a abrigar os recém-chegados. *Pensão Carioca, Pensão Paranaense, Pensão Democrata*<sup>135</sup>, algumas das hospedarias que acomodaram, nos anos iniciais da década de 1910, os novos moradores da Princesa dos Campos.

Sem demora, a vizinhança das pensões<sup>136</sup> iniciou um rol freqüente de reclamações e para restabelecer a ordem quebrada pelos *charivaris*<sup>137</sup>, a polícia foi constantemente solicitada nas pensões e bares:

<sup>131</sup> CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

<sup>132</sup> Os censos revelam a importância da imigração no sentido do aumento populacional local: Em 1890, período anterior a chegada das ferrovias, Ponta Grossa possuía 4.774 habitantes. Já o censo de 1908 totalizou 15.000 habitantes e na década de vinte a população atingiu a casa dos 20.171 habitantes. O censo de 1930 registrou 38.417 habitantes na cidade. (CHAVES, N. B. A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

<sup>133</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, 20 de maio de 1911. p.2.

<sup>134</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n 933 e 1.028, 15 de dezembro de 1913, p.1. 09 de abril de 1914, p.1.

<sup>135</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 472, 05 de outubro de 1911, p.1; n. 1028, 28 de junho de 1910, p.1.

<sup>136</sup> Em 1914, a coluna **Reclamações do Povo**, publicada no jornal Diário dos Campos, protestou, em nome da vizinhança da *Pensão Democrata*: “O título Democrata, quando bem compreendido no terreno moral e dos bons costumes, traduz significativo vocábulo [...]. Quando tomado em mal sentido, isto é, no terreno da depravação e execração dos bons costumes, merece bem uma vista assídua da polícia. Pedimos ao Sr. Comissário de polícia volver para ali suas vistas e autorizar constante vigilância a esse ponto, pois nos tem chegado inúmeras reclamações dos moradores adjacentes, pedindo nossa intervenção.” (DIÁRIO DOS CAMPOS, n. 1028, 9 de abril de 1914, p.1.

<sup>137</sup> No contexto local do período estudado, *charivari* era um termo associado a bagunças noturnas que condensavam danças, bebedeiras, jogos e possíveis brigas decorrentes. Em 1909, O Progresso publicou: **Lá para os lados de Corrientes** [região fora da área central que abrigou moradias de grupos sociais menos abastados.] “tem havido certos charivaris, que não só traz incômodos aos moradores, que presenciam cenas tão deprimentes, como de modo algum deve-se consentir em tal, e para isso foi que se criou a polícia, que é paga pelo povo para lhe garantir a tranquilidade pública.”(O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 107, 13 de fevereiro de 1909, p.2).

Chamamos a atenção das autoridades para um certo estabelecimento, rotulado como restaurante, mas que, devido a má freqüência e a orgia, ao deboche e a pouca vergonha tem tomado o caráter de infecto alcouce. Pais de família cujos filhos se arrastam no caminho da perdição estão escandalizados e pedem providências. A civilização da nossa linda cidade não pode tolerar essa depravação digna de idades mais atrasadas da humanidade.<sup>138</sup>

Um grande número de pessoas com constituições culturais diferenciadas, o desemprego e a convivência obrigatória nos espaços de moradia propiciaram, sem dúvida, as relações de conflito.<sup>139</sup>

Já na década de 1920, os conflitos, contrariando as idéias de civilização e progresso, persistiam nas páginas do jornal pontagrossense. Neste sentido, é exemplar o artigo publicado em 1921,

Ponta Grossa, cidade populosa, ponto de intersecção da via férrea, tem fácil comunicação com as cidades de São Paulo e do Rio Grande, o que si lhe traz consideráveis benefícios ao comércio, à civilização, não deixa, por outro lado, de acarretar-lhe sérios inconvenientes, mormente no que diz respeito às práticas do crime, do vício, com especialidade o roubo e a prostituição. Batedores de carteiras pululam na via férrea [...]. Existe na cidade o mais deprimente espetáculo oferecido pelos bordéis [...]. Entre os mais célebres, figura a pensão da Bolsa, ponto convergente de indivíduos desclassificados, que aqui chegam azorragados pela polícia paulista e rio-grandense [...] Ali vivem em promiscuidade mulheres de má vida e menores desamparadas [...]. Casa sem higiene, mulheres contaminadas, essa nefasta pensão é um viveiro de males para a incauta mocidade que ali deixa o seu dinheiro e a sua saúde.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 362, 12 de janeiro de 1911, p.2.

<sup>139</sup> Na coluna *Políciaes*, em 1922, noticiou-se que Rosa Carvalho, residente na Pensão Paranaense e Amélia, residente no *Buraco*, "fizeram uma fita em plena rua, se atracaram em luta, saindo Rosa com as vestes rasgadas e Amélia com o carão arranhado..." (DIÁRIO DOS CAMPOS. N. 3052, 26 de abril de 1922, p.1.

<sup>140</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 2924, 16 de novembro de 1921, p.1.

Chocando-se com as imagens de cidade civilizada e harmoniosa encontradas em crônicas jornalísticas e escritos de intelectuais do período<sup>141</sup>, as notas policiais e publicações reclamatórias revelaram preocupações pertinentes com a preservação da família e dos valores morais e sexuais dos jovens rapazes. Neste sentido, os crimes passionais, envolvendo rapazes de boa reputação e suas amantes, favoreciam fartos argumentos e a tragédia passional da rua Engenheiro Schamber foi um destes casos.

Em dezembro de 1936, os moradores de Ponta Grossa encontravam-se sob o impacto de uma tentativa de homicídio seguida de suicídio. Um *jovem correto e trabalhador*, filho de um conhecido comerciante local, descobriu que estava sendo traído por sua amante catorze anos mais velha, *mulher de alma tomada pelo vício* [que] *soube prender o coração do moço com laços bem rijos*<sup>142</sup>. Ao saber que o provável rival encontrava-se em Ponta Grossa e não tendo localizado a amante, o jovem a esperou no quarto do prostíbulo onde ela morava. À chegada da amada deflagrou, contra ela, um tiro e acreditando tê-la matado voltou contra si a arma, atirando no ouvido e morrendo instantaneamente. Rosinha, a amante, ficou seriamente ferida, mas não morreu. O jornal local acompanhou, durante dias, a investigação policial e justificou que o objetivo da campanha era “fazer com que a morte violenta e impressionante de Victorio possa, já que se consumou, constituir-se numa advertência a outros jovens.”<sup>143</sup> Em outro artigo, o redator reafirmou a necessidade em se trilhar os caminhos da ordem e da família: “o pungente drama passional deve constituir uma advertência solene para a nossa mocidade. Todo jovem que se deixar dominar pelos enleios dessas serpentes de ouro inutiliza a

---

<sup>141</sup> Raul Gomes, escritor, professor e jornalista, escreveu, em 1912, uma série de crônicas sobre a cidade, publicada no jornal local. Nelas o escritor refere-se a Ponta Grossa como *a cidade ideal*, como *a victoriosa rainha dos campos*. Nestor Vitor, um ano após a publicação dos escritos de Gomes, ratifica no livro *A terra do futuro*, as impressões demonstradas por Raul Gomes de que Ponta Grossa era *uma cidade viva, otimista, promissora*, pouco lembrando a cidade *amatutada* d'outrora. (ZULIAN, R. W. A victoriosa rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.3, n. 2, 1998, p. 37-76)

<sup>142</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 9002, 14 de dezembro de 1936, p.1.

<sup>143</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 9005, 16 de dezembro de 1936, p. 6.



própria vida, envenena a própria alma e causa os maiores desgostos aos pais<sup>144</sup>.

Entremeando o discurso da moralidade estão as representações de amor-paixão, como sentimento desviante relacionado à dor, ao sofrimento, à tragédia.

Nos anos estudados foram constantes as notícias de crimes passionais na imprensa local. Porém, não foram os únicos, e os crimes contra a propriedade e contra a segurança da pessoa e da vida estamparam as páginas do jornal.<sup>145</sup> O *footing* domingueiro, tradicional passeio das famílias na rua XV de novembro após a missa ou após a sessão cinematográfica<sup>146</sup>, entremeava-se com assaltos ocorridos nos arredores: “as patrulhas policiais, principalmente, aos domingos e dias de festas, devem ser distribuídas fora do centro, onde as reuniões de populares reclamam a sua presença.”<sup>147</sup> A solicitação foi motivada pelo assalto praticado contra um conhecido comerciante e sua família durante um passeio de carro, numa tarde de domingo, nas proximidades da colônia Uvaranas.

No projeto de remodelação urbana decretou-se o saneamento moral da população. A tarefa de desodorizar a cidade passou pela higienização dos papéis sociais, pela exigência de evacuar lixo, desaglomerar pobres; interditar cortiços; enclausurar desviantes; disciplinar o bordel.<sup>148</sup> Tudo o que pudesse representar libertinagem, orgia e desordem deveria ser imobilizado. Em Ponta Grossa, a ideal divisão do espaço social deveria manter na região central da cidade as moradias das elites detentoras do poder econômico e político, enquanto os setores de baixas possibilidades aquisitivas deveriam estabelecer-se nas periferias e nas colônias: “na avenida Coronel Vilela que é uma das mais belas desta cidade, estão se erguendo

---

<sup>144</sup> Diário dos Campos. (14 de dezembro...).

<sup>145</sup> SILVA, E. A. et al. **O povo faz a história...** Relatório de Pesquisa. Ponta Grossa: UEPG, 1994.

<sup>146</sup> CHAVES, N. B. A cidade civilizada: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, C. de H. M. & SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**. Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. pp.65-76.

<sup>147</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 250, 20 de janeiro de 1910, p.1.

<sup>148</sup> RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.194.

prédios de madeira [...] Para isso achamos que o poder público deve intervir, para que amanhã não tenhamos o desgosto de vermos um local tão aprazível semeado de casinhas, próprias de colonos...<sup>149</sup> Porém, nas representações do moderno, do civilizado, encontravam-se as tensões e os conflitos, e os prostíbulos ocuparam a área central, os roubos persistiram e o ideal de ordem e civilização desvaneceu-se nas práticas cotidianas e nas concretas necessidades da população.

Nesse cenário, em nada harmonioso, as relações amorosas aconteciam. Sob olhares higiênicos e normatizadores homens e mulheres legaram, ao presente, formas de viver e amar que, em muitas vezes, não corresponderam aos ideais imaginados pelos pregadores burgueses da ordem e da civilização. Os processos criminais envolvendo homens e mulheres que partilharam vínculos amorosos possibilitam, nas vozes dos protagonistas e dos observadores dos dramas, a elaboração de outras histórias. Histórias que deixam entrever outros lados da imagem difundida de “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo.”<sup>150</sup>

### 3.1 OS PROTAGONISTAS DOS DRAMAS E SUAS HISTÓRIAS: VÍTIMAS E CRIMINOSOS

Como observa Natalie Davis.<sup>151</sup>, ao estudar as cartas de remissão de crimes do século XVI, dizer o crime é contar uma história entremeada de gestos simbólicos e significativos para a verdade construída. Busca, a autora, nesse texto, investigar como as pessoas contavam as histórias de crimes com o intuito

<sup>149</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, 27 de julho de 1912.

<sup>150</sup> D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil** São Paulo: Contexto, 1997. p.223.

<sup>151</sup> DAVIS, N. **Histórias de perdão**: e seus narradores na França do século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

de obter o perdão do rei, descrevendo seus motivos, a coerência e o sentido introduzido na experiência imediata e inesperada que tinham vivido. Nesta perspectiva, entende-se como os protagonistas envolvidos nas tramas passionais analisadas, cada qual imbuído de seus valores e suas motivações, expressavam, nos autos criminais, suas versões do ocorrido.

Por protagonistas, entendem-se, nesse caso, os atores principais, ou seja, criminosos e vítimas. A eles cabe, algumas vezes, a primeira narrativa que reconstitui o drama da violência de gênero.

O primeiro autor da história, parafraseando Davis, era a vítima, quando os ferimentos não a conduziam, imediatamente, ao óbito. Feridos na região abdominal ou torácica, com arma de fogo ou instrumentos contundentes, algumas vítimas agonizavam horas após a agressão quando, então, contavam, ao delegado ou à imprensa, as suas versões. Nesta circunstância, a maioria das falas revela a transposição da responsabilidade da agressão ao “outro”, ao criminoso, numa patética incompreensão do ato trespasseado. Esta foi a versão de Benedita Costa, 27 anos, que ainda caída sobre a cama após ter sido ferida com um tiro no abdômen, entre gemidos, afirmou *que nunca supôs que seu marido lhe fizesse o que fez porque ele sempre tratou-a bem e que atribui o fato a perturbação mental*.<sup>152</sup> [percebida há meses no marido]. Benedita morreu horas depois de ter prestado a declaração. As razões da quebra violenta do cotidiano do casal foram atribuídas, pela vítima, exclusivamente ao agressor, sem qualquer menção a uma possível falta ou atitude que pudesse ter desencadeado o ato de violência.

Nas décadas que se seguiram, a maioria das sobreviventes continuou a imputar aos agressores as possíveis causas da tragédia conjugal. Em 1932, Carla Vargas, 23 anos, depois de abandonar sua casa, foi ferida com três tiros que atingiram seu pescoço, o maxilar e a face, por seu marido que, acreditando tê-la matado, suicidou-se. Ao contar sua história, no hospital, Carla imputou à má conduta

---

<sup>152</sup> Processo Crime Claro Costa. Caixa 1. Ano 1898.

do cônjuge, o engajamento do crime: *há tempos o seu ex marido, que tinha o vício da embriaguez, vinha ameaçando[a] de morte e [posterior] suicídio.*<sup>153</sup>

Em 1937, Amélia Damasceno, 23 anos, *de constituição física robusta*,<sup>154</sup> casada há oito anos, foi insultada e esfaqueada. Ao reconstituir sua história matrimonial, enfatizou que *enquanto vivia em companhia de seu marido este sempre a maltratava* por isso *resolveu se separar a fim de evitar que ele a matasse*. Separada há um mês, morando com a mãe, Amélia foi atacada no portão da casa materna e ao concluir sua fala, disse que *João é um ébrio habitual [...]; que o motivo que deu origem aos fatos descritos foi ter a declarante se separado de João por não poder suportar os seus instintos bestiais.*<sup>155</sup> Neste caso, em particular, Amélia atribuiu o gesto homicida justamente ao fato de ter abandonado o lar. Pode haver, nesta afirmação, o assentimento de uma parcela de culpa, um embate interior entre a representação das funções femininas, restritas ao espaço doméstico, e a dificuldade concreta em dividir o espaço privado com a violência cotidiana do marido.

Além de ter sido gravemente lesionada e ficar hospitalizada por um mês, Amélia continuou a ser ameaçada pelo ex-marido. Temerosa diante da perseguição, enviou ao promotor uma carta, na qual dizia estar *com um pouco de força para procurar sustento de meus três filhinhos*. No entanto, era *perseguida* pelo marido: *sexta-feira me cercou e tive que me refugiar em casa estranha para poder escapar dele. Deste modo não tenho sossego e vejo-me impossibilitada de sair de casa. Venho pedir garantias e liberdade para poder viver.*<sup>156</sup>

Embora a maioria das reações imediatas consistisse em acusações pejorativas sobre o comportamento do *outro*, existiram exceções que tomaram corpo nas vozes daqueles que, fugindo dessa tendência, assumiram culpas e inocentaram os culpados.

---

<sup>153</sup> Inquérito João de Paula. Caixa 3. Ano 1932.

<sup>154</sup> Processo Crime João Damasceno. Caixa 5. Ano 1939.

<sup>155</sup> *Ib* *Ibidem*.

<sup>156</sup> *Ib* *Ibidem*.

É nesse sentido que o testemunho de Maria Lopes diferiu dos pontos de vista das outras vítimas. Ao contrário daquelas, nos dois dias de sobrevivência, enfatizou as qualidades do marido que eram adequadas ao comportamento idealizado para os chefes de famílias. No hospital, prestou declarações ao delegado e ao jornal local estabelecendo entre as suas falas contradições referentes à relação extraconjugal. Ao repórter do jornal contou que *conhecera João Camargo há uns quatro meses, mantendo com o mesmo relações meramente amistosas e que somente há uns vinte dias mais ou menos, é que se entregara a ele, faltando com os deveres conjugais*.<sup>157</sup> Entretanto, ao delegado negou ter tido *relações*<sup>158</sup> com Camargo e, como fizera na entrevista ao jornal, atestou o bom comportamento do marido: *não bebe e é um homem trabalhador, tendo com o pouco que sobra, mandado fazer uma casa de madeira*.<sup>159</sup> Ao descrever, na figura do marido, o provedor do lar, Maria tentou demonstrar uma falsa harmonia familiar. Harmonia afetada por uma *página de dor, de sangue e de vergonha*.<sup>160</sup> que teria sido escrita a partir de maus tratos infligidos, a Maria, por sua sogra que a acusava de má conduta enquanto mãe e esposa: *Maria Lopes nunca possuiu qualidade para dona de casa. E o que é pior – não possuía os extremos de mãe!*.<sup>161</sup> Mesmo procurando atender aos apelos sociais da maternidade – disse ter gerado cinco filhos, dos quais um apenas vivia – e da estabilidade familiar, no período, se disse culpada, afirmando: *por tudo isso é que dei este mau passo*.<sup>162</sup> Em parte alguma dos autos ou da entrevista concedida ao jornal, Maria responsabilizou o marido pelo crime ou clamou inocência.

Dentre esses casos, outro ainda revelou postura diversa daquelas apresentadas pelas vítimas. Tratava-se de um homem, Alberto Preme, 42 anos, negociante, sírio, ferido pela mulher, com um tiro de revólver durante uma festa de

---

<sup>157</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6453, 06 de abril de 1934, p.4

<sup>158</sup> Processo Crime João Lopes. Caixa 1. Ano 1934.

<sup>159</sup> *Ib* *Ibidem*

<sup>160</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6453, 6 de abril de 1934, p.4

<sup>161</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, n. 6456, 10 de abril de 1934, p.3.

<sup>162</sup> *Ib* *Ibidem*.

aniversário de um de seus filhos promovida pela sogra. Acontece que a relação entre Alberto e sua mulher estava alterada, pois os dois encontravam-se em vias de separação judicial e trocavam uma série de acusações, inclusive a de que Alberto seria viciado em morfina.

Na noite do crime, Alberto encontrava-se na sala de estar da casa da sogra quando os demais presentes ouviram um tiro. Ao acudirem a vítima, encontraram-no só e dizia não ter visto quem o ferira. A negação foi repetida diante do delegado, no hospital: *ontem a noite atirado em casa de sua sogra onde também reside sua mulher [...], ignorando quem seja autor do ferimento que apresenta*.<sup>163</sup> Porém, este relato se contrapunha às histórias contadas por algumas testemunhas que afirmaram ter visto Lurdes Preme, *muito agitada* dizendo que *seu marido estava ferido, que ela era assassina e ia apresentar-se à polícia*.<sup>164</sup> O depoimento do médico que atendeu Alberto confirmou a intenção da vítima: o Dr. Félix Viana contou ter ouvido, de Alberto, que este *desejava [ver o] caso [...] abafado para que sua esposa pudesse cuidar dos filhos*.<sup>165</sup> Esta atitude sugere a subjetivação das especificidades masculinas, culturalmente estabelecidas, como defesa da honra e da família.<sup>166</sup> De certa maneira, ao negar a autoria do crime, compartilhou com a agressora os motivos que culminaram na cena fatal. Alberto Preme morreu no dia seguinte ao atentado e sua mulher foi absolvida.

As narrativas das vítimas de violência conjugal permitem, nas entrelinhas, a reconstrução de uma profusão de sentimentos que permeavam as relações de gênero das décadas iniciais do século XX. É surpreendente observar, que mesmo no momento em que encaravam a morte eminente, homens e mulheres permaneciam ainda prisioneiros de seus papéis sociais. Elas, dóceis, conformadas, aceitavam seu destino, reafirmando, ainda uma vez, sua condição de vítima e sua

---

<sup>163</sup> Processo Crime Lurdes Preme. Caixa 4. Ano 1923.

<sup>164</sup> *Ib* *Ibidem*

<sup>165</sup> *Ib* *Ibidem*.

<sup>166</sup> MATOS, M. I. de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **História. Questões e Debates**. Curitiba : UFPR, v.1, n.1, 1980.

missão materna. Eles, cavalheirescos, assumiam responsabilidades, enfatizavam seus deveres, desculpavam a fragilidade feminina, marcas de compromissos universalmente assumidos e de muito longa permanência.

Tais valores vêm novamente à tona na fala dos incriminados, tanto no primeiro depoimento dado ao delegado quanto na hora do julgamento.

Ao mesmo tempo em que a maioria das vítimas parecia aceitar passivamente o ocorrido, e transferiam para o acusado a responsabilidade do crime – salvo algumas exceções<sup>167</sup> –, os acusados adotavam um posicionamento que buscava justificar o ato.

Ao responder ao delegado, que o inquiria, João Lopes alegou que vira sua honra ultrajada e que seus esforços, no serviço, estavam sendo debaldes porquanto sustentava a casa de tudo o que era preciso, e que Maria havia procedido de maneira ridícula e vergonhosa.<sup>168</sup> Da mesma forma, Rui Cardoso que matou a amante, creditou ao ato o fato de Ismênia, ultimamente, ter relações sexuais com outro homem.<sup>169</sup>

Nos dois casos, o sentimento da honra masculina maculada pelo comportamento sexual feminino desencadeou o ímpeto violento traduzido, juridicamente, como perturbação dos sentidos.

Para outros, o abandono foi a justificativa apresentada. João Baptista, ferroviário, solteiro explanou que matou a ex-amásia porque *foi abandonado [...] e não podendo suportar esta separação tão dolorosa fez várias propostas a fim de que [ela] voltasse a conviver consigo, pois a queria muito bem*. Diante da recusa de Maria Cândida *resolveu matá-la, suicidando-se em seguida*.<sup>170</sup> Maria Cândida morreu e Baptista, ferido no peito, teve frustrada a tentativa de suicídio.

Por outro ângulo, desvinculados dos sentimentos de abandono e traição, alguns criminosos atribuíram seus atos homicidas a causas que lhes pareciam

---

<sup>167</sup> As exceções dizem respeito, particularmente, às declarações prestadas por Maria Lopes e Alberto Preme que, de certo modo, inocentavam os cônjuges.

<sup>168</sup> Processo Crime João Lopes. Caixa 1. Ano 1934.

<sup>169</sup> Processo Crime Rui Cardoso. Caixa 1. Ano 1936.

<sup>170</sup> Processo Crime João Baptista. Caixa 1. Ano 1929.

externas à sua vontade, como o alcoolismo. Joaquim Fama expôs ao delegado que atirou na amásia porque ambos discutiram e brigaram, numa pescaria domingueira onde ele *bem como os demais se achavam embriagados*.<sup>171</sup> Na mesma linha argumentativa, José Polanski, diante do escrivão de polícia, atribuiu à agressividade da amásia e ao consumo de bebidas alcoólicas os princípios desencadeadores do homicídio: *disse que [...] ambos [ele e a amásia] quase que diariamente estavam embriagados e por isso, reinava, em casa, grande desunião*. Afirmou que, no dia do crime, encontrava-se *em completo estado de embriaguez [e] teve com Ângela, que estava nas mesmas condições, uma discussão, em virtude de ter [a amásia] quebrado um prato*. Encontrando-se *completamente embriagado, e fora do seu juízo!!!*<sup>172</sup> *[...] desfechou dois tiros em Ângela*. Concluiu dizendo que *sempre procedeu bem tendo, apenas, o defeito de se embriagar*. *No entanto, quando embriagado procurava a sua residência e não brigava com ninguém a não ser com Ângela, quando provocado*.<sup>173</sup>

Assim como na maioria das falas das vítimas, os acusados transferiam suas responsabilidades e justificavam suas atitudes agressivas tendo como base comportamentos femininos de traição, de abandono e até de embriaguez. Em momento algum demonstraram arrependimento dos assassinatos corroborando, dessa forma, a perspectiva de que suas ações fossem necessárias para a manutenção da ordem social.

É interessante evidenciar que os argumentos e motivações das criminosas passionais diferiam das apreciações declaradas pelos criminosos. A intolerância masculina, as agressões verbais e físicas levaram algumas mulheres a romper o estereótipo de pacificidade e docilidade a fim de encerrar um cotidiano de violência. E seus argumentos tomaram como parâmetros, justamente, a inversão dos modelos sociais idealizados e reservados aos homens.

---

<sup>171</sup> Processo Crime Joaquim Fama. Caixa 2. Ano 1826.

<sup>172</sup> Transcritos do original.

<sup>173</sup> Processo Crime João Polanski. Caixa 3. Ano 1934.



Após ser acusada de matar com quatro tiros, o amásio com quem vivia há quatro anos, durante o sono, Olga Mercantel, 25 anos, do lar, “de estatura baixa e compleição robusta, de cabelos abundantes e castanhos”<sup>174</sup> escreveu numa carta os motivos do crime:

Eu matei por causa dele ser o que eu não esperava. Me obrigava a brigar com toda a vizinhança, dizendo que ninguém prestava. [Eu] tinha que viver fechada. Quando via alguma mulher comigo, [...] um inferno [...] começava em casa, porque ele dizia que todas falavam de mim. Além disso, em casa, ele não fazia fornecimento. E era vez ou outra que ele dava dinheiro para fornecer. Eu queria ir ao cinema e ele não queria ir em nenhum lugar. Ele não dizia que fosse sozinha. Enfim, em tudo me contrariava. Havia dias em que dizia que eu estava louca e enfeitada e, no dia do crime, queria, a força, levar-me para um curandeiro [...] dizendo que eu tinha que ir por bem ou por mal e que se eu resistisse chamaria pessoas para auxiliar a levar-me [...]. Então, não querendo ir, eu matei.<sup>175</sup>

Durante o internamento para ser submetida a um exame de sanidade mental, Olga Mercantel acrescentou que sempre viveu em desarmonia com o marido, [...] homem de maus instintos que a acusava, injustamente, de cometer cenas adulterinas com um preto. Nesta declaração, reforçou que o marido deixava faltar o necessário e que queria cafetiná-la e dizia-lhe que ela tinha o diabo no corpo. Diante disso, julgou que tinha o dever de matá-lo para ver-se livre dele.<sup>176</sup> Olga Mercantel foi considerada, pelos médicos, fraca de espírito com tendência a um estado de melancolia depressiva e absolvida por não autoria do crime.

Sem apresentar qualquer desequilíbrio mental, diferentemente de Olga Mercantel, Brígida Fontes, também declarou não suportar a agressividade do marido. Segundo seu depoimento, sofria *maus tratos [...]*, tendo sido *apunhalada por duas*

---

<sup>174</sup> Processo Crime Olga Mercantel. Caixa 2. Ano 1925.

<sup>175</sup> *Ib* Ibidem. Carta escrita pela acusada.

<sup>176</sup> *Ib* Ibidem

*vezes a despeito das lamentações da declarante. No dia do crime, a vítima dera, na declarante, com um facão, como era de seu hábito e os seus vizinhos podem informar acerca dos castigos que lhe eram aplicados. Ameaçada por seu marido e temendo pelo mesmo ser sacrificada, aproveitou um momento em que o mesmo dormia para matá-lo; [pois] a vítima era homem de maus instintos, malvado mesmo.*<sup>177</sup>

Assim como Olga Mercantel, Brígida Fontes aproveitou a fragilidade proporcionada pelo sono para matar o marido. Provavelmente devido ao acentuado nível de violência a que estavam submetidas e ao medo gerado nesta circunstância, só foi possível às duas mulheres superarem o pavor e a superioridade física quando seus companheiros se encontravam num nível de fragilidade muito semelhante ao delas.

A interpretação das rés sobre os motivos dos crimes praticados contra seus companheiros está permeada de elementos simbólicos no tocante às representações ideais de gênero. Os companheiros não cumpriam seus deveres de provedores e protetores, além de exercerem extrema violência no ambiente doméstico, e, de certa forma, foram punidos pelas acusadas que, mediadas por impulsos de defesa, extinguiram a fonte de ameaças e das suas agruras domésticas.

Aqui é possível retomar a indagação sobre “o que levava esses homens ou mulheres, muitos deles morigerados e pacatos, a se tornarem criminosos?” A partir de suas narrativas é possível reconstituir o embate entre elementos representacionais e práticas concretas, sentimentos de posse e impossibilidade de domínio, recusa a submissão e impulsos defensivos da integridade física e psicológica.

Nesse emaranhado de representações sociais e práticas cotidianas, estabelecidas nas vivências concretas dos casais, os olhares dos *outros* sobre os crimes constituem complemento da construção sobre os mesmos. São relatos que ressaltam as tramas de solidariedade e vigilância existentes nas relações sociais instituídas à época.

---

<sup>177</sup> Processo Crime Brígida Fontes Caixa 2, 1929.

### 3.2 OLHARES ALHEIOS: AS TESTEMUNHAS

Criminoso e vítima não são, certamente, personagens desencarnados de um determinado momento e determinada sociedade. Além dos agentes da lei, que questionavam e perscrutavam suas atitudes, havia toda uma gama de pessoas, de certa forma, envolvida no crime: eram as testemunhas.

Parentes, vizinhos, passantes, amigos, inimigos prestavam seus depoimentos, por vezes, pretensamente imparciais, outras vezes favoráveis ou desfavoráveis ao criminoso ou à vítima. Coadjuvantes na cena do crime, estas pessoas participaram, com suas versões, orientadas pela inquirição dos agentes jurídicos, na reconstrução do ato. Dessa maneira, acrescentavam interpretações externas ao âmbito privado e ultrapassavam as exposições dualistas dos personagens principais do drama.

Observando o conjunto dos depoimentos, é possível dizer que, na segunda década do século XX, suas falas parecem frias e distantes. Contavam o que haviam presenciado como se pretendessem evitar um envolvimento afetivo com o acontecido e, na maioria dos casos, diziam nada saber que desabonasse o casal ou um dos dois em particular.

Tal procedimento é perceptível no homicídio cometido por Dario Ribeiro, quando as testemunhas, conhecidos e passantes, afirmaram desconhecer as condutas anteriores dos protagonistas, restringindo as declarações à informação de que ambos estavam separados e que não ocorrera discussão entre eles, no momento da consumação do delito.

Esse posicionamento de distanciamento, no tocante às condutas revelou-se também no caso do homicida-suicida João Baptista. Neste caso, as testemunhas afirmaram desconhecer fatores desabonadores do casal. Entretanto, a fala de Maria da Silva, filha da mulher que hospedava a vítima fez a diferença. A moça presenciou

o crime e contou que *acusado e vítima conversavam amigavelmente, sem discutir [...] quando viu o acusado puxar uma faca e investir contra Maria Cândida*. Extrapolando o simples relato da cena presenciada, a testemunha arriscou uma interpretação ao atribuir *a causa do crime ao fato de Maria Cândida ter dito a João Baptista que não queria mais viver com ele*.<sup>178</sup>

Portanto, pode-se supor que detalhes das relações conjugais, exposição das condutas anteriores ao crime e posicionamentos mais definidos das testemunhas em relação às vítimas e aos acusados, começaram a ser delineados no final dos anos 20. Nesse contexto, as narrativas passaram a valorizar comportamentos anteriores ao crime, como aconteceu nas declarações das testemunhas do caso Brígida Fontes. Ao contar o que sabia, um dos vizinhos confirmou ser de conhecimento de todos os moradores próximos *que o tenente Fontes costumava maltratar sua mulher, espancando-a muitas vezes e dando escândalos altas horas da noite, chegando mesmo a dar tiros, o que alarmava a vizinhança, além de ser dado ao vício da embriaguez*. Por outro lado, a imagem da ré estava atrelada à condição de *trabalhadora e honesta*, e ao contrário do marido, era *estimada por seus vizinhos*.<sup>179</sup>

Os enredos interpretativos que sutilmente despontaram nas falas das testemunhas no final dos anos vinte tornaram-se mais freqüentes e visíveis no decorrer da década de 1930. Prováveis particularidades culturais podem ter motivado esta alteração como uma preocupação coletiva com o equilíbrio doméstico, com a estruturação da família e com o desempenho social de cada indivíduo cujo objetivo deveria ser o alcance da ordem e da civilização. Neste sentido atuaram as instituições médicas, jurídicas e políticas com os ideais de eugenia, disciplinarização e ordenamento das populações. Não é possível esquecer também o papel moralizador da Igreja Católica sempre que se abordem as normas reguladoras da

---

<sup>178</sup> Processo Crime João Baptista. Caixa 2. Ano 1929. Depoimento da testemunha Maria da Silva. s/p.

<sup>179</sup> Processo Crime Brígida Fontes. Caixa 2, 1929. Depoimento da testemunha Henrique Correa Lima. p.25.

família, embora nada conste na documentação em favor dessa influência.<sup>180</sup> Apesar da recuperação gradativa da posição da Igreja na sociedade brasileira, ainda permaneciam as normas que ditavam a organização do Estado laico.

Nas falas das testemunhas dos casos Espiridião e Polanski, estão presentes argumentos que levam a pensar em famílias com alto grau de conflitos e tensões entre seus membros. Este processo de desagregação familiar poderia culminar com a morte. No entanto, isentos de elementos passionais, ambos os crimes foram constituídos, juridicamente, como sendo atos desencadeados por violentas emoções que desequilibraram os acusados momentaneamente. Tal constituição da figura delituosa convenceu os jurados, que os absolveram por perturbação de sentidos.

Dentre as pessoas invitadas a depor no processo movido contra Espiridião, a declaração de Augusto Cavagnari, amigo do casal, exemplificou os demais testemunhos. Já no tribunal, disse que o denunciado *vinha há tempos prometendo abater sua esposa e praticou o crime com o intuito de ver-se livre e casar-se com outra [...] e que era dado a brigas, não só com a vítima como com outras pessoas de sua família*<sup>181</sup> [...] *o mesmo não acontecendo com os outros*<sup>182</sup> [referia-se a pessoas alheias a família]. No reverso dessa declaração, confirmou que os antecedentes da vítima *eram exemplares, sendo uma mulher muito trabalhadeira, pois chegara mesmo a criar a família*.<sup>183</sup> Novamente a preocupação com a família e, com certeza, um caso que nega a tese corrente da solidariedade masculina.

No mesmo viés, detalhes da violência cotidiana a que estava submetida a vítima ganharam visibilidade nas vozes das testemunhas. Ao depor sobre o crime cometido por Polanski, um vizinho enfatizou que *o denunciado era de mau comportamento e dado ao vício da embriaguez e provocava tantas brigas em sua*

---

<sup>180</sup> TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias**. Mulheres na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. p.103-138; 157-158; 173-176; 193-196.

<sup>181</sup> Processo Crime João Espiridião. Caixa 2, 1935.

<sup>182</sup> *Ib* *Ibidem*.

<sup>183</sup> *Ib* *Ibidem*.

*própria casa, tendo o depoente, sido obrigado a intervir.*<sup>184</sup> Catharia L., também vizinha, acrescentou *que Polanski [...], conforme era de conhecimento dos moradores de Oficinas, maltratava muito a Ângela, surrando-a constantemente e, obrigando-a a pernoitar, algumas vezes, fora de casa, tendo, a mesma, posado três vezes em casa da depoente.* Assim como no crime de Espiridião, as declarações sobre a vítima descrevem perfis idealizados de *uma mulher honesta, boa, muito trabalhadora, cujo produto de trabalho de lavagem de roupas era gasto pelo denunciado.*<sup>185</sup>

Surpreendentemente, os dois homicidas foram absolvidos, apesar de um cotidiano de violência, salpicado de alcoolismo, brigas e agressões. A explicação pode estar na ambivalência da legislação, no período em questão, que permitia a absolvição de alguns criminosos com base na alegação de que haviam cometido o crime, perturbados em seus sentidos, por estarem sob efeito de bebidas alcoólicas.<sup>186</sup> No entanto, nem todos aceitavam a embriaguez como atenuante dos crimes, comparando-a com a prostituição feminina e atribuindo-lhe o adjetivo de desqualificador da dignidade masculina. Para esses, a dignidade masculina relacionava-se ao adequado desempenho do papel de provedor-trabalhador necessário para a manutenção da ordem familiar e social.<sup>187</sup>

Nesse tempo de reformulações de condutas e tentativas de controle da população, pode-se pensar que a vigilância entre as pessoas aumentou, na década de 1930, estimulando olhares e intervenções de estranhos em espaços até então reservados, essencialmente, ao privado. Nessa perspectiva, pode-se conjecturar que as testemunhas deixaram entrever vivências e conflitos que, processualmente, finalizavam nos emaranhados das tragédias entre casais. Ao revelar o privado, as testemunhas corroboravam as representações idealizadas para os gêneros, no

---

<sup>184</sup> Processo Crime José Polanski. Caixa 2. Ano 1935.

<sup>185</sup> *Ib* *Ibidem*.

<sup>186</sup> MATOS, M. I. de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Nacional, 2000, p. 70..

<sup>187</sup> BORELLI, A. **Matei por amor!** As representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos, 1999. p.108-110.

período, pois seus pareceres tinham como base a aproximação ou o distanciamento dos protagonistas em relação às suas funções sociais.

No que se refere à sociedade pontagrossense, os depoimentos apontam para uma valorização do desempenho das funções sociais masculinas relacionadas ao aspecto de provedor e protetor do lar. Tais aspectos estavam associados à idéia de trabalhadores não afeitos a vícios de nenhuma espécie, principalmente a embriaguez. Em contrapartida ocorre, para as mulheres, uma volta à velha questão da fidelidade, maternidade e alicerce da estabilidade doméstica. Estes ideais foram reforçados nas falas das testemunhas femininas e masculinas quando revelavam, nos criminosos, o oposto desta mesma idealização.

Nesse sentido, o caso Lopes soa como desvio da regra implícita nos testemunhos. Nele, as testemunhas masculinas justificaram a atitude do marido traído afirmando que *era homem honesto, trabalhador e [...] que sua honra estava sendo ultrajada por um indivíduo que não requer credenciais*.<sup>188</sup> Porém, ao assentirem que não restava ao homem traído outra alternativa senão eliminar o foco da desonra, reforçavam as imagens de honra definida pela conduta moral da mulher. Dessa forma ocorreu, neste caso, uma espécie de solidariedade de gênero que pode ser justificada pelo temor partilhado e adquirido no processo de socialização masculina de ter a virilidade posta em dúvida.

Sentimentos de ofensa a valores de gênero e convivências a determinadas reações, como aconteceu no caso Lopes em que houve explícito apoio dos depoentes, inexistiram no caso de João Vieira. Vieira costumava, literalmente, *pular a janela* da casa da amante para visitá-la enquanto o marido dormia. Porém, numa das noites, inesperadamente, o marido acordou e flagrou o estranho que, acuado num quarto, disparou dois tiros atingindo mortalmente o traído. Ao depor, Mariana negou qualquer envolvimento com Vieira, no que foi sumariamente desmentida por sua comadre, quando esta contou saber *desde muito tempo, [que] João Vieira vem*

---

<sup>188</sup> Processo Crime João Lopes. Caixa 1, 1934.

*mantendo relações e contatos sexuais com Mariana.*<sup>189</sup>

Ao revelar os segredos partilhados, Mariana, imbuída de valores de seu tempo, negou a possibilidade de cumplicidade e convivência com atos que talvez desaprovasse. De certa forma, a atitude delatora da comadre pode ter tido princípio na interiorização dos discursos sobre a necessária preservação da fidelidade feminina, pela própria mulher. Assim, as multiplicidades femininas foram unificadas na idéia de *identidade feminina*, construída em consonância com a interiorização de normas masculinas e na concordância com as representações de diferenças entre os gêneros. Diferenças incorporadas e reproduzidas pelas mulheres, como o fez Mariana.<sup>190</sup>

Neste sentido, a busca de olhares outros e de expressões sociais referentes aos crimes entre casais não pode estar desvinculada da sociedade onde ocorreram os crimes. Nela, as pessoas vivenciaram suas experiências, amaram, odiaram, organizaram seus cotidianos. Nela, algumas vozes podem ser vistas como representativas da opinião pública e das falas que circulavam entre grupos e pessoas, nos mais diversos espaços. A imprensa pode ser um veículo dessas opiniões.

### 3.3 AOS OLHOS DA SOCIEDADE

Durante o período estudado, a sociedade pontagrossense teve conhecimento dos crimes cometidos na cidade, muito possivelmente por meio dos comentários *boca a boca*, pelos relatos das testemunhas, mas, com toda segurança,

---

<sup>189</sup> Processo Crime João Vieira. Caixa 4. Ano 1934. Depoimento da testemunha Maria Rosa. p.25, 25v, 26, 26v.

<sup>190</sup> CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro v.7, n.13., 1994. p.109.



pelas notícias dos jornais.<sup>191</sup> Efetivamente, naquela época, Ponta Grossa já contava com uma imprensa regularmente organizada em torno do periódico “Diário dos Campos”, cujo nome original, até 1913, era “O Progresso”<sup>192</sup>. Primeiro com publicação regular, haja vista os demais terem duração efêmera, o hebdomadário veio atender às pretensões de setores sociais em consolidar a imprensa pontagrossense. Seguramente apresentava-se como um dos principais formadores de opinião na cidade.<sup>193</sup>

Assim, dentre matérias que tratavam de política, acontecimentos sociais, educação e saúde os repórteres da então *victoriosa rainha dos campos*<sup>194</sup>, da *cidade civilizada*<sup>195</sup> tratavam de descrever os dramas e as tramas locais, nos moldes do que talvez aprendessem na imprensa internacional. Ao narrar um dos casos mais impactante ocorrido na cidade, o jornalista traz ao público leitor, e ao historiador de hoje, o drama vivido por Maria Lopes,

Prosseguindo em nossa reportagem a propósito da sangrenta tragédia de anteontem, na Vila Oficinas, fomos ouvir no hospital da Associação Beneficiente 26 de outubro, a causadora do desmoronamento da felicidade de seu próprio lar. Maria Lopes, que como dissemos fora atingida por um balaço no ventre e outro no braço, acha-se recolhida em um quarto separado onde ontem fomos ouvi-la. Abatidíssima e gemebunda, respondeu com frases entrecortadas às primeiras perguntas que lhe dirigimos. [...] Após declarou-nos que nunca esperou que seu marido fosse capaz de feri-la, pois não podia nem ver sangue, e que os causadores da tragédia foram os próprios parentes do marido.

<sup>191</sup> Sobre a utilização de jornais para o estudo histórico, ver: CAPELATO, M. H. R. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.12, n.23/24, set.91/ago.92, p.55-75. ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **História e Historiografia**: contribuições ao debate. São Paulo: EDUC, 1985.

<sup>192</sup> “O Progresso”, fundado em 1907, teve o nome alterado para ‘Diário dos Campos’, em 1913, com a formação da Companhia Typographica Pontagrossense. Nesta ocasião a tiragem passou a ser diária sem haver interrupção na numeração das edições e sem haver distinção entre ambos.”(HOLZMANN, E. **Cinco histórias convergentes**. Curitiba: Requião, 1966).

<sup>193</sup> CHAVES, N. B. A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p.33-46.

<sup>194</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 586, 16 de julho de 1912.

<sup>195</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 9 de dezembro de 1937.

A sua conversa, pontilhada de gemidos e ais, era, de quando em quando, entrecortada por implorações angustiosas, nas quais manifestava um desesperado desejo de ver o seu querido filho, de quem está separada por essa página de dor, sangue e de vergonha [...] Interpelada sobre a trágica ocorrência que a conduziu em tal estado à enfermaria, confessou-nos francamente a sua falta, dizendo-nos que conhecera João Camargo há uns quatro meses, mantendo com o mesmo relações meramente amistosas e que somente há uns vinte dias mais ou menos, é que se entregara a ele, faltando aos seus deveres conjugais.<sup>196</sup>

A notícia do crime Lopes data de 1934, momento em que os chamados crimes passionais tinham bastante visibilidade e temas como maternidade, família, relacionamento conjugal e fidelidade formavam a base desta fala. Neste sentido, representação feminina resultante deste embate discursivo poderia ser *real ou abstrata, figura e mito, carne e espírito, repúdio ou modelo*, cuja missão social, juntamente com o homem, era a constituição da família, esteio da sociedade republicana e foco de irradiação da ordem e do progresso pretendidos no período<sup>197</sup>.

No caso de Maria, indo além da versão da vítima, o repórter explorou as desavenças familiares mediante uma entrevista com a sogra da vítima,

Essa mulher morou sete anos conosco [...] e nem se pentear queria! E como a relaxada saía a rua constantemente, eu lhe dizia, com brandura: "Maria não ande à noite por aí, sozinha. Isso não te fica bem e pode desgostar teu marido". Ela punha as mãos na cabeça e exclamava: "Ninguém me manda. Sou senhora de mim". O meu desejo, como o senhor vê, era conduzi-la a um bom caminho, zelando por ela e pela tranquilidade conjugal de meu filho.<sup>198</sup>

<sup>196</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6453, 6 de abril de 1934, p.4.

<sup>197</sup> "Tributária do discurso positivista, a imagem materna se fortaleceu com a implantação da República. Foi a mulher, neste momento, alçada à condição de inspiradora das virtudes sendo que, por tal sentimento, a mãe deveria se impunha no grupo familiar." (TRINDADE, E. de C. **Clotildes e Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. p.114.

<sup>198</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6453, 6 de abril de 1934.

Amparada pela imagem de guardiã dos bons costumes e da harmonia familiar, a sogra de Maria Lopes exprimia, em sua fala, o modelo feminino de zeladora das virtudes. Em contrapartida apontava para o reverso em sua nora, acentuando-lhe as imagens contrárias ao perfil da boa esposa e justificando assim, aos olhos dos outros, a antipatia e agressividade dirigida à mulher de seu filho.

Já nas décadas anteriores, 1910 a 1920, a maioria dos relatos é bem menos emocional e mais lacônico, e os crimes eram apresentados de maneira breve e sucinta.

Apesar da brevidade da notícia, em 1911, o crime cometido por Pedro Damas contra sua mulher foi divulgado como uma *tragédia que ensangüentou aquele lar*. Posicionando-se, o jornalista opina: *a nós nos pareceu que a velhíssima paixão desvairante do ciúme derrubou mais uma vítima, nas explosões de um ódio feroz e uma raiva doida [...]*, expressando, também, a indignação das pessoas relatava que *o delito causou penosa sensação em vista da mocidade da vítima, da sua pobreza e do seu filhinho*. E acrescentava: *Para ocorrer às despesas do enterro pessoas caridosas fizeram esmolas. Há grande hostilidade contra Pedro Damas, alegando-se maus precedentes*.<sup>199</sup>

Embora o tom da narrativa fosse freqüentemente dramática, às vezes, no meio das tragédias, o cronista usava certo tom tragicômico: *uma menina ardendo de paixão por um rapaz [...] querendo vingar-se por ter o Romeu desistido do casamento* enviou ao ex-noivo *doces envenenados*<sup>200</sup> que foram repartidos com seus colegas de trabalho culminando, por fim, com todos no hospital.

Outras vezes, o tom era extremamente grave, como o utilizado para detalhar a morte de um homem pertencente a uma conhecida família local. Este crime foi anunciado dias a fio e os fatos que o antecederam foram descritos de maneira pormenorizada e detalhada.

---

<sup>199</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 367, 24 de janeiro de 1911, p.2.

<sup>200</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 2687, 15 de setembro de 1920, p.1.

Segundo o jornal, Alberto Preme, *há alguns anos tem sido vítima do vício da morfina, pelo que vem desorganizando a sua e a vida de sua família, de maneira intolerável*. Toda a construção discursiva do texto jornalístico perpassava o vício de Preme e as dificuldades familiares causadas pelas *freqüentes alucinações e ataques de loucura*. Tal descompasso emocional teria conduzido a família, *cansada e martirizada [a] terminar esse estado de coisas pelo remédio legal do divórcio*, tendo sido homologada a separação de corpos no dia da *triste scena de sangue [...] que veio alcançar uma família considerada em nosso meio social [...]*.<sup>201</sup> Na notícia, o crime foi atribuído à mulher da vítima que, segundo o jornal, tinha motivos de sobra para cometer o *ato tresloucado*.

Porém, a atribuição da autoria a Lurdes Preme gerou críticas entre os amigos dos envolvidos e, no dia seguinte, o periódico explicava o *acontecimento da avenida Dr. Vicente Machado*, detalhando sua atuação,

Surpreendidos com o inopinado acontecimento [...] dirigimo-nos ao local da trágica cena [...] a fim de colher informações para o nosso jornal. Ali registramos a versão corrente e publicamos, sem restrições, nem exageros, as circunstâncias em que se deu o lamentável fato, segundo o que ouvimos [...]. A nossa atitude, porém, incomodou alguns indivíduos histéricos que não fizeram cerimônia alguma em dizer que ‘fomos chamados para contar a história, arranjando-a ao sabor de interesses [...]’. Precisávamos dizer isso, não como satisfação às pessoas que nos conhecem, mas para que os intrigantes masquem o freio seco e mordam-se a si mesmos [...].<sup>202</sup>

A preocupação com o caráter de imparcialidade da notícia, critério essencial para a imprensa do período, fica evidente na explicação dada pelo jornal. Além disso, a indignação expressa sugere as tramas tecidas pelos envolvidos direta ou indiretamente no crime e a difusão, por meio de conversas e fofocas, de pontos de

<sup>201</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 3370, 14 de junho de 1923, p.1.

<sup>202</sup> *Ib* *ibidem*.

vistas sobre o acontecido. Neste sentido, o jornal, como representante dos interesses da sociedade, não poderia silenciar e receber calado as críticas sobre a sua missão de informar seus leitores.

Sendo assim, tanto no caso Damas como no Preme, atuou como fonte de difusão de uma imagem construída dos crimes e da idéia de *tragédia passional*. Com viés apelativo, grave ou tragicômico, as narrativas jornalísticas estimulavam o debate e o envolvimento de conhecidos, desconhecidos, parentes e amigos. Como meio de comunicação considerado em seus atributos de seriedade e imparcialidade, a imprensa contribuiu para tornar a violência entre casais em um discurso apaixonante em que frases de impacto como *cena de sangue, marido ultrajado, ardendo de paixão, os que amam e os que matam, momento de alucinação, trágico desfecho de uma paixão*, mexiam com a emotividade e curiosidade dos leitores.

Apesar de pormenorizar e acompanhar o desenrolar do caso Preme, foi nas décadas de 1930 e 1940 que o jornal reservou maior importância e espaço aos casos de crimes entre casais, numa constante ênfase aos antecedentes dos envolvidos. Isto, talvez, porque nessa época houve uma maior disseminação dos meios de comunicação de massa, como o rádio e o jornal. E, em sintonia com esta ampliação, cabe também lembrar a nova conjuntura política da década de 1930, quando a forma de governo instituída tornou-se mais centralizadora e intervencionista.

Sem dúvida, as idéias autoritárias, com caráter conservador e controlador, formadas lentamente no decorrer dos anos vinte e expressas nas alterações institucionais do novo governo, moldaram visões e atitudes sobre a família, o trabalho, o comportamento numa perspectiva de saneamento de qualquer tipo de desvio social.

Em 1932, o articulista do Diário dos Campos noticiava mais um crime. *Suspeitando da fidelidade da esposa*<sup>203</sup>, Alexandrino Moraes apresentou-se a delegacia

---

<sup>203</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 5909, 19 de agosto de 1932, p.4. Este é o título que anuncia a matéria sobre o crime.

local dizendo ter atirado no suposto amante de sua mulher: *não sei se o matei. Minha vontade era fazê-lo, pois ele não trepidou em manchar a minha honra*, foram suas palavras. O nervoso Alexandrino referia-se ao garçom do restaurante comandado por sua mulher e afirmou *havê-lo surpreendido abraçando sua esposa*, fato que motivou a tentativa de homicídio. Por sua vez, ao ser entrevistada, Sebastiana Moraes queixou-se da conduta do marido, pois este *não a ajuda em nada nas despesas domésticas e se embriaga amiúde, dissipando o pouco dinheiro que ganha*. Descrevendo os depoimentos das duas partes, o cronista informava que Alexandrino *trabalha há muitos anos na Agencia do correio local, é tido como homem trabalhador e morigerado [...] e não nos conta que abusa de uso do álcool*. E para concluir acrescenta, em forma de confiança, ter sabido de *fonte fidedigna, que Alexandrino, há quinze dias, surpreendera Leonardo em sua própria alcova, palestrando com sua esposa*.<sup>204</sup>

Nesse período, as notícias envolvendo casais e violência, diferentemente das décadas anteriores, perscrutavam a intimidade das relações, revelando detalhes sobre a conduta dos envolvidos. É fácil imaginar as pessoas comentando e posicionando-se diante das revelações jornalísticas sobre os *dramas passionais*, muitas vezes, de conhecidos, amigos ou parentes.

Diferentemente das notas breves escritas na maior parte dos anos vinte, as notícias das violências entre casais passaram a ganhar destaque. Além da exposição do acontecido, do andamento legal dos casos, os relatos estavam imbuídos de valorações de gênero e de recados normativos.

Assim como no assassinato de Alberto Preme, as notícias passaram a ser veiculadas por dias a seguir, assemelhando-se ao desenrolar de uma novela.

Já os casos Espiridião e Polanski, ocorridos em 1934, apresentam a semelhança de terem sido amplamente divulgados sugerindo a existência de um público leitor atento aos detalhes das tragédias envolvendo casais. Seja pela curiosidade, seja pela indignação, seja pelo aumento da atenção da sociedade em

---

<sup>204</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS Ponta Grossa, n. 5909, 19 de agosto de 1932.,p. 4.

relação às mortes conjugais, as narrativas adquiriram um viés menos imparcial e informativo. Acresceram-se de sentimentalismo e tomadas de posição.

Nesse sentido foi narrado o *hediondo crime ocorrido em Taquarussu*, e João Espiridião foi qualificado como sendo *feroz e brutal*, e o crime imputado ao fato de o acusado querer ficar solteiro para viver com a amante. Nesse momento, as entrevistas com os familiares ou com os protagonistas tornaram-se constantes e reforçavam os detalhes que circundavam as tragédias. Além das entrevistas, *o estado mental do criminoso* passou a figurar nas publicações. No caso específico de Espiridião, a matéria afirmava que *este estava perfeitamente bom na ocasião do crime, não denotando o menor sinal de embriaguez alcoólica ou desequilíbrio mental*.<sup>205</sup>

Ao contrário, Polanski foi tachado de *ébrio contumaz*, impressão confirmada durante a reportagem feita na prisão,

Logo que o vimos tivemos a impressão de estarmos tratando com uma vítima do álcool, e não um criminoso vulgar ou consciente, como de fato ele não o é. Um tanto febril, veio o velho até as grades e disse: 'Não sei como foi, não sei como fui praticar o crime. Eu devia estar louco. Estou arrependido. [...] está me doendo aqui...e apontou para o seu coração. E o pobre homem arcou a cabeça'.<sup>206</sup>

Uma semana depois houve uma alteração no posicionamento relativo ao criminoso. Nem parecia se tratar da mesma pessoa. Chamado de *uxoricida* e *matador*, a imagem de Polanski estava distante do velho alquebrado apresentado à sociedade local, na primeira narrativa. Duas questões possivelmente explicam a mudança: primeiro, a relação incestuosa entre os meio-irmãos e o conflito causado com a postura do juiz em deixá-lo em liberdade.

Pela primeira vez, o embate jurídico veio, publicamente, à tona. O pedido de

<sup>205</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6571, 19 de dezembro de 1934, p.1.

<sup>206</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6550, 27 de novembro de 1934, p.1.

preventiva feito pelo promotor foi sobejamente elogiado em nome dos *interesses da justiça, que são da sociedade* e, no reverso, a decisão do juiz em deixar o criminoso em liberdade foi amplamente criticada, também em nome da sociedade: *cremos e com fundadas razões, que o espírito da lei que foi feita para garantir a sociedade, é bem diverso, porquanto o legislador jamais iria se dar ao incômodo de fazer lei para proteger criminosos.*<sup>207</sup> Três meses depois, a revelação do parentesco entre os amantes acompanhou a condenação pública de Polanski, que de *pobre homem* passou a *frio assassino*. Seguindo a linha acusatória, o redator dirigiu-se aos jurados, conclamando que *o certo é que os Srs. juízes devem livrar a liberdade do contacto injurioso e nocivo desse repelente indivíduo [...] que tripudiou sobre os foros de civilização de uma sociedade inteira. Para aberrações tais não há lugar no seio da liberdade e da civilização.*<sup>208</sup>

O olhar da imprensa local sobre o crime cometido por Polanski apresentou algumas particularidades insinuatoras de mudanças culturais no que se referia aos crimes entre casais. O discurso jornalístico exigiu a punição do criminoso em nome da sociedade e da civilização, apresentou o conflito existente entre os agentes jurídicos e apelou, abertamente, à consciência dos jurados. Pediu-se a punição, não por Ângela, mas em nome da sociedade, da civilização e da liberdade, conceitos caros para parcelas da sociedade pontagrossense que se pretendia urbana, progressista e civilizada.

Sem atribuir aos crimes cometidos por Espiridião e Polanski nenhum sentido passional, a fala jornalística diferiu completamente do rumo tomado pelos autos. Em ambos os processos, os réus foram absolvidos por terem entendido, os jurados, que os dois se encontravam perturbados em seus sentidos quando cometeram os homicídios. Esta constatação traz questionamentos: que relações, conflitos, sentimentos originaram esta aparente contradição?

---

<sup>207</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6556, 4 de dezembro de 1934, p.1.

<sup>208</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6645, 22 de mar. de 1935, p.6.



Ao contrário de Espiridião e Polanski, ao crime cometido por Rui Cardoso atribuiu-se evidente representação de passionalismo. Sob o sugestivo título *Os que amam e os que matam*, a fala vinculou o amor ao crime:

Existe um órgão incompreensível e traidor no corpo humano: - o coração. Genitor da vida, quantas vezes, ele, inesperadamente zomba do seu possuidor, atirando-o traiçoeiramente na senda torturante do amor. E esse amor, quase na totalidade dos casos, é impossível, irrealizável, criminoso e fonte de lágrimas, de sangue e de crimes. Ri, esse sentimento da própria razão que traça as diretrizes sensatas do viver do homem pra atirá-lo, amargamente e implorante, no declive escorregadio da degradação moral dos gestos loucos e irremediáveis.<sup>209</sup>

O amor conclamado, neste caso, aproxima-se do amor bradado nos tribunais pelos defensores dos criminosos passionais. Apesar de Ubaldino ser casado e Ismênia viver sustentada por ele, a *ardorosa paixão* dos dois foi narrada como um triste romance em que ela, viúva e com um filho pequeno para criar, encontrou *o correto empregado da firma Carlos Osternack, conhecido e estimado na cidade*.<sup>210</sup> O tom de desculpa depositado no amor que, supostamente, unia o casal de amantes não foi suficiente para aliviar a punição de Cardoso, que foi condenado pelo tribunal popular.

Mas o amor não foi o único sentimento que poderia motivar os crimes. Somada a ele encontrava-se a honra masculina como ficou registrado no caso Lopes. Mais uma vez diferindo das pequenas notas sobre adultério feminino e morte, a traição e o assassinato de Maria Lopes foram amplamente divulgados. Chamadas sobre a saúde da vítima e a prisão do acusado vinham imbuídas de valores: [...] *a protagonista principal da tragédia sangrenta, foi considerada fora de perigo. João*

<sup>209</sup> Diário dos Campos. (21 de abril de 1935). n.6669. p.1.

<sup>210</sup> Diário dos Campos. 21 de abril de 1935. n.6669. p.1.

*Lopes, o marido ultrajado em sua dignidade de homem e que lavou em sangue sua honra poluída foi posto em liberdade. E mais uma vez a imprensa tomou para si a função de vigiar os fatos e informar a população sobre o que acontecia aos envolvidos, numa clara alusão de que as pessoas aguardavam o desenrolar dos acontecimentos: orientada pelo dever de trazer, os nossos leitores ao par das minúcias mais interessantes dessa dolorosa ocorrência, a nossa reportagem trabalha ativamente, prometendo para a edição de amanhã novos detalhes dessa tragédia de amor, pecado e crime.*<sup>211</sup>

Também ciúmes e alcoolismo se fizeram presentes nas narrativas jornalísticas dos crimes. Em 1937, após assistir *a irradiação do jogo de futebol entre as representações do Brasil e da Argentina*, Artur Bruit teve uma discussão com a amásia, *que se tornou uma segunda e boa mãe para seus filhos*, atingindo-a, acidentalmente, com um tiro de espingarda. O motivo da discussão fora a desconfiança e o *ciúme* sentido pela mulher dada à demora de Bruit retornar para sua casa. Visto como *trabalhador e ordeiro, [...] viúvo daquela com se uniu pelo matrimônio perante as leis de Deus e dos homens*, o acusado foi absolvido pela opinião popular, assim como pelos jurados que o julgaram.

Em contrapartida, o drama de Verônica Damasceno, noticiado como o drama sangrento no bairro de Órfãs, apresentou o cotidiano desregrado de João Damasceno. Tido como um dos muitos infelizes a que o álcool fez com que se fosse inutilizando a si próprio, que fez com que destruísse o seu lar, ferisse de morte a sua esposa e acabasse num cárcere.<sup>212</sup> Apesar do pejo de alcoólatra ou, talvez, justificado por isso, Damasceno foi absolvido por considerar, o júri, que ele estava perturbado em seus sentidos, no momento de cometer o crime.

No olhar da imprensa local havia uma crescente profusão de sentimentos e argumentos sobre o crime entre casais. Acentuadamente na década de trinta, ciúmes,

<sup>211</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, s/n, 07 de abril de 1934, p.4.

<sup>212</sup> DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, n. 6550, 2 de mar. de 1937.p.6.

honra, alcoolismo, amor e paixão foram sentimentos que circularam nos espaços sociais locais e permearam as relações de gênero. Certamente, as *scenas passionaes*, os *dramas de sangue*, envolveram a sociedade que criticou vícios, condenou adultérios, procurou estabelecer modelos de conduta e, sua antítese, baseados nos comportamentos das vítimas e dos agressores. Em nome da civilização e da defesa da sociedade, as pessoas apelaram aos jurados e a justiça, revelando também nos argumentos, o emaranhado que existiu entre o cotidiano de casais, a violência, a opinião pública e a lenta apropriação da idéia jurídica de crimes passionais.

## CAPÍTULO 4

### REVISITANDO OS DRAMAS

O olhar que observou, até o presente momento, os dramas passionais ocorridos em Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX, vai tentar deter-se agora nos meandros mais profundos daquelas experiências.

Em primeiro lugar, deter-se-á no espaço e na temporalidade em que ocorreram os crimes e onde existiram aqueles que direta ou indiretamente os vivenciaram.

No espaço urbano de Ponta Grossa, a ocorrência de agressões entre casais foi, no período estudado, relativamente freqüente. A abertura de inquérito, seguido de processo penal, expunha aos olhos da justiça e do público a evidência do homicídio motivado, muitas vezes, por paixões e atos reconhecíveis, mas também por causas aleatórias, como bebedeiras, discussões e brigas.

Tais documentos comprovam, sem que seja surpreendente, que os assassinos pertenciam a camadas sociais economicamente desfavorecidas, exercendo atividades pouco rentáveis como pedreiros, jornaleiros ou ferroviários<sup>213</sup>. As mulheres, por sua vez, eram donas de casa, também pertencentes a estas categorias sociais.

Cabe aqui interrogar sobre a ausência de representantes das elites locais nesses processos, uma vez que nenhum deles expõe violência praticada na esfera doméstica naqueles setores. O caso Preme, assim como o amplamente divulgado atentado cometido por um conhecido industrial contra sua mulher – que, mesmo

---

<sup>213</sup> Nos processos pesquisados, as profissões dos réus eram: Serviços domésticos (donas de casa): 3; Operário: 1; Jornaleiro: 2; Ferroviário: 4; Pintor: 1; Comerciante: 2; Negociante: 1; Pedreiro: 1; Lavrador: 2; Carpinteiro: 1; Carroceiro: 1; Não consta: 2.

ferida com dois tiros, resistiu e sobreviveu –, constituem exceções.<sup>214</sup> Da mesma forma, representantes das classes médias urbanas figuraram em raros casos.<sup>215</sup>

O conceito de grupos populares é aqui associado à questão sócio-profissional dos envolvidos, e também aos locais de residência dessas pessoas, localizados em bairros periféricos ao centro urbano de Ponta Grossa.

A constatação fornecida pelas fontes leva a uma aproximação da discussão sobre *classes populares* com a de *cultura popular* a partir de Carlo Ginzburg e Roger Chartier.<sup>216</sup>

Enquanto Ginzburg apresenta a idéia de ligações, de circularidade, entre cultura popular e erudita, por sua vez Chartier traz a noção de apropriação de elementos culturais dispersos no social realizada por meio das vivências concretas das pessoas. Cabe observar que, nesse ponto, os autores não se confrontam, pois apesar da constatação de diferenças entre os grupos sociais envolvidos, não se pretende estabelecer uma divisão entre eles.

Mesmo que não haja intenção de dicotomizar as categorias sociais, mas de compreendê-las a partir das fontes, chega-se à constatação da diferenciação entre grupos e pessoas nas apropriações das idéias e de sentimentos, como a paixão, por exemplo. A questão das origens sociais dos envolvidos nos processos obrigatoriamente coloca a discussão sobre a diversidade, a complexidade dos embates e das partilhas existentes no universo cultural.<sup>217</sup>

---

<sup>214</sup> Para rever o caso Preme olhar a página 54 do Capítulo 2. Por sua vez, o crime envolvendo o industrial Samuel Albach e sua esposa não integrou as fontes para esta pesquisa por ter sido uma tentativa de assassinato. No entanto este caso encontra-se no Arquivo de Processos Crimes do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa: Processo Crime Samuel Albach. Caixa 3. ano 1938.

<sup>215</sup> Considerando as profissões dos envolvidos nos processos-crime estudados foram considerados como integrantes das camadas médias os comerciantes e negociantes. Porém, poderiam ainda estar incluídos neste recorte profissionais liberais como professores, farmacêuticos, funcionários públicos etc.

<sup>216</sup> GINZBURG, C. Prefácio à edição italiana. **Os queijos e os vermes**. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.15-38.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1985.

<sup>217</sup> ENGEL, M. Cultura popular, crimes passionais e relações de gênero. Rio de Janeiro. 1890-1930. **Gênero**. Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, v.1, n.2, 2001, p. 107-123.

Outro elemento a ser considerado são as especificidades existentes nos grupos considerados populares. Há diferenças no interior dos próprios grupos, que incluem variáveis como raça e gênero, observadas nas vivências concretas destas pessoas. Segundo a idéia de apropriação de Chartier, a pluralidade nas formas de compreender e de significar sentimentos existentes entre as pessoas de determinado grupo, é evidente nos processos.<sup>218</sup> A pluralidade das apropriações de sentimentos e emoções revela-se por meio das diferentes motivações que levaram a prática dos crimes. A diferença na apropriação e na significação destes elementos está tanto nos grupos entendidos como populares, assim como nos que não estão inclusos nesta categoria.

O fato de não haver processos-crime envolvendo homens e mulheres das elites, e o reduzido número de elementos das classes médias, não comprova a inexistência de violência e agressões nestes segmentos. Possibilita apenas a hipótese de que os conflitos conjugais dessas pessoas eram resolvidos na esfera privada, havendo um diminuto número de atos extremados como o homicídio.<sup>219</sup>

Surge daí a indagação sobre os motivos deste quadro. Tal questionamento pode aventar algumas possibilidades.

Uma delas, não conclusiva, é de que os grupos favorecidos economicamente poderiam encontrar-se mais afeitos aos discursos de civilidade proferidos por instituições socializadoras como o Estado, a escola e a própria família. A normatização da violência, a solução de litígios alçados à responsabilidade estatal e a difusão de boas maneiras como elemento diferenciador social podem ter contribuído para um controle das emoções nas pessoas que circulavam nos espaços onde o comportamento não agressivo poderia atuar como capital simbólico. Assim, a

---

<sup>218</sup> CHARTIER, R. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>219</sup> Por pertencer à esfera do Direito Público, quando ocorria um homicídio, o Ministério Público apresentava a denúncia independente de haver queixa. Portanto é improvável que ocorressem assassinatos sem o conhecimento da promotoria, salvo, é claro quando acontecia a omissão do corpo.

privatização dos conflitos e da agressividade familiar, o comportamento racional e controlado e o domínio sobre as emoções poderiam compor os *habitus* dos homens das elites pontagrossenses.<sup>220</sup>

No entanto, a característica socioeconômica dos protagonistas dos crimes não diminuiu o interesse da população da cidade no acompanhamento dos julgamentos ou dos noticiários dos jornais. Nesse sentido, a imprensa local, mediante manchetes sensacionalistas, seguidas por entrevistas que expunham detalhes da privacidade conjugal, contribuiu para a formação de opiniões diversificadas sobre os assassinos e suas vítimas, suas condutas e motivações.

Numa cidade que se modelava por meio de uma incipiente urbanização, pelo aumento populacional e pelo discurso de civilidade e progresso, o jornal certamente contribuiu para a difusão de representações e narrativas. Apesar de seu pretenso caráter de neutralidade contribuiu, embora não exclusivamente, para a difusão da imagem do criminoso passional e também dos discursos sobre civilidade e bom comportamento. Entre os grupos urbanos, foi o barateamento no custo dos periódicos que propiciou a chegada desta leitura a grupos menos favorecidos economicamente, fenômeno beneficiado, inclusive, pelas novas técnicas de impressão e pela simplificação das tecnologias. É o que Sevcenko<sup>221</sup> chama de *novo jornalismo*.

Nessas condições favoráveis, apesar de se pretender *imparcial*, o jornal estava imbuído de valores através do pensamento e das posições de seu corpo redatorial. Símbolo de progresso, verdade e neutralidade, teve seu papel na consolidação de representações formadas numa relação entre as práticas culturais e a elaboração mais requintada de certos discursos.

No sentido da apropriação feita pelo leitor, não se pode afirmar e nem avaliar qual a extensão dessa leitura: quantas pessoas leram, como leram e interpretaram os

---

<sup>220</sup> ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p.65-146.

<sup>221</sup> SEVCENKO, N. **A literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 94-95.

noticiários. Sabe-se, porém, que o jornal disponibilizava a informação sobre os crimes.<sup>222</sup> E que havia, com certeza, a propagação das idéias presentes nos jornais para o público não leitor, por meio de conversas que ocorriam nos espaços públicos de sociabilidade e nas esferas privadas. A documentação revela, certamente, uma coincidência entre as representações divulgadas na imprensa e os depoimentos das testemunhas, no momento do julgamento.

A ocorrência destes fenômenos na pequena Ponta Grossa daquele período não se desvincula, porém, do período em que ocorreu, minimamente que fosse, atrelado ao contexto maior do cenário nacional. Foi na conjuntura da República Velha, com suas estruturas econômicas e políticas atreladas a uma sociedade arcaica e oligárquica, que se implantou o novo Código Penal republicano. A forma reduzida de referência por parte das autoridades judiciárias e testemunhas, e da própria imprensa, sobre os crimes entre casais, na fase inicial da aplicação do Código, denota que a relação entre as idéias do campo jurídico e a apropriação destas idéias pela imprensa e pelas próprias pessoas era muito tênue. Já no decorrer da década de vinte torna-se um pouco mais perceptível uma interiorização dos valores jurídicos entre os próprios agentes legais, possivelmente em função da estruturação do poder judiciário no Brasil, e do reconhecimento deste poder que vai atingir um ápice a partir de 1930.

Na década de 1930 é possível, então, verificar uma consolidação das idéias jurídicas, sobretudo em relação aos crimes passionais, quando a imprensa tornou-se detalhista e minuciosa em suas narrativas, e magistrados, advogados, promotores e testemunhas pareciam haver assimilado o discurso legal que instituiu a figura desse crime. Possivelmente, as profundas transformações dessa década iriam trazer um aprofundamento nas investigações e na forma maior do uso da dirimente 27 nos julgamentos, e mais informação sobre a privacidade dos envolvidos.

Isto significa que, através de todo o período, houve de certa forma um

---

<sup>222</sup> DENIPOTI, C. **Páginas de prazer**: a sexualidade através da leitura no início do século. Campinas. UNICAMP, 1999. p. 127.



encaminhamento na direção de uma sociedade que ia se tornando mais conservadora, mais regrada e mais preocupada com aqueles que, de certa forma, infringiam as normas que gradativamente eram instituídas. Provavelmente, a mudança radical havida entre a sociedade latifundiária da Primeira República e o governo cada vez mais centralizador e autoritário da década 1930 iria, de certa forma, encaminhar o que ocorria no campo jurídico e na sociedade daquele momento.

No bojo desta trajetória brasileira e até mundial, encontrava-se igualmente o avanço gradativo dos meios de comunicação de massa, o rádio, o cinema e a imprensa. Essa *massa* media prioritariamente a imprensa, não apenas levava ao público o conhecimento das quebras das normas e divergências de comportamento, mas também, de certa forma, orientava o posicionamento das pessoas em relação às regras e às infrações, exercendo assim uma pressão social para uma unificação da moralidade. Os meios de comunicação de massa serviram, nesse caso, para reafirmar as normas sociais e expor os desvios.<sup>223</sup> Neste sentido, a difusão e o acesso aos meios de comunicação criaram novas maneiras de estar, novas formas de sociabilidade, de pensamentos e transformaram as relações de poder tanto na esfera do gênero quanto entre as pessoas comuns e o campo jurídico com todo seu caráter normatizador.

Revisitados tempo e lugar, cabe agora à análise entretecer os campos onde ocorreram os dramas e por onde circularam os personagens.

#### 4.1 O CAMPO DO DIREITO

A criação jurídica do criminoso passional pode ser explicada a partir dos conceitos de *habitus* e *campo* de Pierre Bourdieu. Anteriormente propostos por

---

<sup>223</sup> LAZARSFELD, P. F.; MERTON, R. K. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. (org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.114-116.

Durkheim, Marx e Weber, essas noções se explicam a partir do poder que esse campo se arroga de, num sentido mais amplo, consagrar a ordem do Estado, classificar a realidade e conferir permanência aos efeitos simbólicos desta classificação.<sup>224</sup> Assim, o Direito sistematizou, classificou, discursou em nome da razão científica e das emoções inscritas nos corpos sociais. Além disso, transformou em atos processuais relações sociais não condizentes com a normatização que identificava a civilidade. Práticas criminais, como o assassinato, foram transformadas em escritos orientados pelo Código de Processo Criminal. Atos transformaram-se em atos.<sup>225</sup>

Tal poder foi legitimado pelas disputas intrínsecas ao campo e também pelo reconhecimento social do poder de nomeação, quando seus participantes tomam para si a nomeação de uma prática que é cultural, e que já existia antes. Porque, em verdade, vão tentar retirar do nível do senso comum a solução dos conflitos – entre outros os de casais – trazendo para o campo o poder de controlar a existência de determinados crimes – no caso, os passionais.

Ao fazer, porém, o que denomina de *elementos para uma sociologia do campo jurídico*, Pierre Bourdieu contraria as análises que afirmam a autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao social que, em sentido oposto, afirmam ser o Direito um reflexo das forças dominantes. O campo jurídico deve ser pensado também como um espaço social. Nele, as práticas e discursos resultam das relações específicas que o estruturam, orientando as lutas pela concorrência e pela lógica interna das obras que delimitam o universo das soluções propriamente jurídicas.<sup>226</sup>

Por outro lado, a idéia de fechamento do campo jurídico compõe também *habitus* dos agentes que se apropriam da idéia de monopólio em relação à *verdade* criada a partir das quebras das normas. No entanto, este fechamento é fictício,

---

<sup>224</sup> BOURDIEU, P. A força do Direito. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 209-254.

<sup>225</sup> CORRÊA, M. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

<sup>226</sup> BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. p.21-213.

porque a criação das normas e as punições das quebras das normas só podem acontecer mediante a interpenetração entre o campo jurídico e outros campos situados na estrutura social. Esse fechamento também pode ser considerado fictício devido à explicação de que os agentes jurídicos circulam por diversos campos do social, numa evidente troca de idéias e valores culturais.

A tentativa de regular os conflitos privados e, especificamente, a da violência e do próprio homicídio, gerou novos interesses jurídicos, instituindo um novo mercado, personificado na defesa ou acusação dos crimes. Ainda segundo Bourdieu<sup>227</sup>, essa tentativa gerou um mercado de palavras escritas sobre as normas que também constituem *habitus* dos juristas, auxiliando na legitimação e no reconhecimento do poder de *dizer a verdade*.

Em todas essas questões, a idéia do fechamento do campo jurídico, do poder de dizer a verdade sobre a norma, o rompimento dessa norma e a punição gerada neste ato constituem capital simbólico dos agentes, por sua vez legitimado pela sociedade.

No entanto, a atuação dos representantes jurídicos não ocorre num gesto mecânico de imposição de suas *verdades*. Neste movimento entre o poder simbólico do campo jurídico e os indivíduos encontra-se um mecanismo de exposição das normas e um processo de internalização das concepções normativas. Nesse caso é possível inferir, a partir das reflexões de Michel Foucault, a existência de *vigilâncias mútuas e entrecruzadas*, numa *observação contínua* entre os indivíduos que circulam e compõem o meio social. Nos crimes passionais estudados prioritariamente no decorrer dos anos trinta, percebe-se o aumento da vigilância sobre o comportamento do *outro*. E esta vigilância contribui para tornar o poder disciplinar integrado e funcionando em redes de relações. Esta rede, por sua vez, sustenta o conjunto social, perpassando-o por “efeitos de poder que se apóiam uns

---

<sup>227</sup> BOURDIEU, P. A força do Direito. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. p.209-254.

sobre os outros: os fiscais perpetuamente fiscalizados.”<sup>228</sup>

Nos casos envolvendo homicídios passionais, acusados e vítimas de ambos os gêneros foram julgados a partir das representações construídas entre a promotoria e a defesa relacionando-as aos modelos ideais dominantes. Construíram-se verdades a partir de um acontecimento empírico, a morte, e os agentes do campo jurídico agirão a partir de posições ocupadas e de variáveis culturais que embasam suas pretensões de verdade.<sup>229</sup>

Naquele momento, a perpetuação do discurso jurídico sobre as imagens de *passionalismo*, contribuiu, de forma reiterada, para a idéia de continuidade e permanência desta construção, haja vista a ênfase atribuída à paixão amorosa em homicídios que não apresentavam características compatíveis com as teorias jurídicas. Uma vez que nem todos os crimes envolveram o amor, a honra, a paixão pode-se pensar que ocorreu uma disseminação, uma vulgarização da concepção jurídica de *passional*. Assim, talvez acontecesse que indivíduos imbuídos do poder legitimado pelo campo jurídico agissem, mesmo que inconscientemente, de uma forma mais irresponsável, tendo em vista a possibilidade da absolvição. Este processo ocorreu num processo de longa duração e revelou um intercruzamento entre práticas culturais e discursos jurídicos, culminando com um movimento recíproco entre as duas esferas sociais.

Dessa forma, pode-se pensar na constituição de um *habitus*, no sentido de orientar a ação do indivíduo, assegurar as relações objetivas que o formaram, apresentando-se simultaneamente como social e individual. Os processos de interiorização implicam a internalização da objetividade, o que não ocorre apenas na esfera da individualidade. A aparente homogeneidade dos *habitus* de classe, de grupo, de gênero está assegurada à medida que os indivíduos internalizam as

---

<sup>228</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987, p. 158.

<sup>229</sup> CORRÊA, M. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

representações objetivas conforme as posições sociais de que desfrutam.<sup>230</sup>

## 4.2 O CAMPO DE REPRESENTAÇÕES

Como já visto, conceitos e representações sobre crime e sobre os valores relacionados aos atos criminosos estão dispersos e circulantes tanto no espaço jurídico, quanto no meio social, não sendo, porém, afeitos e nem exclusivos a nenhum dos campos referidos. Isso porque, é na sociedade em geral que acontecem as relações entre as pessoas e os atos empíricos, pois *mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos*.<sup>231</sup>

Práticas e discursos, ações e representações devem ser somadas a fim de evitar a autonomia das idéias e a separação das formas que as comunicam. Assim, devem-se associar os discursos às práticas para compreender as *significações plurais e concorrentes* existentes no processo de apropriação das idéias pelos indivíduos, em particular e, pelos grupos de forma mais ampla.<sup>232</sup>

Nesse sentido, a representação maior que permeava, naquele momento, a sociedade pontagrossense era uma determinada idéia de família e dos valores que deveriam percorrer as relações domésticas, muito de acordo com a conjuntura vivida. Uma constatação que se torna ainda mais clara, a partir dos anos 1930, um novo período de construção e consolidação de ideais nacionais em que os cidadãos deveriam estar imbuídos de valores compatíveis com a idéia de trabalho e de progresso.

---

<sup>230</sup> BOSCHILIA, R. **Condições de vida e trabalho**: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.

<sup>231</sup> CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, n. 11(5), 1991, p.183.

<sup>232</sup> *Ib* *Ibidem*.

Assim, a família aparece, nos documentos, como uma força motriz, uma célula de organização da sociedade mais ampla, vista como espaço de formação de indivíduos regrados, cidadãos afeitos aos discursos normatizadores e componentes da nação. Ali, a instituição familiar foi considerada espaço de ajustamento dos indivíduos *a hierarquização da própria estrutura social*.<sup>233</sup>

Essa família deveria, portanto, ser harmoniosa, ordeira e organizada, espaço de atuação de papéis, em consonância com o que estava se apresentando como ideal de organização de um Estado em que os membros exerceriam entre si uma relação não conflituosa e onde não poderiam ocorrer tensões. As representações que deveriam organizar as relações familiares deveriam conferir-lhe respeitabilidade, seriedade, lealdade e simetria, com base nos valores morais da época.

Nessas falas, a maternidade e o sustento material da célula social soavam como elementos de um suposto equilíbrio doméstico que estaria baseado na confiança entre seus membros, acentuadamente entre o casal. As representações sobre a família enfatizaram, pois, os papéis adequados para cada um de seus membros por meio da interiorização de valores como a respeitabilidade, a moral, o bom comportamento.

No entanto, a subjetivação deste discurso nem sempre ocorreu de forma mecânica e direta de acordo com o que estava sendo elaborado e dito nas esferas do governo, do direito e da imprensa.<sup>234</sup> As representações de harmonia familiar implícitas nesses discursos poderiam sofrer, conforme Mariza Corrêa, uma quebra na harmonia apresentada, ao ocorrer um crime nessa esfera.<sup>235</sup>

Muitas vezes, a realidade mostrou que nem sempre as relações familiares foram harmoniosas e as fontes possibilitam um olhar sobre as tensões e conflitos que envolviam os indivíduos no espaço doméstico. Assim, as quebras nas

---

<sup>233</sup> CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados** São Paulo, n. 11(5), 1991....

<sup>234</sup> BESSE, S. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: USP, 1999, p.63-97. .

<sup>235</sup> CORRÊA, M. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

representações idealizadas para a família naquele momento, foram apropriadas como a possibilidade de praticar a negação, o lado oposto do ideal. Foi nessa perspectiva de oposição às representações familiares que Polanski, incestuoso, bêbado e sustentado pela mulher, foi visto pelas testemunhas.<sup>236</sup>

Tais representações, *consideram os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é. Assim desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão*<sup>237</sup>, e soa também como pedagogia, no sentido de reforçar a idéia de comportamento imaginado para os membros da família.

Dentre esse comportamento, a manutenção da moral foi um dos pontos-chave de expressão da pretensa normatização.

No período estudado, as representações de moralidade perpassavam os indivíduos em sintonia com as noções de civilidade, de bons costumes e de respeito, noções compatíveis com a construção do cidadão nacional e com a formação de famílias normatizadas e harmônicas. Em função disto, comportamentos opostos à norma foram rechaçados e enquadrados como quebras, desvios condizentes com as representações de instituições objetivadas, como o Direito e a Medicina, por exemplo.

*Orgia, pouca vergonha, perdição, depravação, vício, bordoadas e garrafadas*, foram expressões recorrentes nas fontes, reveladoras da antítese da ordem, da harmonia social e da moral pretendidas nos discursos da esfera jurídica.

Sidney Chalhoub.<sup>238</sup> coloca como fundamental, nesse período, a relação entre o trabalho e a moralidade. Representações de dedicação e abnegação no trabalho estavam relacionadas ao acúmulo de atributos morais, pois a idéia era incutir nos indivíduos o hábito de ser econômico e de viver mais confortavelmente a fim de estimulá-los para o trabalho. Coniventes com tal idéia, os juristas responsáveis pelo

---

<sup>236</sup> Neste capítulo quando forem feitas referências aos crimes anteriormente apresentados indicar-se-ão as páginas e os capítulos a fim de facilitar o retorno ao relato.

Para retornar ao caso Polanski, ver: páginas 61 e 62. Capítulo 2 deste trabalho.

<sup>237</sup> CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados...**

<sup>238</sup> CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, , 1986, p.44.

Código Penal de 1890 explicitaram a necessidade de moralizar o indivíduo e regenerar a sociedade mediante o controle do ocioso e especificaram a sua punição no artigo que regula a vadiagem.

Assim, representações de bom trabalhador, provedor, boa dona de casa, mãe dedicada, filho comportado, se contrapunham às representações de bebedeiras, vagabundagem, bordéis numa evidente *luta de representações* opostas, que ocorria a partir da pluralidade de relações que o movimento concreto das sociedades impõe.<sup>239</sup>

Dessa forma, os casos de Maria Lopes e Rui Cardoso são exemplares, pois ambos quebraram as representações de moralidade ao exporem suas famílias ao quadro das desestruturas sociais. Diante de suas atitudes, tidas como imorais ambos foram severamente punidos: um com a morte e o outro com a condenação.

Estritamente ligada às infrações cometidas contra a família e a moral, está a representação de honra, sobretudo de honra masculina que, no período em questão, iria servir de base a grande parte dos argumentos usados pela defesa nos tribunais, bem como às justificativas utilizadas por muitos dos criminosos respaldados pela opinião pública.<sup>240</sup>

Conforme Julian Pitt-Rivers<sup>241</sup>, a honra é o valor que o indivíduo atribui a si próprio e relaciona-se ao reconhecimento que os outros lhe atribuem. Pela honra, o indivíduo avalia quanto vale; ela lhe dá condições de orgulhar-se, *mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho*. Assim, a honra fornece uma ligação entre os ideais da sociedade e a reprodução destes nos indivíduos, implicando uma tendência por

---

<sup>239</sup> MATOS, M. I. S. de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000. p. 88.

<sup>240</sup> BORELLI, A. **Matei por amor!** As representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos, 1999. p.21-38 e 66-70.

<sup>241</sup> PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G.. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. p.13.



certa conduta e, em troca, o direito a uma certa forma de tratamento.

A gênese da honra antecede, em muito, o período estudado. A existência da idéia de honra perpassou diversos grupos sociais em múltiplas temporalidades, motivando conflitos solucionados na esfera das individualidades como o duelo, por exemplo, e representações de poder tais como os rituais de passagens.<sup>242</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, a partir da documentação analisada, essa representação atingia uma nova conotação, confirmando a amplitude e a interpenetração da noção em todas as esferas sociais, como os espaços profissional, familiar e público.

Numa época em que a sociedade pontagrossense e brasileira apresentavam-se em processo de reconstrução de suas diretrizes socioeconômica, políticas e morais, a noção de honra ligava-se ao caráter de respeitabilidade e de reconhecimento público da reputação, de acordo com os demais valores que perpassavam o social. Havia, então, uma preocupação sobre o que o *outro* poderia dizer a respeito das condutas individuais. A questão do *bom nome* trazia em si a idéia de posições sociais ilibadas e vinculadas à tradições familiares a serem mantidas pelas gerações vindouras.<sup>243</sup> Manter o *bom nome* significava não relacioná-lo às quebras de normas sociais mais amplas, como roubo, fraude, acusações de crimes e desvios.

Além das virtudes citadas, respeitabilidade também fazia parte do valor do indivíduo e da família. O mau comportamento opunha-se ao comportamento correto e, para referendá-lo, seria muitas vezes pertinente aderir a uma religião, ou a associações de distinção social, caso da maçonaria. Ligada à respeitabilidade, outro atributo relacionado à honra era a credibilidade circulante no espaço dos negócios, do poder econômico, e a honestidade na maneira como a pessoa se comportava na

---

<sup>242</sup> HARRIS, R. Homens, honra e crimes passionais. In: HARRIS, R. Assassinato e loucura. **Medicina, leis e sociedade no fin de siècle**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p.309-360.

<sup>243</sup> BOURDIEU, P. O sentimento da honra na sociedade cabília. In: PERISTIANY, J. G.. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d. p.160-195.

gestão dos próprios bens ou dos bens de outrem. Nesse campo, ser honesto implicava ser *sério*, ter uma postura de acordo com a idéia de alguém de bom caráter, cumpridor de seus deveres, tanto privados quanto públicos, revelados inclusive na maneira de vestir-se e portar-se.

Para as mulheres, a mesma concepção de honra apresentava nuances que diferenciavam aquilo que caracterizava a honra masculina, muito mais ligada ao comportamento doméstico e sexual. Nesse sentido, a honra adquiria matizes fortes e controladores da conduta de homens e mulheres. Muitos pagaram um alto preço por romperem tal norma cultural tendo em vista, provavelmente, a satisfação de desejos e carências que o historiador pode apenas supor. Maria e João Lopes, Rosa e Dario Ribeiro, Benedita Ferreira da Costa e Claro Costa...

Todas as representações elencadas perpassavam os espaços sociais, dando, porém, maior visibilidade à atuação dos homens nas esferas públicas, o que cria a idéia de que todos esses valores eram mais afeitos ao masculino.

Tais elementos não parecem, porém, restritos a nenhum grupo especificamente. Embora possam emanar dos grupos cultural e economicamente mais favorecidos, ligados à intelectualidade, à Igreja, ao Estado e ao próprio Direito, estas manifestações foram apropriadas pelos diversos setores da sociedade que, a partir das condições concretas de existência, construíram pluralidade de significação e motivação.

Assim sendo, as representações do sentimento amoroso, igualmente importantes no período estudado, foram percebidas e significadas de diferentes maneiras, e apesar do processo de naturalização, “que reforça as noções de verdadeiro, universal, inconfundível.”<sup>244</sup> o amor foi culturalmente construído. Sentimento apropriado por diversas vertentes do conhecimento incitou, inclusive, preocupações da psicologia, do direito, da criminologia, cujos interesses voltavam-se

---

<sup>244</sup> MATOS, M. I. S. de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **História Questões e Debates**. Curitiba: UFPR, ano 18. n.34. jan a jun de 2001, p.53.

para a instituição de uma sociedade afeita ao autocontrole e domínio de intensas paixões, de instintos e impulsos que poderiam motivar desordens sociais.<sup>245</sup>

Com origem no amor romântico, a representação desse sentimento era sinônimo de serenidade, calma e domesticidade<sup>246</sup>: *o amor é santo, puro. Os seres dominados por este sentimento aperfeiçoam-se porque sendo o amor uma virtude, inspira tudo quanto há de bom. Os nossos pensamentos se purificam e convertem-se em castas e nacaradas ilusões.*<sup>247</sup>

Sua contrapartida era o amor selvagem que não deveria acontecer, pois era o amor extra doméstico, somado a todos os tipos de desvios de condutas e de comportamentos: *as paixões nascem na escoria do mundo, o amor conjugal no céu. Esse amor é sereno e tranqüilo, as paixões são agitadas e tempestuosas*<sup>248</sup>. Nessa última acepção, o amor foi considerado paixão, originando diversos tipos discursivos que procuraram, seguindo uma tendência daquele momento, classificar e nomear atos e condutas em função do amor – mais do que isso, em função da paixão.<sup>249</sup>

O amor congrega, em muitos casos, emoções como a dor, a mágoa, o ciúme, a saudade, a vingança. Assim, o sofrimento parecia ser algo imposto, algo do qual seria impossível escapar, uma vez que qualquer relação envolvia certo grau de sentimento.

O amor é, pois, uma representação que, somada a elementos como a honra, regulou, normatizou e controlou diversas relações, inclusive as de gênero. Porém, considerando a múltipla subjetividade das representações, o ideal de amor romântico não atingiu de forma homogênea a sociedade em sua totalidade. Esse amor, que deveria ser pacífico, serviu também como motivo de diversas tensões e conflitos que envolviam os indivíduos em sociedade e em esferas menores, como a

<sup>245</sup> COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p.62-74.

<sup>246</sup> SOLÉ, J. Os trovadores e o amor-paixão. In: DUBY, G.(introdução). **Amor e sexualidade no Ocidente**. 2.ed. Lisboa: Terramar, 1998. p.105-114.

<sup>247</sup> O PROGRESSO. Ponta Grossa, n. 420, 3 de junho de 1911, p.1. Crônica *Lua de mel*.

<sup>248</sup> *Ib* *Ibidem*.

<sup>249</sup> LYRA, R. **Polícia e justiça para o amor**. Rio de Janeiro: S. A. A Noite, s/d.

da família.

Foi utilizado, então, no sentido de controlar os instintos, os impulsos, comportamentos e as posturas das pessoas no aspecto familiar e no aspecto público. Em concordância com outras representações que criariam uma sociedade disciplinarizada e estabilizada em suas emoções, sentimentos e ações, o amor não poderia ser diferente e, sendo pacífico, entrava em sintonia com os ideais de honra, de respeitabilidade e honestidade.<sup>250</sup>

Histórias e romances publicados nos jornais contribuíram para difundir a idéia do amor abnegado que nada pede e tudo aceita. Mas nos processo-crime analisados, ele também foi significado como paixão. E paixão que poderia violentar e levar ao crime e à morte. Foi o que alegaram muitos advogados, entre eles aqueles que defenderam José Gonçalves e João Barata.<sup>251</sup>

Além disso, deixando de exemplificar exclusivamente os atos aceitos, a boa conduta e o bom comportamento, o amor passou a explicar e justificar comportamentos tidos como desviantes, como a embriaguez/bebedeira, a fim de esquecer mágoas de um amor mal resolvido. E, sobretudo, a justificar conflitos e distorções ocorridos nas relações de gênero. É por meio dessa categoria de análise<sup>252</sup> que se pode perceber toda a complexidade que permeia as representações do feminino e do masculino presentes na totalidade deste trabalho.

#### 4.3 O GÊNERO E OS CAMPOS

O que se verifica na expressão das forças e representações que interagem,

---

<sup>250</sup> FLORES, M. B. R. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, A. L. da.; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O (orgs.). **Falas de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999. p.203-234.

<sup>251</sup> Processo Crime José Gonçalves. Caixa 2., 1933, Processo Crime. João Barata. Caixa 2, 1936,

<sup>252</sup> SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez., 1990.

tanto na esfera jurídica quanto na esfera privada das famílias é de fato a existência de conflitos que se traduzem em relações de poder, estabelecidas historicamente, entre os gêneros.

O poder é algo que se expressa no sentido hierárquico e que não está restrito ao físico, manifestando-se também de maneira simbólica. No caso dos crimes ocorridos em Ponta Grossa, os documentos permitem perceber a existência dos dois tipos de poder, o exercício do poder e violência física e o exercício do poder simbólico entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre as próprias mulheres. Nesse último caso, pode-se citar a delação de adultério feita por Maria Rosa contra a comadre.<sup>253</sup>

Pode-se, assim, constatar, através dos estudos de gênero, que a relação entre o feminino e o masculino funciona de uma maneira assimétrica e desigual, sob a forma de ascendência social que se reproduz com base num processo de naturalização. Pierre Bourdieu trata dessa condição de dominação dos homens sobre as mulheres, detectando a presença de um modelo de longa duração que referenda o exercício deste poder enquanto construção cultural e histórica que vem permeada pela necessidade do reconhecimento social.<sup>254</sup> Dessa forma, ser homem ou ser mulher representa um lugar na sociedade e um papel a cumprir, embutido na representação que recebe o reforço permanente e público de todo o conjunto social, como aconteceu nos crimes referidos neste estudo.

Ainda segundo Bourdieu, a dominação masculina é algo que está presente em estado objetivado tanto no mundo social como incorporado no *habitus*, e se constrói a partir de condições reais no caso do crime passionai. Nesta situação, os homens exercem uma autoridade sobre as mulheres e essas, mesmo quando podem exercer um certo poder – no caso de Brígida Fontes, Olga Mercantel e Lurdes Preme que

---

<sup>253</sup> Página 64. Capítulo 2.

<sup>254</sup> BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e realidade**. pp.133-184. jul/dez 1995.

matarem seus companheiros – não o reconhecem como culturalmente legitimados.<sup>255</sup>

Por seu lado, a atuação de promotores e jurados, no momento do julgamento, contribuiu para a construção e consolidação de determinadas representações que iriam, de certa forma, organizar os espaços sociais pelo viés das relações de gênero; o que leva também a refletir sobre a importância do poder no campo jurídico, essencialmente masculino. Sobre as idéias que têm origem nos debates intrínsecos a ele e que seriam apropriadas e legitimadas, num evidente movimento processual e relacional, num âmbito mais amplo. De certa forma, o campo jurídico organiza, legalmente, desigualdades entre homens e mulheres, entre casais heterossexuais no espaço doméstico e conjugal das relações amorosas.

Os argumentos utilizados tanto pelos agentes jurídicos como pelos criminosos e pelas testemunhas à época, reforçavam algumas características diferenciadoras de homens e mulheres. Para os homens estavam muito presentes os ideais de trabalhado, honestidade e o papel de provedor e protetor do lar; para as mulheres, uma função mais interna ao espaço doméstico, vinculada às representações do correto exercício das funções de mãe, da docilidade e de uma postura amorosa desvinculada dos desejos e satisfações sexuais.

Mesmo assim, as vivências concretas e as práticas de algumas mulheres opõem-se ao idealizado, ao dado como simbolicamente correto, e aí se verificam determinados casos em que as mulheres trazem para si as rédeas de suas vidas e ousam transgredir o que está construído e legitimado como correto<sup>256</sup>. Isto vai se concretizar em abandonos, adultérios, resistências à domesticidade e também assassinatos de companheiros.

Nesses casos, a solução encontrada, por vezes, pelos homens, é a da

---

<sup>255</sup> BOURDIEU, P. A dominação masculina...133-184. Sobre a dominação masculina e violência simbólica, ver CHARTIER, R. A história das mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos e violência simbólica. In: DUBY, G. & PERROT, M. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995. pp. 37-44.

<sup>256</sup> LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. & MEYER, D. E. & WALDOW, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

violência criminal. A justificação destes atos implica a reiteração de dois sentimentos básicos já abordados no campo das representações, a honra e o amor-paixão.

A honra, analisada agora no campo da sexualidade conjugal ou das relações de gênero, traz consigo a idéia de ser um atributo que independe da atuação masculina, mas situa-se fora dela relacionando-se ao comportamento sexual da mulher. Essa posição compreende diversas posturas e elementos culturais, ligando-se à própria virilidade e considerando-se os espaços específicos de convivência social e da preocupação do que se pode pensar e falar da masculinidade de alguém. A noção de desonra sexual masculina depende do comportamento da mulher, sendo heterônoma. Na situação particular do casamento ou de relações amorosas, a transgressão feminina às normas sexuais socialmente idealizadas e consensualmente reconhecidas denota a perda de vergonha, capital simbólico.<sup>257</sup><sup>258</sup> de reconhecimento e pertença ao grupo das mulheres honestas. Além disso, a prática transgressora provoca a perda de capital simbólico masculino – a honra – em seu sentido de reconhecimento e pertença ao espaço social da respeitabilidade.<sup>259</sup>

Muitas vezes o homem não elimina o objeto de sua desonra apenas por um sentimento amoroso, mas por estar possivelmente imbuído desses valores, não encontrando no seu campo de possibilidades, outra alternativa. Caberia a ele eliminar fisicamente, o objeto de sua desonra, punindo-o, para encontrar, assim, uma maneira de recuperar o capital simbólico aos olhos dos outros. Esta idéia foi fortemente percebida e registrada pelo promotor do caso Lopes, quando se referia

---

<sup>257</sup> Conceito explicado por Pierre Bourdieu como uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebe-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. (BOURDIEU, P. **Razões práticas** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996. p.107).

<sup>258</sup> Ver também: .BOURDIEU, P **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p.7-16.

<sup>259</sup> CANÇADO, A. Paixão e honra: criminalidade passional em Ponta Grossa na década de 30. In: DITZEL, C. de H.;SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**. Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001. p.193-208.

ao número crescente de casos passionais.<sup>260</sup>

Dessa apropriação desvairada do conceito de honra e de sua manutenção, nasce a idéia da paixão que tudo justifica.

Para Bourdieu, as paixões fazem parte do *habitus* e podem ser vistas como uma relação social somatizada, uma lei social convertida em lei incorporada, que não pertencem àquelas que se podem sustar com um simples esforço de vontade. As paixões pertencem ao universo do inconsciente, gerando sentimentos intensos como as intenções de vingança, de trazer para si o domínio do outro, do objeto amado, da pessoa sobre quem se atribui a noção de posse. Nos crimes passionais, a idéia de propriedade da mulher.<sup>261</sup>

Por esse motivo, o criminalista italiano Enrico Ferri<sup>262</sup> afirmava ser o amor *a mais terrível das paixões*. Neste sentido, as paixões respaldaram classificações *científicas* médicas e jurídicas cujo resultado foi uma diferenciação fundamental entre o amor feminino e o amor masculino, naturalizada a partir das diferenças sexuais.

Construção humana e histórica que se aproximou das representações de corpo e de sexualidade, o amor apresentou-se também dicotomizado. Conforme o conhecimento médico constituído no decorrer do século XIX, *a normalidade* para as mulheres, *era a ausência do desejo e a incapacidade de alcançar o prazer sexual*, atribuindo a elas um papel passivo nas práticas sexuais.<sup>263</sup>

Nessa perspectiva e em sintonia com os ensinamentos médicos, Ferri afirmava que o amor feminino deveria estar associado à maternidade e à docilidade abnegada, com uma evidente atribuição da sexualidade aos ditames da reprodução.

<sup>260</sup> Dia a dia vêm ao Fórum processos dessa natureza em quais é voz corrente terem sempre os criminosos absoluta razão, atento a que, sustentam os sentimentos em tais casos 'a honra deve ser lavada com sangue'! [...] Matar o marido à mulher se lhe foi infiel, sob pena de, não o fazendo, ser apontado como indigno de estima e considerações públicas, eis o dilema preconizado na semelhante teoria. (Processo Crime João Lopes. Caixa 1. Ano 1934. Alegações da promotoria. p. 44v., 45, 45v.

<sup>261</sup> BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.51.

<sup>262</sup> FERRI, E. **Discursos de defesa**: defesas penais. Coleção Stvdivm. Temas filosóficos, jurídicos e sociais. Coimbra: Armênio Amado. s/d. p.16.

<sup>263</sup> MARTINS, A. P. V. **A medicina da mulher**: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. Tese (Doutorado em História). Campinas, 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 119.



Criminalista que *o amor, para a mulher, não passa, da estrada florida e dolorosa que leva a maternidade, quando não é transação, imposta pelos tormentos da miséria que desumaniza ou do orgulho delirante.*<sup>264</sup> Não estando relacionado à sexualidade reprodutiva, o amor era representado como exercício apaixonado da sexualidade, praticado, então, no espaço autorizado da prostituição. Já para os homens, o amor era volúpia, *convite misterioso e irresistível da vida.*<sup>265</sup> Neste sentido, o assassinato de Rosinha e conseqüente suicídio de Victorio foram exemplares.<sup>266</sup>

No Brasil, entre outros, o criminalista Afrânio Peixoto, ampliando a discussão, afirmava que a concepção dos crimes passionais estava centralizada na definição de paixão vinculada ao amor e na possibilidade de essa paixão desencadear um processo psicológico de ausência momentânea da racionalidade. Diante de tais pressupostos, a medicina exerceu influências na discussão, estabelecendo uma diferença entre amor patológico, que poderia conduzir à loucura, e o amor abnegado vinculado à esfera conjugal.<sup>267</sup>

No entanto, a vida cotidiana, as práticas femininas, os desejos que permeavam os corpos certamente não permitiram que a mulher ficasse exclusivamente restrita às representações que circulavam no social, o que ocasionou as transgressões dessas normas.

A documentação demonstra que muitas das mulheres do período estudado opuseram-se às normatizações abandonando relações conjugais, tendo outros amores, burlando conveniências e constituindo experiências baseadas em desejos e emoções que, supostamente, lhes negavam as instituições portadoras da autoridade de nomear as condutas de gênero.

A partir desses modos de estar no mundo é possível aferir que as

---

<sup>264</sup> FERRI, E. **Discursos de defesa**: defesas penais. Coleção Stvdivm. Temas filosóficos, jurídicos e sociais. Coimbra: Armênio Amado. s/d., p.16.

<sup>265</sup> *Ib* *Ibidem*.

<sup>266</sup> . Não foi localizado o processo ou inquérito sobre o caso da prostituta Rosinha e seu jovem amante apesar de ter sido amplamente divulgado na imprensa local.

<sup>267</sup> PEIXOTO, A. **Sexologia Forense**. Rio de Janeiro: Guanabara, s/d. p.9-32, 77, 153.

resistências nem sempre ocorrem sob um aspecto espetacular ou sob um discurso de recusa. Elas podem nascer no interior do próprio consentimento quando a linguagem da dominação é reutilizada para a sua própria subversão.<sup>268</sup> Dessa forma apresentam-se a riqueza e complexidade das relações de gênero, pois não existem categorias universais baseadas em diferenças essencialmente biológicas<sup>269</sup> e, apesar das constantes reafirmações dos papéis de gênero pelo poder judiciário, no período estudado, o dia-a-dia de homens e mulheres, seus conflitos e tensões teimam em desvelar multiplicidades e invenções.

---

<sup>268</sup> CHARTIER, R. A história das mulheres. Séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos e violência simbólica. In: DUBY, G.; PERROT, M. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

<sup>269</sup> SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

A partir dos encontros com as fontes criminais e jornalísticas e as vozes que se ouviram, houve um caminho percorrido em busca da compreensão daquelas múltiplas falas que diziam o crime passional.

Criação jurídica de uma prática cultural, a figura do passional perpassou a sociedade pontagrossense que, pouco a pouco, interiorizou as representações de paixão como justificativa para os crimes acontecidos entre casais. Assim, a particularidade do trabalho expressou-se na preocupação em criar os espaços específicos do campo jurídico e as artimanhas de seus agentes, visando defender suas posições naquela esfera de poder. No entanto, as práticas jurídicas não se encontraram desprendidas de um contexto maior, mas se relacionavam com processos empíricos como o crime em si e também com as representações que motivaram os conflitos extremados entre os casais.

Tal jogo de forças envolveu valores, comportamentos, conflitos que, além das relações de gênero, foi permeado por plurais acontecimentos nas esferas políticas, econômicas e culturais do período da Primeira República e governo Vargas. A documentação possibilitou a reflexão de que o discurso da construção da nação tendo a família, como eixo fundamental da formação de cidadãos afeitos ao trabalho e às regras da boa conduta, foi elemento de recrudescimento dos olhares sobre os comportamentos de homens e mulheres de então.

Os dramas passionais, porém, muito mais do que apresentar as cenas de sangue, inspiraram a significação destes como situações que escapavam aos discursos moralizadores e expunham situações familiares extremamente conflituosas e condutas masculinas e femininas que se afastavam das propagadas como ideais. Assim, nas entrelinhas das falas de réus, vítimas, testemunhas e imprensa, o crime entre casais emergiu de múltiplas situações de conflitos que

ultrapassavam, em alguns casos, a idéia jurídica da perturbação de sentidos motivada por paixões extremadas.

Sentimentos e emoções, desvios e punições desvendaram possibilidades de reflexões teóricas mais profundas abrindo espaços para o levantamento de hipóteses problemáticas que, de forma alguma, encerraram as possíveis aproximações sobre os crimes passionais e as relações de gênero que permearam a complexidade daquelas existências.

Fica, então, aberta a futuros trabalhos a exploração de outros ângulos e outras temáticas que contemplem a intrincada trajetória de certos amores e das múltiplas paixões que envolveram e ainda envolvem, homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. (org.). **Gênero e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.
- ALMEIDA, R. de O. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ALVES, P. A República e a construção da ordem. **História**. São Paulo, número especial. 1989, p.2-23.
- ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil**: república: da *belle époque* à era do rádio. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.
- ARDAILLON, D.; DEBERT, G. G. **Quando a vítima é mulher**: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- BAJER, P. **Processo penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BASTOS, A. W. **Ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- BESSE, S. K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910-1940. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v.9. n. 18, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: USP, 1999.
- BITENCOURT, C. R. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, parte geral. v.1, 2000.
- BORELLI, A. **Matei por amor!** As representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos, 1999.
- BOSCHILIA, R. **Condições de vida e trabalho**: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e realidade**. São Paulo, jul./dez 1995. p.133-184.
- \_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. O sentimento da honra na sociedade cabília. In: PERISTIANY, J. G.. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". In:

BESSA, K. A. M. **Cadernos Pagu**: trajetórias do gênero, masculinidades, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, n. 11, 1998, p.11-42.

CANÇADO, A. Paixão e honra: criminalidade passional em Ponta Grossa na década de 1930. In: DITZEL, C. de H.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p.193-208.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.12, n. 23/24, set./91, ago./92.

CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papirus, 2000.

\_\_\_\_\_; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, J. M. de . **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**. Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAMMA, G. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal, 1988.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1985.

\_\_\_\_\_. A história das mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos e violência simbólica. In: DUBY, G.; PERROT, M. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 37-44.

\_\_\_\_\_. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n. 13. 1994.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, 1991.

\_\_\_\_\_. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHAVES, N. B. A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p.65-76.

\_\_\_\_\_. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

COLLING, A. M. **A construção da cidadania da mulher brasileira**: igualdade e diferença. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CORRÊA, M. **Morte em família**. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, E. V. da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. 17.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp, 1997.

DARMON, P. **Médicos e assassinos na belle époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DAVIS, N. **Histórias de perdão**: e seus narradores na França do século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DE BONI, M I M. **O espetáculo visto do alto** :vigilância e punição em Curitiba 1890-1920. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

DENIPOTI, C. **Páginas de prazer**: a sexualidade através da leitura no início do século. Campinas. UNICAMP, 1999.

DIAS, M. O. L. da S. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DROPPA, M. M. **A memória do patrimônio histórico tombado em Ponta Grossa – Paraná**. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Campus de Assis.

DUBY, G.; PERROT, M. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

DUBY, G. ; et al. **Amor e sexualidade no ocidente**. Lisboa: Terramar, 1991.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENGEL, M. Cultura popular, crimes passionais e relações de gênero – Rio de Janeiro, 1890-1930. **Gênero**: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Niterói: EdUFF, v.1, n. 2, jul a dez 2000, p. 107-123.

ENGEL, M. G. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). **Topoi. Revista de História**. São Paulo, v.1, set/200, p. 153-177.

ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas**. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano. Estrutura de poder e

economia (1889-1930). São Paulo: Difel, v.1, 1985.

FERREIRA, M. C. **Miscelânea da história de Ponta Grossa**. s/l. s/e. julho de 1936.

FLORES, M. B. R. A medicalização do sexo ou o amor perfeito. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. (orgs.). **Falas de gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999, p.203-234.

FONTOLAN, T. A participação feminina no Tribunal do Júri. In: BRUSCHINI, C.; SORJ, B. **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994, p.67-88.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FREIRE, F. **As constituições dos Estados e a Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

FÜHRER, M. R. **Constituições brasileiras**. São Paulo: Malheiros, 2001.

GINZBURG, C. **Os queijos e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Prefácio à edição italiana. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.15-38.

GONTIJO, R.; BELLUCO, H. Sobre a historiografia do movimento operário. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v.2, n. 1, mar/2000, p.159-193.

HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

HARRIS, R. **Assassinato e loucura**. medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HISTÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO NO PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e do esporte. Curitiba: Serena, 1982.

HOLZMANN, E. **Cinco histórias convergentes**. Curitiba: Requião, 1966.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: FAPESP, 1998.

LAZARSFELD, P. F.; MERTON, R. K. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. (org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.114-116.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J.; MEYER, D. E.; WALDON, V. R. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MARTINS, A. P. V. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Campinas, 2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.



MARTINS, S. H. Z. Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo. (1933-1942). In: **Pós-História**. Assis, v.5, 1997.

MATOS, M. I. de. **Meu lar é o botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Editora Nacional, 2000.

MATOS, M. I. de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **História. Questões e Debates**. Curitiba: UFPR, v.1, n.1, 1980.

MENDONÇA, S. R. de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina.

MOORE, H. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In: **Cadernos Pagu**. Corporificando gênero. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, n.14, 2000, p.13-44.

NEDER, G. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995.

NORONHA, M. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2001.

NUNES, C. **Teoria e prática do Poder Judiciário**. Rio de Janeiro, 1943.

OSTERNACK, M. L. P. **Boletim comemorativo de abertura do Museu Campos Gerais**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983.

PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

PINTO, E. A. **A população de Ponta Grossa a partir do Registro Civil. 1889-1920**. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Paraná.

PINTO, S. C. S. A problemática da cidadania na Primeira República brasileira. **Revista de História**. Vitória: EDUFES, n. 8, 1º semestre de 1999.

PISCITELLI, A. Gênero em perspectiva. In: BESSA, K. A. M. **Cadernos Pagu**. Trajetórias do gênero, masculinidades...Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, n.11, 1998, p.141-156.

PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, C. A. B. et al. (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, pp.41-58.

SACCHELLI, M. J. Homens probos, homens bons: a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

SAFFIOTI, H. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAMARA, E. de M.; SOHIET, R.; MATOS, M. I. S. de. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez. 1990.

SEVCENKO, N. **A literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. (orgs.). **Falas de gênero**: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Mulheres, 1999.

SILVA, C. L. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v.2, n. 1, mar/2000, p.195-228.

SILVA, E. A.; et al. O povo faz a história. Ponta Grossa, 1920-1945. **Relatório de Pesquisa**. Ponta Grossa: UEPG, 1994.

SILVA, P. **Vocabulário jurídico**. São Paulo: Forense, v.3. 1963.

SOHIET, R. **Condição feminina e formas de violência**:mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOHIET, R. História das mulheres e história de gênero – um depoimento. In: BESSA, K.A. M. **Cadernos Pagu**: trajetórias do gênero, masculinidades...Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, n.11, 1998, p.77-88.

SOLÉ, J. Os trovadores e o amor-paixão. In: DUBY, G. **Amor e sexualidade no ocidente**. 2.ed. Lisboa: Terramar, 1998.

SOUZA, M. do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. 17.ed. Rio de Janeiro, 1988.

SUÁREZ, M. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: AGUIAR, N. **Gênero e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

TRINDADE, E. M. de C. Augusto Comte e a mulher. O feminino na Primeira República. In: MARTINS, A. P.; TRINDADE, E. M. de C. (orgs.). **Mulheres na história**: Paraná. Séculos IX e XX. Curitiba: UFPR, 1997.

\_\_\_\_\_. **Clotildes ou Marias**: mulheres na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

ZENHA, C. **As práticas da .Justiça no cotidiano da pobreza**. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **História e Historiografia**: contribuições ao debate. São Paulo: EDUC, 1985.

ZULIAN, R. W. A victoriosa rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa: Departamento de História - Universidade

Estadual de Ponta Grossa. v.3, n. 2, 1998, p. 37-76.

## FONTES

### 1 FONTES MANUSCRITAS

#### 1.1 Arquivo “Sala da Documentação Judiciária” Laboratório de Pesquisa em História. Departamento de História, UEPG. Ponta Grossa, Pr.

Processo Crime J. Fama. 1896. caixa 2.  
Processo Crime J. de Tal. 1896. caixa 2  
Processo Crime C. C. Pinto. 1898. caixa 1  
Processo Crime D. Xavier . 1917. caixa 1  
Processo Crime M. L. Preme. 1923. caixa 3  
Processo Crime D. Ribeiro. 1926. caixa 2  
Processo Crime O. Mercantel. 1925. caixa 2  
Processo Crime J. Baptista. 1929. caixa 1  
Processo Crime M. Vilela. 1931. caixa 2  
Processo Crime B. Fontes. 1929. caixa 2  
Processo Crime F. Budne. 1929. caixa 1  
Processo Crime J. Gonçalves. 1933. caixa 2  
Processo Crime J. Vieira. 1934. caixa 4  
Processo Crime J. de Paula. 1932. caixa 3  
Processo Crime J. Barata. 1936. caixa 2  
Processo Crime J. Espiridião. 1935. caixa 2  
Processo Crime J. Polanski. 1936. caixa 3  
Processo Crime J. Lopes. 1934. caixa 1  
Processo Crime U. Cardoso. 1936. caixa 1  
Processo Crime J. Damasceno. 1939. caixa 5  
Processo Crime A. Bruit. 1938. caixa 1

### 2 FONTES IMPRESSAS

#### 2.1 Arquivo de jornais locais da Casa da Memória Paraná, Ponta Grossa, Pr. Coleção “O Progresso” e “Diário dos Campos”. 1910-1924.

#### 2.2 Arquivo de jornais locais do Museu Campos Gerais, Ponta Grossa, Pr. Coleção “Diário dos Campos”. 1932-1940.

### 3. CÓDIGOS

PESSÔA, V. A. de P. **Código Criminal do Império do Brasil**. Annotado. Rio de Janeiro: Livraria Popular, 1877.

BASTOS J. T. **Código Penal Brasileiro** (Annotado). São Paulo: C. Teixeira Editores, 1918.

CARVALHO FILHO, J. B. da C. **Código do Processo Criminal do Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. D'«A Republica», 1906.

### 4 LIVROS

CASTRO, V. de. **Os delictos contra a honra da mulher**. Adultério. Defloração. Estupro. A sedução no Direito Civil. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha, 1897.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 16 de julho de 1934. In: CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978, p. 517-573.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 24 de fevereiro de 1891. In: CAMPANHOLE, A. ; CAMPANHOLE, H. L. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, de 25 de março de 1824. In: CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. **Todas as constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978.

FERRI, E. **Discursos de defesa**: defesas penais. Coleção Studivm. Temas filosóficos, jurídicos e sociais. Coimbra: Arménio Amado, s/d.

\_\_\_\_\_. **O delito passional na civilização contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 1934.

\_\_\_\_\_. **Sociologia criminal**. Madrid: Centro Editorial de Góngora, s/d.

LYRA, R. **O amor e a responsabilidade criminal**. São Paulo: Saraiva, 1932.

\_\_\_\_\_. **Polícia e justiça para o amor**. Rio de Janeiro: S. A. A Noite, s/d.

\_\_\_\_\_. **Sociologia criminal**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MATTOS, M.; MORAES, E. **Os crimes passionais perante o jury**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1919.

MORAES, E de. **Criminalidade passional**: o homicídio e o homicídio-suicídio por amor. São Paulo: Saraiva, 1933.

PEIXOTO, A. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

\_\_\_\_\_. **Sexologia forense**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s/d.

## **ANEXOS**

ANEXO 1 - QUADROS PROCESSOS-CRIME POR SOBRENOME DOS RÉUS  
DADOS SOBRE RÉU, VÍTIMA; RELAÇÃO RÉU / VÍTIMA; DATA DO  
CRIME ARMA; RESUMO



## QUADRO DOS PROCESSOS-CRIME POR SOBRENOME DOS RÉUS

continua

RÉU	VÍTIMA	RELAÇÃO RÉU/VÍTIMA	DATA CRIME	ARMA CRIME	RESUMO
<b>BAPTISTA, João</b> 23 anos, ferroviário, analfabeto, brasileiro, solteiro	<b>Maria Cândida</b> Não constam dados da vítima	Amásios	1/12/1929	Faca	Após ter sido abandonado e ter frustradas todas as tentativas de reconciliação esfaqueou a ex-amásia, matando-a imediatamente e tentou o suicídio.
<b>BARATA, João,</b> 22 anos, jornalista, brasileiro, solteiro, analfabeto	<b>Cenira Alves de Carvalho</b> Menor de idade	Conhecidos	1/01/1932	Revólver	Diante da recusa da menor em aceitar o pedido de namoro e casamento, o réu dispara dois tiros contra a vítima, causando sua morte instantaneamente.
<b>BUCHNER, Arthur</b> 35 anos, pintor, analfabeto, brasileiro, viúvo	<b>Maria Pires</b> Não constam dados sobre a vítima	Amásios	2/02/1937	Espingarda	Após uma discussão motivada pela chegada tardia do réu em casa este resolveu limpar a espingarda que acidentalmente disparou atingindo mortalmente a amásia. O réu era viúvo e tinha dois filhos que estavam sob os cuidados da vítima.
<b>BUDNER, Francisco</b> 26 anos, comerciante, brasileiro, solteiro	<b>Graciete Ribeiro</b> Não constam dados da vítima	Amantes	6/09/1929	Revólver	Foi denunciado por ter matado a amante e depois tentado o suicídio. No entanto, provou que a amante tentou mata-lo suicidando em seguida. Foi impronunciado.
<b>CARDOSO, Ubaldo</b> 32 anos, comerciante, analfabeto, brasileiro, casado	<b>Ismênia Alves</b> Não constam dados da vítima	Amantes	18/04/1935	Revólver	Casado, o réu assassinou a amante por desconfiar que a mesma o estava traindo.
<b>COSTA, Claro da</b> 32 anos, negociante, analfabeto, brasileiro, viúvo	<b>Benedita Ferreira</b> 27 anos, serviços domésticos, analfabeta	Marido e Mulher	29/05/1898	Pistola	O réu desfechou um tiro contra sua mulher e contra um hóspede de sua casa. O crime aconteceu durante a madrugada e a vítima morreu horas depois.
<b>POLANSKI, José</b> 53 anos, pedreiro, analfabeto, polonês, viúvo	<b>Ângela Danika</b> Não contam dados da vítima	Amásios	25/11/1934	Revólver	Durante uma discussão matou a amásia. Segundo os vizinhos, o réu bebia com frequência e maltratava a vítima que além de amásia era sua meia-irmã.
<b>DAMASCENO, João</b> 30 anos, ferroviário, analfabeto	<b>Amélia Damasceno</b> Não contam dados da vítima	Marido e Mulher	28/02/19637	Faca	Após ter sido abandonado pela mulher que alegou maus tratos esfaqueou-a no portão da casa da sogra. Apesar de ficar gravemente ferida a vítima sobreviveu. Este crime foi catalogado por estar incluído na lista de homicídio do arquivo de Processos Crimes.
<b>ESPIRIDÍÃO, João</b> 53 anos, lavrador, analfabeto, italiano, viúvo	<b>Verônia Esgarbosa</b> Não constam dados da vítima	Marido e Mulher	15/04/1934	Revólver	Durante uma discussão matou a mulher e tentou ferir um dos filhos. Bebia com frequência e tinha uma amante com quem teve uma filha.
<b>FAMA, Joaquim,</b> 46 anos, carpinteiro, analfabeto, brasileiro, viúvo	<b>Gregória Ribas</b> 40 anos, lavadeira, analfabeta	Amásios	14/10/1895	Espingarda	Atirou na amásia, ao retornarem de um baile e após uma discussão.

RÉU	VÍTIMA	RELAÇÃO RÉU/VÍTIMA	DATA CRIME	ARMA CRIME	RESUMO
<b>FONTES, Brígida</b> 40 anos, serviços domésticos e costureira, analfabeta, brasileira, viúva	<b>Themistocles Fontes</b> Não contam dados da vítima	Marido e Mulher	1/02/1929	Faca	Esfaqueou durante o sono por não mais suportar os maus tratos infligidos pelo marido há anos.
<b>GONÇALVES, José</b> 26 anos, operário, analfabeto, brasileiro, solteiro	<b>Antônia Heiji</b> 48 anos, serviços domésticos	Amantes	31/08/1931	Revólver	Após terem combinado de viverem juntos a vítima recusou-se a acompanhar o réu que não suportando o abandono esfaqueou e atirou na vítima.
<b>LOPES, João</b> 28 anos, ferroviário, brasileiro, casado	<b>Maria Lopes</b> 21 anos, serviços domésticos, analfabeta	Marido e Mulher	4/04/1934	Revólver	Ao flagrar a mulher em adultério disparou contra ela dois tiros. A vítima morreu horas depois do atentado.
<b>MERCANTE, Olga</b> 25 anos, serviços domésticos, alfabetizada, italiana, casada	<b>Antônio Bento de Oliveira</b> Não constam dados da vítima	Amásios	13/06/1925	Revólver	Assassinou o amásio, segunda ela, devido aos maus tratos psicológicos perpetrados pela vítima.
<b>PAULA, João de</b> Não constam dados do réu	<b>Cecília Vargas de Paula</b> 23 anos, serviços domésticos	Marido e Mulher	1932	Revólver	Após ter sido abandonado o réu disparou contra a mulher, ferindo-a e suicidou em seguida.
<b>PREME, Luiza</b> 26 anos, serviços domésticos, analfabeta, brasileira, casada	<b>Alberto Preme</b> Não constam dados da vítima	Marido e Mulher		Revólver	O casal estava separado e tramitava um desquite no Fórum local. Apesar de absorvida por não autoria, algumas testemunhas afirmaram que a ré disparou um tiro contra o marido que morreu no dia seguinte ao atentado.
<b>RIBEIRO, Dario</b> Não constam dados do réu	<b>Rosemira Ribeiro</b> Não constam dados da vítima	Marido e Mulher	9/02/1925	Pistola	Disparou contra a mulher ao encontrá-la na rua após ter sido abandonado.
<b>TAL, Januário de</b> Jornaleiro, preto, brasileiro	<b>Margarida de Tal</b> Não constam dados da vítima	Amásios	7/12/1985	Faca	Anuário após degolar a amásia estupra a filha desta. Em seguida foge e o processo fica inconcluso.
<b>ETELVINA M. DE JESUS</b> Filha da vítima, 10 anos					
<b>VIEIRA, João</b> 19 anos, carroceiro, analfabeto, brasileiro, solteiro	<b>Eduardo Gomes</b> 36 anos, ferroviário	Amante e Marido	20/03/1932	Revólver	Ao entrar na casa da amante foi surpreendido pelo marido desta que quis saber o que acontecia e foi baleado a queima-roupa.
<b>VILELLA, Martinho</b> 34 anos, lavrador e ferroviário, analfabeto, preto mulato, brasileiro	<b>Idalina Gonçalves</b> Não constam dados da vítima	Amásios	27/10/1928	Faca	Por suspeita da amásia, o réu desfechou duas facadas na vítima.
<b>XAVIER, David</b> 64 anos, lavrador, analfabeto, preto, brasileiro, viúvo	<b>Joanna, Galvão</b> Não constam dados da vítima	Amásios	28/06/1917	Pauladas	David espancou a amásia até a morte. Disse que a vítima havia tido um <i>ataque</i> .

## ANEXO 2 - QUADRO DOS PROCESSOS-CRIME POR ORDEM CRONOLOGICA DA DATA DO CRIME ANO DO CRIME; NOME DO RÉU; DECISÃO JUDICIAL

QUADRO DOS PROCESSOS-CRIME POR ORDEM CRONOLÓGICA DA DATA DO CRIME

ANO CRIME	CASO PELO NOME RÉU	DECISÃO JUDICIAL
1895	FAMA, Joaquim	1. Condenado 29 anos. Apelação da defesa. 2. <b>Absolvido art.27.</b> Sem apelação.
1895	TAL, Januário de	1. <b>Inconcluso.</b> Réu fugiu.
1898	COSTA, Claro da	1. <b>Absolvido art. 27.</b> Sem apelação.
1917	XAVIER, David	1. <b>Absolvido por falta de provas.</b> Sem apelação.
1923	PREME, Luíza	1. Absolvida por não autoria. Apelação da promotoria. 2. <b>Absolvida por não autoria.</b> Sem apelação.
1925	MERCANTELL, Olga	1. <b>Absolvida por não autoria.</b> Sem apelação.
1925	RIBEIRO, Dario	1. <b>Absolvido art.27.</b> Sem apelação.
1928	VILELLA, Martinho	1. Condenado. Apelação da defesa. 2. Absolvido art.27. Apelação da promotoria. 3. <b>Condenado 6 anos.</b> Sem apelação.
1928	BAPTISTA, João	1. <b>Condenado 6 anos.</b> Sem apelação.
1929	BUDNE, Francisco	1. <b>Impronunciado.</b>
1928	FONTES, Brígida	1. <b>Absolvida art.27.</b>
1931	GONÇALVES, José	1. Absolvido art.27. Apelação da promotoria. 2. <b>Condenado.</b> Sem apelação.
1932	BARATA, João	1. <b>Condenado.</b> Sem apelação.
1932	PAULA, João de	1. <b>Réu suicidou.</b> Inquérito.
1932	VIEIRA, João	1. Absolvido por não autoria. Apelação da promotoria. 2. Condenado. Apelação da defesa. 3. <b>Condenado.</b> Sem apelação.
1934	POLANSKI, José	1. Absolvido art. 27. Apelação promotoria. 2. Condenado 24 anos. Apelação defesa. 3. <b>Absolvido art. 27.</b> Sem apelação.
1934	ESPIRIDÃO, João	1. Absolvido art.27. Apelação da promotoria. 2. Condenado 12 anos. Apelação da defesa. 3. <b>Absolvido art.27.</b> Sem apelação.
1934	LOPES, João	1. <b>Absolvido art.27.</b> Sem apelação.
1935	CARDOSO, Ubaldino	1. Condenado 24 anos. Apelação da defesa. 2. <b>Condenado 6 anos.</b> Sem apelação.
1937	BUCHNER, Arthur	1. <b>Absolvido por ausência de provas.</b> Sem apelação.
1937	DAMASCENO, João	1. <b>Absolvido art. 27.</b> Sem apelação.

### ANEXO 3 - MODELO DE TRANSCRIÇÃO DO PROCESSO CRIME

Projeto Mestrado: Amor e Violência: Práticas criminais entre casais em PG (1890 – 1940)

Arquivo: Sala de Processos Crimes do Departamento de História da UEPG

Documentos da 1ª Vara da Comarca de Ponta Grossa (1884 – 1975)

Comarca: PG Cx: 2 Ano: 1935

Réu absolvido (x) sim ( ) não júri (x) sim ( ) não

<b>Documento:</b> Apelação	<b>n.º</b> 3346
<b>Artigo:</b> 294§ 1º	<b>Delito:</b> Homicídio
<b>Partes:</b> João Esgarbosa e a Justiça	
<p><b>Data delito:</b> 15/04/34</p> <p><i>P. 2</i></p> <p><b>Denúncia:</b></p> <p>[...] O Promotor Público da Comarca, denuncia a V. Excia. João Esgarbosa, italiano, viúvo, com 53 anos de idade, analfabeto, lavrador, residente no lugar “Taquarússu”, nesta Comarca, pelo fato criminoso seguinte:</p> <p>No Domingo, 15 do corrente às 19 horas aproximadamente, o denunciado, por questão de somenos importância, com uma arma de fogo Parabellum, desfechou um tiro em sua própria esposa, de nome Verônica, causando nesta o ferimento mortal, descrito no auto do exame cadavérico.</p> <p>E como tenha o denunciado praticado o crime previsto no art. 294 § 1º por ocorrer à qualificativa do Art. 39 § 9º, tudo da consolidação das Leis Gerais da República, contra ele se oferece a presente denúncia que se espera R. e A. com a autuação inclusa, para fim de julgada afinal. provada, ser o denunciado punido, em conformidade com as condições e circunstâncias que se apurarem. E para tal requer-se a citação do denunciado para o início da formação da culpa, previamente designada, intimadas as testemunhas infra-arroladas, com ciência DESTA p.p, [...]</p> <p>Tudo na forma e sob. as penas da lei P.D.</p> <p>Rol das testemunhas: Genésio Chaves</p> <p>Augusto Cavanhari</p> <p>Anísio Mendes, [...]</p> <p>Ponta Grossa, 23/ Abril/ 34</p> <p>Em Tempo: As testemunhas são do Distrito de “Conchas”</p> <p>J. Farani Guerios</p> <p>Promotor Público</p>	

Auto prisão flagrante ( ) não (x) sim

*P. 4*

**Detenção posterior ao crime ( ) Não ( ) sim**

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 1934, nesta cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na delegacia de polícia, onde se achava presente o senhor Joaquim dos Santos Ribas Junior, delegado de polícia,comigo escrivão do seu a cargo abaixo assignado, compareceu o senhor Caetano Phezini, inspetor de quarteirão do lugar denominado Taquarússu, de cinquenta e oito anos de idade.

**Auto de Exame Cadavérico***P. 8*

Corpo Delitos/ laudos ( ) Não

**Tipo:** Cadavérico**Local:** Necrotério do Hospital de Caridade ( PG)**Peritos:** Antonio Penteado de Almeida e Joaquim Paula Xavier**Testemunhas:** Antenor Gonçalves e Jordão Matias da Silva**Descrição:****Data:** 16/04/1934**Horário:** 15h45m

[...] Deferido aos peritos o compromisso legal, de bem e fielmente, desempenharem a sua missão, declarando com verdade e sob. compromisso prestado o que descobrirem e encontrarem e o mais que em sua consciência entenderem, encarregando-os de procederem ao exame no cadáver de Verônica Esgarbosa, formulando a autoridade respectiva, os quesitos seguintes:

1º Se houve a morte;

2º Qual o instrumento ou meio que a ocasionou;

3º Se foi ocasionada por veneno, substância anestésica, incêndio, asfixia, ou inundação.

4º Se foi ocasionada por lesão corporal que, por sua natureza e sede, foi caso eficiente dela;

5º Se a constituição e estado mórbido anterior, da ofendida concorreram para tornar essa lesão irremediavelmente mortal;

6º - Se a morte resultou das condições personalíssimas da ofendida;

7º- Se a morte resultou, não por que o mal fosse mortal e sim por ter a ofendida deixada de observar o regime médico-higiênico reclamado pelo seu estado.

Em consequência passaram os peritos a fazer o exame ordenado, como se segue: Examinando a paciente , encontraram um orifício de entrada de um projétil de arma de fogo, junto ao ("lado") esquerdo do externo ao nível do quarto espaço inter-costa de siada na região lombar direita, sendo a causa mortis: – Hemorragia interna, pelo que passam a responder aos quesitos da maneira seguinte: Ao 1º sim; Ao 2º, projétil de arma de fogo; Ao 3º não; Ao 4º sim; Ao 5º, 6º e 7º, prejudicados. [...]

E são estas as declarações, que em suas consciências sentem a fazer. E como nada mais havendo [...].

**Delegado:** Joaquim dos Santos Ribas Junior**Peritos:** Antonio Penteado de Almeida / Joaquim de Paula Xavier**Testemunhas:** Antenor Gonçalves / Jordão Mathias da Silva**Escrivão:** Antonio Teixeira da Silva**Autoridade Policial:** Joaquim dos Santos Ribas Junior, (delegado)**Advogado de defesa:** Silas Barbosa**Promotor:** "Rosemiro R. Silva"**Juiz:** Emilio Alves de Souza**Escrivão:** Antonio Teixeira da Silva

<i>P.10</i> <b>Relatório Policial</b>	<b>Data:</b> 16-04-1934
<p>Consta do presente inquérito que, ontem, pelas dezenove horas, mais ou menos, no lugar denominado Taquarussú, o indivíduo de nome: João Esgarbosa desfechou um tiro de Parabelum em sua esposa de nome Verônica Esgarbosa, sem motivo justificado, tendo a mesma morte instantânea.</p> <p>Pelas informações que colhi no local do delito, João Esgarbosa há muito tempo que vinha prometendo matar sua aludida esposa, fazendo a mesma, dormir no terreiro de casa, ontem João realizou seu sonho, matando miseravelmente a sua senhora que, segundo ainda soube em Taquarússu, era uma senhora distinta, trabalhadora e honesta.</p> <p>Pelo Inspetor de Quarteirão de Taquarússu, foi João Esgarbosa, preso em flagrante, tendo na delegacia feito o respectivo inquérito, na forma da lei.</p> <p>Além das testemunhas e do condutor, faça sumário apresentar a V. Excia, as testemunhas de nomes: Otacido Jayme, [...] Aníbal Mendes, Lavino Dias e Fioravante Esgarbosa – menor – estando concluído o presente inquérito, o Sr. escrivão faça remessa do mesmo ao exmo. sr. Dr. Promotor Público da comarca por intermédio do Exmo. Sr. Dr. Juiz de direito da 2ª vara, para os devidos fins. “Remeta-se também o Parabelum constante do auto de apreensão”.</p> <p>Joaquim dos Santos Ribas Junior</p>	

<b>Interrogatório do Réu</b> <i>P. 35</i> <b>Data:</b> 08/ jun/ 1934 <b>Local:</b> Sala das Audiências- Fórum
<p>[...]Ali compareceram o réu João Esgarbosa, livre de qualquer coação física ou moral e sem constrangimento algum, ali pelo M. Juiz lhe foi feito o interrogatório seguinte:</p> <p>Qual o seu nome, naturalidade e residência?.</p> <p>Respondeu chamar-se João Esgarbosa, natural da Itália e residente no distrito de Conchas, desta Comarca.</p> <p>Têm motivos particulares a que atribui a Denúncia?</p> <p>R. que não tem.</p> <p>É ou não é culpado?</p> <p>Respondeu que não é culpado e pede prazo da lei para o seu advogado apresentar a defesa, o que o M. Juiz deferio. [...]</p> <p>Emílio Alves de Souza (Juiz)  Jordão Chaves (A rogo do réu)  Antonio Ferreira Pacheco (testemunha)  José dos Santos (Testemunha)  João de Souza Cabral</p>

<b>Observação:</b> <p>*Não consta no documento alegações (da promotoria e da defesa) para o 3º julgamento.</p> <p>Após o segundo julgamento (onde o réu é condenado) consta um parecer do promotor público pedindo para que se retorne o requerido no libelo, ou seja, o promotor pede que sejam intimados as seguintes testemunhas “Genésio Chaves, Augusto Cavagnari e Aníbal Mendes” para a próxima sessão do júri.</p> <p>Na página seguinte (92v) consta um parecer do júri deferindo o requerimento do promotor.</p> <p>“Defiro o requerido pelo Dr. Promotor Público. [...] Culpa do libelo ao réu e do rol de testemunhas mediante recebe, notificando-se no mesmo ato para oferecer sua contrariedade por escrito e no prazo da lei; com vista dos autos em cartório (?) pedir e também do disposto no artº 463 do Cód. Proc. Crim. Bem como para ser julgado na sessão do júri convocada para o próximo mês de março.</p> <p>Expeçam-se os mandatos e proceda-se as diligências requeridas nos fins do libelo.” (P.S) n.º pág. conforme n.º anterior 92 v.</p>
---

<b>Depoimento ( ) inquérito (x) Processo</b>		
<b>Réu:</b> João Esgarbosa	<b>Idade:</b> 53	<b>Estado civil:</b> Viúvo
<b>Profissão:</b> Lavrador	<b>Escolaridade:</b> NSLE	<b>Natural:</b> Pádua – Itália
<b>Domicílio:</b> Distrito de Conchas (Taguarussú)	<b>Filiação:</b> nc	
<b>Relação réu Vítima:</b> Marido		

Depoimento ( ) inquérito
<b>Vítima:</b> Verônica Esgarbosa
<b>Depoimento:</b>
Morreu

<p>P. 23  ( ) inquérito (x) processo  Fórum 21/05/34</p>		
<b>Testemunha:</b> Genezio Chaves	<b>Idade:</b> 43	<b>Estado Civil:</b> Casado
<b>Profissão:</b> Lavrador	<b>Escolaridade:</b> SLE	<b>Natural:</b> Conchas
<b>Domicílio:</b> “Residente No Distrito de Conchas”		
<p><b>Depoimento:</b></p> <p>[...] Disse: que, [...] estando em casa de Caetano Phesine, juntamente com o denunciado e a vítima no domingo, quinze de abril próximo passado, às dezenove horas, saíram o denunciado e sua mulher que se dirigiram a casa, segundo ele depoente, conversando com Caetano; que + ou – duas horas depois, encontrou com Aníbal Mendes que ia chamar Caetano, Inspetor de Quarteirão e comunicar o ocorrido; que ele depoente voltando acompanhado de Aníbal foi novamente à casa de Caetano, saindo daí então os três para o local do crime; que lá chegando, já encontraram a vítima morta encontrando-se o denunciado no mesmo local; que o denunciado, que confessou logo o crime, foi conduzido de baixo de ordem; que segundo ouviu dizer a vítima foi abatida com um tiro [...] de parabellum; que sabe quando o denunciado estava embriagado, costumava brigar com a vítima; que no entanto no ato de perpetrar o crime se achava em perfeito estado; que quanto aos antecedentes do denunciado e vítima são e eram bons, sendo ambas pessoas bem procedidas; que ignora o motivo que levou o denunciado presente a cometer o crime; dada a palavra ao denunciado presente pelo seu advogado, foram feitas as perguntas que deferidas ao depoente, respondeu:</p> <p>Que o denunciado, segundo parecer do depoente, não se achava alcoolizado, pois, a despeito de haver comprado uma garrafa de cachaça de Caetano, a qual foi levada pela vítima, todavia essa cachaça mais tarde foi encontrada íntegra; Que o depoente não pode afirmar que não houvesse mais cachaça na casa do denunciado; que o depoente afirma que o denunciado não foi preso pelo Inspetor de Quarteirão, Caetano Phesine; na noite do fato [...] de que se trata, se achavam em casa do denunciado além do depoente mais Aníbal Mendes, Augusto Cavagnari e outros; que o denunciado costumava embriagar-se e neste estado sempre brigava com a vítima; que o depoente não assistiu o fato do delito, só o sabendo por ouvir dizer. Que o depoente ouviu dizer que o mesmo não tivera a intenção de matar a sua esposa Verônica, só o fazendo acidentalmente; que o depoente afirma que o denunciado ficou por momentos enfurecido, pelo fato da mulher do depoente lhe haver admoestado porque ele matara sua mulher, e, por esse motivo tentara agredir a referida mulher do depoente, usando para isso um tição fumegante; que o depoente para evitar uma cena degradante chamou sua mulher e os dois se retiraram do local já referido. E como nada mais disse [...]</p>		
<p>Ercílio Alves de Souza (Juiz)  Genezio Chaves ( depoente)  “Rosemiro” R. Silva ( Promotor público)  Sylos Barbosa ( Adv. Defesa)  Pedro Ribeiro (A rogo do réu)</p>		

P (27, 27 v, 28, 28v, 29)

( ) Inquérito (x) Processo

Fórum / 21/05/34

**Testemunha:** Aníbal Mendes

**Idade:** 36

**Profissão:** Lavrador

**Escolaridade:** SLE

**Domicílio:** Conchas

**Natur:** Curitiba

**Depoimento:**

Disse que ao chegar no local do crime isso no dia quinze de abril próximo passado, ao escurecer em Taquarússu, já o encontrou consumado, que próximo ao cadáver encontravam algumas pessoas entre as quais Octacílio Jayme e o próprio denunciado, ao qual procurou abraçar ele depoente, não conseguindo porém; que a arma que serviu ao denunciado com a qual fez apenas um disparo era uma pistola parabellum; que ignora o motivo porque o denunciado abateu a vítima, bem assim já declarava antes pretender fazê-lo, que o denunciado vinha bebendo a cerca de dois meses antes perpetração do crime, mas que deixara mais ou menos uns oito dias próximo a mesma perpetração de modo, que estava em estado normal na data desta última; que o denunciado era mau para a família, o mesmo não acontecendo para com os estranhos entre os quais ele declarante, para quem o dito denunciado era um bom amigo; que quanto aos antecedentes da vítima eram os melhores; [...] que ajas do delito declarara o denunciado não ter a sua intenção matar sua mulher, mas sim um filho de nome Frederico, por alcunha Rico, ao ver do depoente não foi este último vitimado por não se encontrar na ocasião. [...] Soube que intuito do denunciado eliminando sua esposa era libertar-se para casar com outra mulher; Que testemunhou a prisão do denunciado feita, pelo inspetor do quartelão Caetano Phezine. [...] Que no dia do fato delituoso o depoente se achava em sua casa, quando veio a sua procura Lavino Dias, contando-lhe que o denunciado havia atirado sua mulher, dele denunciado, que então o [...] depoente dissera a Lavino que fosse comunicar o fato ao Inspetor do Quartelão, mas aconteceu que Lavino para evitar de ser testemunha, não foi, antes ido para sua casa; que o depoente estranhando a demora da vinda do Inspetor resolveu ir em pessoa providenciar sobre o fato, que efetivamente, já estando escuro, dirigiu-se a casa do Inspetor e interando-o do fato ambos volveram a casa do denunciado; que ai chegando encontraram o denunciado, bem como Antonio Rodrigues e a família de Cavagnari; que estes é que estavam atendendo o denunciado; [...] que o denunciado quando estava em seu estado normal era homem pacato, quieto e incapaz de ofender a quem que seja;

Que o denunciado quando estava alcoolizado brigava com a vítima; [...]



P(25, 25v, 26, 26v, 27)

Depoimento ( ) inquérito (x) Processo

Fórum 21/05/34

**Testemunha:** Augusto Cavagnari

**Sexo:** M

**Idade:** 68

**Profissão:** Lavrador

**Escolaridade:** ( Não...)

**Natural:** Itália

**Domicílio:** Distrito Conchas

**Estado Civil:** Casado

**Depoimento:**

[...] Disse: que sabe que no dia quinze de abril próximo passado as 19h, o denunciado abateu a vítima com um tiro de Parabellum, cuja arma foi apreendida pela polícia; que o crime foi cometido no lugar denominado Taquarussu, desta Comarca; que a vítima era esposa do denunciado presente, o qual há tempos vinha prometendo abatê-la; que o denunciado presente logo a perpetração do crime tentou ainda estrangular um seu filho, Fioravante, no que foi abutado por ele depoente; que segundo dizem, o denunciado praticou o crime com o intuito de vendo-se livre de sua mulher poder casar-se com outra, que sabe que o denunciado era dado a brigas, não só com a vítima como com pessoas outras de sua família; que segundo ouviu dizer o denunciado já teria cometido outro crime de homicídio; quanto aos antecedentes da vítima eram exemplares, sendo a sua mulher muito trabalhadeira, pois chegara mesmo quase a criar a família. Dada palavra ao denunciado presente, pelo seu advogado, foram feitas as perguntas referidas a testemunha.

Respondeu: que é vizinho do denunciado porém não amigo; que o depoente ouviu Christiano Justus, em presença de Ermelino Portela; que o denunciado é autor de mais dois crimes perpetrados na Estrada de Ferro São Paulo, Rio Grande Linha Sul; mas que o depoente de ciência própria nada sabe; que o denunciado é vizinho do depoente há vinte e dois anos e que nesse período nunca viu nem soube que o denunciado tivesse sido preso; [...] concluiu que a intenção do denunciado não era de matar a Verônica, mas seu filho de nome Rico; que o depoente todavia declara que oito dias antes do fato delituoso o denunciado estivera em sua casa em companhia da vítima, e ali prometera que lhe daria cabo da vida; que o depoente sabe que o denunciado se dava ao vício da embriaguez; que há tempos o denunciado alcoolizava-se, porém na noite do crime o denunciado estava no seu estado normal; que o denunciado de fato comprara cachaça, mas não ingerira; [...] que no dia o denunciado mostrava-se arrependido do crime que perpetrara; que o denunciado não acusava sua mulher, que era comum às brigas entre o denunciado e a vítima e sua família; que o denunciado foi sempre um homem trabalhador. [...] Conclui por isso e por ter ouvido do próprio acusado que este matou a sua mulher porque queria mesmo matar e não por engano.

P. 37

**Alegações da defesa**

**Advogado:** Silas Barbosa

Pelo Réu

M. M. Dr. Juiz

A prova testemunhal feita com as testemunhas do sumário é fraquíssima.

As testemunhas ouvidas, em número de três, não assistiram o ato criminoso. A 1ª testemunha Genésio Chaves, nada viu só sabendo do crime por ouvir dizer. Esta testemunha além de tudo, afirma que o denunciado não foi preso em flagrante.

A 2ª testemunha – Augusto Cavagnari – declara que, a despeito de ser vizinho do denunciado, não é seu amigo. Ora no decorrer do seu depoimento, como fizemos questão de dar conhecimento ao M. M. Juiz, esta testemunha mostrou-se apaixonada, e isso ficou cabalmente demonstrado do ato da sua inquirição.

Agora, ligado o fato de ser declarado que não é amigo do denunciado, com seu procedimento posterior, deduz-se logicamente que o objetivo da testemunha não foi narrar fatos de que tivesse conhecimento, mas fazer a máxima “carga” contra o denunciado.

Pelo exposto, pois, não tem valor o seu depoimento. (Cód. do Proc. Civil, art. 164, n.º 4). Também declara “que não assistiu ao crime”. A 3ª test., Aníbal Mendes, por seu turno, também afirma que não viu o denunciado atirar a vítima.

Enfim dos autos está provado que não há uma prova positiva de que fosse o denunciado o matador de sua esposa.

Mas quando a rigor queira-se lhe emprestar a autoria, então neste caso, é força reconhecer que o crime não foi intencional, mas a resultante de uma imprudência e, desta forma sujeito as penalidades do art. 297 da Consolidação das Leis Penas.

Uma leitura atenta e detida do sumário, e eis que outra não será a conclusão a que se chegue o doutor julgador. E o que pede e suplica o denunciado e só.

Justiça!

Ponta Grossa, 11-06-1934

Sylos Barboza

P. 38

**Alegações Promotoria**

Pelo Ministério Público

M.M. Juiz

Malgrado o incêndio esforço do ilustrado patrono do acusado, no sentido de fazer desaparecer do mesmo a intenção dolosa com que prostrou sem vida a sua própria esposa, estamos certos que não o conseguiu.

Quer do auto de prisão em flagrante, quer dos depoimentos das testemunhas, outra não pode ser a conclusão que tiramos.

E, para maior mostra da perversidade do criminoso basta atentarmos para a circunstância de, procurando exculpar-se, haver dito ter sido o intuito matar um filho de nome Frederico, e não a mulher!. A demais, isso não [...] Nem justifica a sua ação. Ao contrário, agrava-a ainda mais; pois quem faz uma afirmativa dessa ordem, não pode nem deve ser tido como um homem de bem, mas um bárbaro matador, que apenas, para cúmulo de seu desígnio, deixara de acertar o alvo...

Sobre a materialidade do delito, que não sabemos porque verdadeiro milagre, não foi também negado pelo nobre defensor, está extremamente provado no auto de exame cadavérico, não sendo mais necessário em tal insistir.

Quanto a alegação que se faz de serem as testemunhas todas de ouvir dizer, também não “recorre” ao acusado, desde foi então rápido o desfecho da tragédia, que não permitiu a presença de qualquer que fosse. Mas para suprir tal deficiência, se de fato existe, o que não aceitamos, se está nos autos a sua confissão clara e espontânea, agravada, como já vimos, daquela circunstância ignóbil do equívoco do alvo. [...].

Não cabe, pois, à luz [...] do bom senso [...] a assertiva do ousado patrono do denunciado de que este deveria ser, quando muito, pronunciado no art. 297 da Consolidação das Leis Penais da República, na ausência da intenção dolosa.

Isso, aliás damos de barato são recursos de que lançam mãos [...] seus constituintes, não a quer sem deixar passar, dir-se-ia, em branca nuvem... Mas do espírito perfeito e claridade do nobre julgador podemos ficar convictos de que jamais lograrão arrancar capitulações desse tipo. V. Excia, que é juiz e dos mais íntegros, poderá melhor do que ninguém [...] da criminalidade do acusado.

Assim, pois, espera esta promotoria, seja João Esgarbosa pronunciado no art. 294 § 1º, atenuando este se atender as suas declarações pelas circunstâncias previstas no parágrafo 1º do art. 42, tudo da Consolidação das Leis Penais cit., ou seja, não ter tido pleno conhecimento do mal ou a intuição de o praticar.

Não se esquecer, digo, perder de vista o depoimento da 3ª testemunha, acima referida.

E. G. D.

Ponta Grossa, 13-06-1934

“Rosemiro R. Silva”

Promotor Público.

Réu pronunciado (x) sim ( ) Não

P. 39

**Pronúncia feita pelo juiz: Ercílio Alves de Souza**

Atendendo a que a Promotoria Pública denunciou a João Esgarbosa como incurso nas penas do art. 294 § 1º da Consolidação das Leis Penais pelo fato de ter, no dia 15 de abril do corrente ano no lugar “Taquarússu”, deste município, feito em sua mulher Verônica Esgarbosa, com um tiro de arma de fogo (Parabellum) a ofensa física, mortal, constante do auto de exame cadavérico;

Atendendo a que os fatos relatados na denúncia estão suficientemente provados pelos documentos juntos, depoimentos das testemunhas sumariantes e confissão do acusado, não prevalecendo a parte que diz não ter havido intenção de matar sua esposa por que o contrário se evidencia das provas: Julgo procedente a denúncia [...] para pronunciar como pronuncio o réu João Esgarbosa como incurso das penas do art. 294 § 1º da Cons. das Leis Penais pelo concurso de circunstâncias qualificativa do art. 39§ 9º, da referida consolidação e o sujeito à prisão e livramento.

Lance-se o nome do réu no rol dos culpados e recomenda-se o mesmo na prisão em que se acha.

Intime-se.

Ponta Grossa, 16-06-1934 / Ercílio Alves de Souza

*P. 42*

**Libelo Acusatório**

Por libelo crime acusatório, diz a Justiça Pública, contra João Esgarbosa, por esta melhor forma de direito.

**Provará:**

1º Que o réu João Esgarbosa, no dia 15 do mês de abril do corrente ano, no lugar “Taquarússu”, desta Comarca desfechou um tiro de pistola Parabelum em Verônica, produzindo-lhe o ferimento descrito no auto de exame cadavérico.

2º Que esse ferimento foi, por sua natureza e sede, causa eficiente da morte da ofendida;

3º Que a vítima era esposa do R.

4º Que o delinqüente cometeu o crime impelido por motivo privado;

5º Que o delinqüente tenha superioridade em sexo, de modo a não poder a ofendida defender-se com probabilidade de repelir a ofensa.

6º Que o delinqüente tinha superioridade em armas, de modo que a vítima não se pode defender com probabilidade de repelir a ofensa.

Nestes termos, pede-se a condenação do réu no grau máximo do art. 294 § 1º da Consolidação das Leis Penais da República, por ocorrerem as circunstâncias, respectivas, qualificativa e agravantes dos parágrafos 9º e 4º, 5º do art. 39 da citada Consolidação, sem atenuantes.

E, para que assim se julgue, se oferece o presente libelo, esperando-se seja o mesmo recebido e, afinal, julgado e provado. E custas. Requer-se a bem da Acusação que tenham lugar as diligências legais, bem como notificadas sejam as testemunhas infra-arroladas, para comparecerem a próxima sessão do júri e deporem sobre o que souberem e perguntado-lhes for acerca da presente causa.

**Rol das testemunhas**

Genésio Chaves

Augusto Cavanhari

Aníbal Mendes, todos domiciliados e residentes no distrito de Conchas, desta cidade.

Ponta Grossa, 27 de junho de 1934

Rosemiro Robinsom Filho

Promotor Público

*P. 44 Atestado pedindo adiação de julgamento por motivo de doença.*

*P. 58*

**Quesitos:**

1º O réu João Esgarbosa no dia 15 de abril do corrente ano, no lugar “Taquarússu” desta comarca desfechou um tiro de pistola “Parabelum”, em Verônica Esgarbosa produzindo-lhe o ferimento descrito no auto de exame cadavérico de fls?

2º Esse ferimento foi, por sua natureza e sede a causa eficiente da morte da ofendida?

3º O réu achava-se em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime?

4º A vítima era cônjuge do réu?

5º O réu cometeu o crime com premeditação, mediando entre o de liberação criminosa “e a execução, o espaço, pelo menos de 24 horas?

6º O réu cometeu o crime impelido por motivo frívolo?

7º O réu tinha superioridade em sexo de modo a não poder a ofendida defender-se com probabilidade de repelir à ofensa?

8º O réu tinha superioridade em armas de modo que a vítima pudesse defender-se com probabilidade de repelir a ofensa?

9º Existem circunstâncias atenuantes a favor do réu ? Quais?

Ercílio Alves de Souza

Presidente do Tribunal

P. 59

**Auto de Julgamento (Respostas do Júri aos Quesitos)**

1º quesito, sim por unanimidade de votos.

2º quesito, sim por unanimidade de votos

3º quesito, sim por quatro votos.

Quesitos, 4,5,6,7,8 e 9, foi pelo M. Presidente do Tribunal, declarado prejudicado em virtude da resposta dada ao terceiro quesito, pelo que deixaram se de ser respondidos.

**Jurados:**

Silvio Silva

Alberto Hofmann

Augusto Ferreira da Cunha

Joaquim Xavier Ribas

Guilherme Vorgt Junior

Benjamim Mourão / Emilio (?) Costa

**Decisão do Juiz**

P. 59v

**1º Julgamento**

Tendo em vista a decisão do Conselho de Sentença que reconheceu por quatro votos, em favor do réu João Esgarbosa a dirimente [...] prevista pelo art. 27§ 4º da Consolidação das Leis Penais, o absolve da acusação que lhe moveu a Justiça Pública e manda foi decorrido o prazo legal do recurso se expeça alvará de soltura se por al não estiver preso, dando-se-lhe baixa não culpa

Emilio Alves de Sousa

Presidente do Tribunal

Absolução (x) Condenação ( )

Outros Documentos constantes dos autos / marcar páginas

Procuração de João Esgarbosa p/ Syllas Barbosa / Pág. 15

Atestado Méd. do réu

Pedindo adiamento do julgamento.

Apelação (X) Sim [...] Não

**1ª Apelação**

**Obs.:** Instâncias:

Termo Apelação – P. 60v

Libelo – 75

Razões Apelação – P. 64

Quesito –88

Pelo apelado (Corte apelação) – P. 67 \*

Respostas – 89

Parecer (Procuradoria Geral) – P. 70 \*

Decisão Juiz – 90

Desembargadores – P. 70 v

Decisão: Condenado – 12 anos prisão

Apelação Promotor Absolvição

**1º Julgamento**

P. 64

Apelação Lauro Fabrício

**Pela Justiça Pública**

Egrégio 1ª Câmara da Corte de Apelação

A dirimente, pelo qual foi o réu João Esgarbosa absolvido por quatro votos, não encontra o mínimo apoio na prova dos autos. O crime foi premeditado longamente, e friamente executado. A premeditação ressalta tão evidente das provas, que o honesto e ilustrado patrono do réu não teve dúvidas em proclamar, no plenário, a existência dessa circunstancia; fato esse que já seria bastante para provar a improcedência da dirimente invocada, e sem razão reconhecida, portanto a premeditação longa, que ficou provada, se opõe ao reconhecimento de uma loucura transitória, a que nem de leve aludem as provas.

**Três testemunhas depuseram no sumário. Vejamos o que a respeito dizem essas testemunhas.**

A 1ª afirma, às fls. 24, que o denunciado "No ato perpetrar ao crime, se achava em perfeito estado"

A 2ª assegura que "Na noite do crime, o denunciado estava no seu estado normal". (Fls.26)

Em que, pois, se estriba a dirimente invocada?

Em nada. Nem na confissão do réu, que procura defender-se, alegando que praticou o crime por imprudência (fls. 5).

Se, portanto, todas as testemunhas afirmam categóricas, que o réu, no ato de cometer o crime, se achava em estado normal; se não há nos autos perícia médica que contrarie essa prova, perícia que ao réu era facultado requerer (Art.450 do Cód. do Proc. Crime do Estado); Claro está que o reconhecimento dessa dirimente é um absurdo que contraria evidentemente a prova dos autos.

O crime da espécie é tão monstruoso, que o réu só não deveria ser recolhido a prisão numa única hipótese: na de verificada a procedência da dirimente, ser internado numa casa de orates.

Após uma permutação longa, o réu, no dia 15 de abril de 1934, pretextado que a vítima revirara um pouco de tabaco que secava num depósito, conforme ele ordenara, sacou de um revólver e desfechou um tiro no peito de sua esposa, postando-a morta. Cometida tão infanda monstruosidade, o réu, como que numa expansão de júbilo, procurava abraçar os que chegavam (fls. 27v), com os quais se congratulava pelo ato praticado, que não admitia lhe explorassem (fls. 24v). E justificava o bárbaro uxoricídio, alegando que sua intenção era matar um filho conhecido pela alcunha de Rico! (Fls. 26, 28 e verso)

A vítima, segundo as testemunhas, era uma mulher honesta, distinta e tão trabalhadora que, na opinião da segunda (fls. 25v), "chegara mesmo quase a criar a família". Referencias idênticas ouviu-as a autoridade policial, no lugar em que o crime foi cometido (Rol de Fls. 10).

O réu, consoante as provas, era rixoso, bêbado e mau chefe de família. E segundo se refere às fls. 25 v e 26, já era autor de um ou dois outros crimes.

Não ativamos, pois com os motivos que levaram o júri a contradizer a evidência, para favorecer um réu tão perigoso. Tinha razão Souza Lima quando dizia, metendo a riso a irreflexão do júri, que, muitas vezes, reconhecendo a dirimente do §4º do art. 27 do Cód. Penal, são os juizes de fato que estão perturbados dos sentidos e da inteligência.

Antes de dizer que a dirimente do § 4º do art. 27 do Código é o mais amplo campo em que se exerce a inteligência, ou a fraqueza de ânimo dos jurados, o Des. Carlos Xavier Paes Barreto assevera:

"É o dispositivo penal que mais poderosamente tem concorrido para o descrédito da Justiça Criminal, o desprestígio da lei Penal"

("Indelinquentes", pág. 41).

Pelas razões expostas, baseadas na prova dos autos, estamos certos de que a Egrégia Câmara dará provimento à apelação para mandar o réu a novo julgamento.

Ponta Grossa, 31 de dezembro de 1934.

Lauro F de Mello

Promotor Público

P. 67, 67v

Razões defesa em função Apelação Promotoria para 2º Julgamento

**Pelo Apelado**

**Colenda 1ª Câmara da corte de apelação**

Da decisão do júri desta Comarca que absolveu o réu apelado interpôs o presente recurso de apelação o Dr. Promotor Público.

As razões em que se funda o apelante para pedir a reforma da decisão absolutória não tem fomento de justiça e nem encontra apoio na prova dos autos. Com efeito, o estado de perturbação em que se achava o R. no ato de perpetrar o delito é evidente e se constata sem o mínimo esforço na simples leitura do processo.

O réu reside em “Taquarússu”, deste município, há mais de 22 anos; e nesse longo espaço de tempo jamais praticara qualquer ato de violência ou se mostrará perigoso á ordem social.

Sempre foi trabalhador e honesto, como atestam a unanimidade das testemunhas ouvidas no sumário.

Só agora na extrema velhice, (pois consta atualmente 73 anos) é que fora arrastado pelo império de circunstâncias fatais a cometer o delito que hoje tanto lamenta.

Mas para esse grande drama da sua acidentada vida deve-se levar em conta o cansaço pelos trabalhos rústicos, consumindo pelas contínuas privações, exaustos pelos anos, já sem forças para suportar com estoicismo os sofrimentos que o perseguem com tanta insistência, em completa decadência física e moral combalido na sua saúde, incapaz de uma reação salutar contra a idéia tenebrosa do crime que por todas essas circunstâncias se formara no seu cérebro escaldado e tomara vulto na obsessão dessa idéias que o absorvia por completo. Eis que um dia negro com própria figura da desgraça – delinqüira num momento de obnubilação das faculdades racionantes, em que o seu frágil espírito não mais resistira a tempestade que se desencadeava célere o violenta no recesso da sua alma, a paixão indomável lhe armara o braço homicida!

Não tivera forças para resistir a tentação do mal, cedera aos ímpetos da paixão que o desespero e a idéia fixa a tornavam cada vez maior.

E quando os pálidos reflexos da luz bruxuleante retornavam ao seu exausto espírito, já era um uxoricida! Agira sob a influência de uma a paixão que lhe anulara por completo a sua liberdade moral. Perdera a noção das coisas e deixara se levar apenas pelo instinto que são cegos.

Não é, pois, um criminoso passível de punição, mas um desgraçado digno de lástima.

O júri de sentença absolvendo-o pelo reconhecimento da dirimente do § 4º Art. 27.da Const. Das Leis Penais, foi justo e decidiu bem, abroquelado (protegido) na prova dos autos.

Deve, pois ser confirmada a sentença ora apelada.

E essa sentença que é epílogo das dores tantas que cruciaram o apelado na longa odisséia das suas amarguras, merece a confirmação de egrégia na Câmara, que assim, mais uma vez evidenciará o seu inveterado amor pela causa do Direito e da Justiça!

Ponta Grossa, 15 de janeiro 1935

Sylos Barbosa

P. 70

**Parecer**

**Egrégia 1ª Câmara**

A dirimente da completa perturbação dos sentidos e da inteligência reconhecida pelo júri não encontra o menor apoio na prova dos autos, conforme bem demonstrou o Dr. Promotor Público em sua razão de apelação para clareza e boa exposição permito-me invocar a atenção dessa colenda câmara.

Assim sendo, deve ser dado provimento ao recurso, mandando-se o réu a novo julgamento ao recurso, mandando-se o réu a novo julgamento.

Procuradoria Geral da Justiça, em 6 de Fevereiro de 1935.

Romeu Sousa da Mota

Procurador Geral da Justiça

*Libelo p/ 2º Julgamento (75)*

*P. 89*

**Respostas Quesitos**

**2º Julgamento**

- 1º Quesito: Sim, por seis votos.
- 2º Quesito: Unanimidade de votos
- 3º Quesito: Não, por quatro votos.
- 4º Quesito: Sim, por cinco votos.
- 5º Quesito: Não, por cinco votos.
- 6º Quesito: Não, por seis votos.
- 7º Quesito: Sim, por quatro votos.
- 8º Quesito: Não, por quatro votos.
- 9º Quesito: Não por quatro votos
- 10º Quesito: Sim, por unanimidade de votos.

*P. 90*

**Decisão Juiz**

**2º Julgamento**

Em conformidade com as decisões do Conselho de Sentença julgando o réu João Esgarbosa no curso nas formas do art. 294 § 1º de Consolidação das Leis Penais, grau mínimo pelo concurso das circunstâncias agravantes do art. 39 parágrafos 9º (qualitativos) e 5º (superioridade em sexo e armas) que se compensam com as atenuantes reconhecidas dos §1º, 2º, e 9º do art. 42 de referida consolidação o condenado a 12 anos de prisão celular que cumprirá na Penitenciária do Estado.

Sala da Prisão do Tribunal do Júri em Ponta Grossa,

2 de dezembro de 1935

Ercílio Alves de Souza

Presidente do Tribunal

*P. 96*

Dr. Newton Sousa e Silva, em 9 de março de 1936, recorreu da condenação (2º julgamento)

“A rogo de JE, por não saber ler nem escrever”

Transcrever

**Quesitos 3º Julgamento**

*P. 101*

**Respostas ao Quesito 3º Julgamento (102)**

- 1º - Idem
- 2º - Sim por seis votos – idem
- 3º - Sim por seis votos – o réu achava-se em estado de completa perturbação de sentidos.
- 4, 5, 6, 7, 8, e 9 prejudicados

**Decisão Judicial (3º Julgamento) 13/03/36**

O Conselho de Sentença reconheceu por maioria de votos a dirimente do art. 27 E. L.P o juiz

Obs. Solto em 19/03/1936



## ANEXO 4 – FICHAS PARA IMPRENSA

## FICHA PARA IMPRENSA

<b>Jornal:</b> D. C			
<b>N.</b> 646	<b>P.</b> 01	<b>Ano:</b> XXVIII	<b>Data:</b> 1/abril/1934
<b>Título:</b> O Hediondo crime ocorrido em Taquarússu			
<b>Coluna:</b> A habilidade inominável de um esposo e de um Pai!			
Arquivo: museu		<b>Cidade:</b> Ponta Grossa	
<b>Pesquisador (a):</b> Gisele		<b>Data:</b> 03/05/2001	

Ante ontem às 19 horas mais ou menos, ocorreu em Taquarússu, neste município um fato criminoso que impressionou profundamente a todos que dele tiveram conhecimento.

Naquela localidade residiam há mais de 20 anos, o lavrador João Esgarbasso sua esposa Esgarbasso.

Esta pobre mulher, segundo dizem os seus próprios filhos, suportou até ontem um martírio inenarrável de mais de 22 anos!

Seu marido possuidor de um instinto feroz e brutal vivia constantemente a espanca-la injustamente distribuindo pancadas nos filhos e fazendo de sua casa um verdadeiro inferno.

Mas passemos a narrar:

**O crime**

Ante ontem ao chegar em casa, João Esgarbasso dirigiu-se a sua mulher e disse: “Olha: Eu agora vou ficar solteiro, para casar com a Belarmina”.

E sacou de um Parabellum disparando um tiro em sua desditosa esposa, que caiu banhada em sangue.

**Instinto de Fera!**

No mesmo momento tentou estrangular um filho moço, de 27 anos, só o não conseguindo devido a providencial interferência do Sr. Augusto Cavagnari.

**Quem é Belarmina**

A Belarmina sobre quem se referiu o assassino antes de abater miseravelmente a esposa, era amante de João Esgarbasso, existindo uma filha de 19 anos provindos desses amores ilícitos.

Segundo declarações do Sr. Augusto Cavagnari foi o epílogo de um grande martírio. Essa declaração é confirmada pelos filhos do criminoso, que clamam justiça ante o sangue derramado em sua lareira e a memória da mártir que tombou sem vida.

**Filhos e Netos**

D. Verônica, a vítima, deixa, do seu desventurado consorcio, 10 filhos e 15 netos, dos filhos, 3 são solteiros e os demais casados.

**A localização do ferimento mortal**

O projectil atingiu a região do externum, junto ao seu bordo esquerdo, saindo ao nível do quarto espaço intercostal.

**A Prisão**

O criminoso foi preso em flagrante pelo inspetor de quartelão, Sr. Caetano Chazini, que comunicou o fato, à polícia da cidade, a qual para ali seguiu nas pessoas do delegado e escrivão, às 5 horas da manhã, de ontem.

**O inquérito**

Sobre a tragédia e hedionda ocorrência foi aberto rigoroso inquérito.

**O Cadáver**

O cadáver foi visto pela reportagem no necrotério onde os filhos de D. Verônica tiveram ocasião de mostrar na cabeça da inditosa morto, os sinais de cicatrizes de pancadas antigas produzidas pela coronha postara sem vida!

**O enterro**

O enterro realizou-se, há hora 17 de ontem, saindo o fereto do necrotério onde fora feita a autópsia.

A esse ato de Piedade compareceu inúmeras pessoas que comentavam pesarosas a dolorosa ocorrência.

**O estado mental do criminoso**

Afirma-se, entre pessoas que sabem do fato, que João Esgarbasso estava perfeitamente bom na ocasião do crime, não denotando o mesmo menor sinal de embriaguez alcoólica ou de desequilíbrio mental.

**FICHA PARA IMPRENSA**

<b>Jornal:</b> Diário dos Campos			
<b>N.</b> 6571	<b>P.</b> 01	<b>Ano:</b> XXVIII	<b>Data:</b> 19 / dez/ 1934
<b>Redator(es):</b> Direção: José Hofmann			
<b>Arquivo:</b> MCG		<b>Cidade:</b> Ponta Grossa	
<b>Pesquisador (a):</b> Denis		<b>Data:</b> 28/04/2001	
<p>[...]</p> <p>À hora regimental, havendo número regimental de jurados, foi aberta a sessão, sob a presidência do Sr. Dr. Ercílio Alves de Sousa, integro juiz da 2ª vara, secretariada pelo senhor Menandro Blanc, na qualidade de escrivão interino do crime.</p> <p>Na ordem dos julgamentos, devia entrar em primeiro lugar o réu João Vieira, acusado por crime de homicídio. Como, porém, o mesmo pedira a inversão dos julgamentos, que foi concedida, entrou em julgamento o réu, preso João Esgarbosa, acusado de uxoricídio.</p> <p>O réu compareceu á Barra do Tribunal Popular acompanhado de seu advogado, o ilustre causídico Dr. Sylos Barboza. A cadeira da Promotoria foi ocupada pelo seu digno titular, Dr. Lauro Fabrício de Mello.</p> <p>Constituído o conselho de sentença, finda a leitura do processo, foi dada a palavra ao representante M. P. o qual depois de ler o libelo crime acusatório, desenvolveu uma brilhante peça oratória, frisando com segurança a responsabilidade do réu, argumentando COF (SIC) as provas dos autos e terminando por lhe pedir a condenação ás penas perdidas no libelo S.s. falou por espaço de uma hora.</p> <p>Em seguir, dada a palavra ao patrono do réu, começou este a sua oração fazendo uma saúda ao digno presidente do Tribunal e tornando-a extensiva ao ilustre Dr. Promotor de Justiça.</p> <p>Orador de largos recursos, não lhe fez mocha ao espírito a bem deduzida acusação da promotoria. Relutou-a baseado, não só na prova dos autos, como alicerçado na lição dos criminalistas, citando grande cópia de autores, no sentido de provar que seu constituinte se achava sob a exaltação de uma paixão transitória quando perpetrou o delito de que estava sendo acusado.</p> <p>A sua empolgante oração durou um espaço de uma e meia hora. Pela defesa foi invocada a dirimente da perturbação de sentidos e de inteligência (§ 4º art. 27 da Consolidação das Leis Penais)</p> <p>Houve réplica e tréplica.</p> <p>Propostos os quesitos pelo Dr. Presidente do Conselho Julgador, foi o réu absolvido por maioria de votos pelo reconhecimento da dirimente invocada.</p> <p>Houve apelação por parte da promotoria.</p> <p>Hoje ás mesmas horas continuam os trabalhos do júri, devendo entrar em julgamento o réu Antonio Lopes. É seu defensor o solicitador Manoel Soares dos Santos.</p>			

## APÊNDICE

## APÊNDICE A - A COMPOSIÇÃO DOS AUTOS PROCESSUAIS TEXTO EXPLICATIVO SOBRE AS NORMATIZAÇÕES PROCESSUAIS

### A COMPOSIÇÃO DOS AUTOS PROCESSUAIS

Este texto tem como objetivo estampar um panorama da elaboração prática dos processos pelos agentes jurídicos envolvidos na construção da trama criminal.

Os artigos do Código do Processo Criminal orientaram os procedimentos legais na composição de um processo criminal no Paraná, no período analisado. Os códigos estaduais não estavam alheios ao Código Criminal, mas, ao contrário, eram elaborados tendo como parâmetros legais os artigos desse código maior.

A existência de um homicídio desencadeava procedimentos de investigações, independente da apresentação de queixa.<sup>270</sup> O homicídio era crime classificado como parte do Direito Público, isto é, a comprovação de um corpo sem vida irrompia, mediante o Ministério Público, a realização de atos empíricos que foram traduzidos em autos processuais.

A elaboração de um processo criminal era constituída por etapas, que, ao serem concluídas, resultavam numa versão tida como verdadeira. Dessa versão dependeria o veredicto final – a condenação ou absolvição do réu.

Como momento público de um drama social, o crime desencadeia práticas repressivas dos campos policial e jurídico, responsáveis em acionar as normas do Código, objeto regulador das condutas e por sua vez regulado pelo Código de

---

<sup>270</sup> O direito a queixa ou a pronúncia era indefinido no código imperial. Esta indefinição persistiu no código penal republicano. Crimes de violência carnal – atentado ao pudor, estupro, defloramento -, raptos, adultério, parto suposto, calúnia e injúria seriam procedidos por queixa da parte lesada. A exceção nestes crimes caberia à vítima miserável, se houvesse morte, perigo de vida ou abuso de pátrio poder. A abertura de processo só aconteceria caso houvesse a queixa: era o direito privado, baseado no interesse das pessoas em evitar escândalos e a punição do culpado. Já a denúncia seria encaminhada pelo promotor público diante dos demais crimes, considerados de interesse público, social. O homicídio enquadra-se no âmbito do direito público. (ESTEVES, M. de A. **Meninas perdidas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 83-89).

Processo Penal.<sup>271</sup>

A partir da elaboração do primeiro Código de Processo Criminal, ainda no Império, os processos jurídicos seguiam determinadas regras comuns compatíveis com os Códigos Penais. No período analisado, um processo de homicídio tinha como orientação as etapas formalmente prescritas, elaboradas, sistematizadas no Código de Processo Criminal do Estado do Paraná, citado acima.

Os processos, como documentos, não apresentam a mesma ordem dos acontecimentos empíricos. Os documentos estudados trazem, após a capa, na primeira folha, a denúncia escrita pelo promotor após a conclusão e análise do inquérito policial. O inquérito vinha a seguir, com os resultados de exames médicos, as buscas, as inquirições, as nomeações de peritos, os autos de apreensão. Esta fase encerra-se com um relatório escrito pelo delegado, as *considerações policiais*, constando os resultados da investigação e revelando a primeira construção de verdade diante do fato empírico. O relatório resultava de conduções, de escolhas dentre possibilidades. Os agentes envolvidos no inquérito selecionaram testemunhas, fizeram opções sobre o que constaria ou não como provas nos autos.

A primeira autoridade jurídica a examinar o inquérito era o Promotor Público – representante do Estado no campo jurídico – que depois de realizar um estudo sobre o relatório policial ofereceria, ou não, a denúncia. Caso fizesse a denúncia, demonstrava que reconhecia o fato como passível de avaliação judicial e a verdade da acusação estaria à frente. Caso não oferecesse a denúncia, o promotor entendia haver falhas na fase de investigações e então poderia pedir novas diligências ou encerrar o caso. Nesta fase surge a figura do *indiciado* - denominação atribuída ao suposto autor do crime. Ao apresentar a denúncia, o promotor arrolava pessoas consideradas relevantes na fase inquisitorial indicando-as como testemunhas de acusação.

Ao receber a denúncia, o juiz que dirigia a ação iniciada pelo promotor, passava a ouvir os envolvidos. O primeiro a ser citado era o indiciado, que, caso não

---

<sup>271</sup> CORRÊA, M. **Morte em família**. Rio de Janeiro, Graal, 1983, p. 34.

tivesse advogado de defesa, contaria com um nomeado pelo juiz – advogado *dativo*. Era o início da *formação de culpa*, a fim de verificar o crime e o criminoso. Em seguida eram ouvidas as testemunhas de acusação, que poderiam ser reinquiridas, ao contrário do indiciado, pelo promotor ou advogado sempre por intermédio do juiz. As testemunhas de defesa eram ouvidas, em seguida, podendo, também, ser reinquiridas, agora em ordem inversa, pelo advogado e depois pelo promotor. Caso existisse um auxiliar de acusação, ele sempre seria ouvido após a fala do promotor. Todas as perguntas eram mediadas pelo juiz.

Após a citação,<sup>272</sup> inquirições, apresentação da *defesa final* – escrita pelo advogado de defesa, considerações do promotor reafirmando e pedindo confirmação das linhas da denúncia, o juiz deferia a pronúncia<sup>273</sup> ou decidia pela impronúncia do acusado. Ao pronunciar, o juiz declarava estar convencido da existência do crime e de sua autoria. Em seguida, analisava a denúncia a fim de constatar o enquadramento do crime na legislação penal, concordando ou alterando as possibilidades legais apresentadas pelo promotor. Ao impronunciar, o juiz demonstrava estar convencido da inocência do acusado, absolvendo-o liminarmente. A pronúncia encerrava-se, caso não ocorresse absolvição, com a frase *lance-se o nome do réu no rol dos culpados* passando este a ser denominado réu/é.

Ao processo, era acrescentado o libelo<sup>274</sup>, que resumia a verdade construída pelo promotor e a qual embasou a pronúncia e conduziu o acusado ao banco dos réus<sup>275</sup> e ainda o contra-libelo, elaborado pelo defensor. Os autos eram enviados ao

<sup>272</sup> Ato judicial pelo qual alguém é chamado legitimamente a juízo. Sucedee a denúncia ou queixa.

<sup>273</sup> O réu/é será pronunciado quando for reconhecida a existência de evidências quanto à materialidade do crime e sua autoria. Haverá, então, o reconhecimento do réu/é como possível autor do crime, devendo ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. A impronúncia acontecerá quando não existirem indícios suficientes sobre a autoria ou materialidade do crime. Nesse caso o processo será arquivado e só poderá ser reaberto se surgirem novas provas sobre o crime. (IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: FAPESP, 1998, p. 62).

<sup>274</sup> Documento escrito pelo promotor público, no qual descreve o que será colocado em julgamento e o que pretende provar contra o réu/é. O contra-libelo é apresentado pela defesa com argumentos contrapostos aos apresentados pelo promotor.

<sup>275</sup> ZENHA, C. **As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza**. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. p. 221.

cartório responsável em prepará-lo para julgamento, quando se acrescentavam documentos como a lista de jurados, notificação do acusado etc. As etapas apresentadas desde o início do inquérito policial possuíam prazos determinados no Código de Processo Penal visando evitar atrasos na condução do processo – o que não correspondia, nem corresponde, ao cotidiano da Justiça. O processo aumentava de tamanho conforme eram introduzidos recursos, cartas precatórias,<sup>276</sup> exames de sanidade mental etc. Além disso, é necessário considerar o trâmite do processo nas redes intrínsecas ao aparato judicial como funcionários que eram responsáveis pela numeração das páginas, datas de retirada e devolução, assinaturas do juiz etc. Tais detalhes técnicos eram importantes, pois, se não fossem adequadamente cumpridos, poderiam originar anulações processuais, ocasionando demoradas discussões técnicas, rotuladas de *falhas processuais*.

Uma vez conclusos os procedimentos internos ao processo, iniciava-se a fase de julgamento: a apresentação e discussão pública do crime. A primeira fala cabia à acusação e era procedida pela voz da defesa. As duas partes tinham direito à réplica e tréplica.<sup>277</sup>

A decisão final, num julgamento de homicídio, cabia ao Tribunal do Júri, cujos jurados respondiam, afirmativa ou negativamente, aos quesitos.<sup>278</sup> Se o resultado da votação fosse de condenação, o juiz proferia sentença final, determinando o tempo e o local da prisão. A sentença poderia motivar apelação<sup>279</sup> ao tribunal de instância superior.

O Tribunal do Júri era composto, no período estudado, por sete jurados sorteados dentre trinta e seis pessoas, pré-selecionadas para o sorteio realizado no

---

<sup>276</sup> São cartas enviadas pelo juiz responsável pelo processo para juízes de outras comarcas a fim de solicitar testemunhas residentes sob a jurisdição do último.

<sup>277</sup> Nos processos analisados, essas falas foram transcritas resumidamente. O réu/é será obrigatoriamente ouvido (a) e as testemunhas poderão ou não ser convocadas a prestar depoimentos.

<sup>278</sup> Quesitos são perguntas elaboradas pelo juiz a partir da leitura do processo. Os jurados devem responder afirmativamente ou negativamente a cada pergunta vencendo a maioria. As respostas são decisivas para a absolvição ou condenação do réu pois do resultado delas o juiz proferirá a sentença.

<sup>279</sup> Recurso que se interpõe das decisões finais do processo a fim de os tribunais reexaminarem e julgarem de novo as questões decididas na instância inferior.

preâmbulo do julgamento. As pessoas que compunham a lista de prováveis jurados<sup>280</sup> haviam sido escolhidas entre os eleitores locais com reconhecido *bom senso e integridade*.<sup>281</sup> Ao assumirem assento no Conselho de Sentença, os jurados sorteados firmavam um compromisso baseado no seguinte juramento: *prometo pela minha honra, cumprir, fielmente, os deveres de juiz de facto e proferir meu voto, segundo for de justiça*.<sup>282</sup>

Quando inexistia apelação, o processo era encerrado com a promulgação da pena imputada ao réu, decidida pelo juiz a partir dos parâmetros estabelecidos no Código Penal ou com a declaração de absolvição, quando o nome do réu/é era retirado do rol dos culpados. Diante da apelação, solicitada pelo advogado de defesa ou pelo promotor, o processo seguia para o Superior Tribunal de Justiça onde era analisado por desembargadores que decidiam sobre um novo julgamento ou acatavam a decisão do Tribunal de Júri.<sup>283</sup>

---

<sup>280</sup> Conforme o artigo 70 § 1º da Constituição federal de 1891 podiam ser eleitores os maiores de 21 anos excetuando, implicitamente as mulheres e explicitamente os mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos.

<sup>281</sup> FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (180-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 229.

<sup>282</sup> CARVALHO FILHO, J. B da C. **Código do Processo Criminal do Estado do Paraná**. Curitiba: Typ. D'«A Republica», , Art. 771. 1906. p.127.

<sup>283</sup> IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: FAPESP, 1998, p. 64.